

**FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO –
FECAP**

MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CARLOS VICENTE BERNER

**INVESTIGAÇÃO SOBRE AS PRÁTICAS E TRATAMENTO
DOS PASSIVOS AMBIENTAIS DAS EMPRESAS DE
ENERGIA ELÉTRICA LISTADAS NA BOVESPA**

São Paulo – SP

2009

**FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO –
FECAP**

MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CARLOS VICENTE BERNER

**INVESTIGAÇÃO SOBRE AS PRÁTICAS E TRATAMENTO DOS
PASSIVOS AMBIENTAIS DAS EMPRESAS DE ENERGIA ELÉTRICA
LISTADAS NA BOVESPA**

Dissertação apresentada à Fundação
Escola de Comércio Álvares Penteado -
FECAP, como requisito para a obtenção
do título de Mestre em Ciências
Contábeis.
Orientador: Prof. Dr. Cláudio Parisi

São Paulo – SP

2009

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO - FECAP

Reitor: Prof. Dr. Sergio de Gouvea Franco

Pró-reitor de Graduação: Prof. Edison Simoni da Silva

Pró-reitor de Pós-graduação: Prof. Dr. Sergio de Gouvea Franco

Coordenador do Mestrado em Ciências Contábeis: Prof. Dr. Claudio Parisi

FICHA CATALOGRÁFICA

B525i	<p>Berner, Carlos Vicente Investigação sobre as práticas e tratamento dos passivos ambientais das empresas de energia elétrica listadas na Bovespa / Carlos Vicente Berner. - - São Paulo, 2009. 135 f.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Claudio Parisi</p> <p>Dissertação (mestrado) – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP - Mestrado em Ciências Contábeis.</p> <p>1. Divulgação de informações contábeis 2. Contabilidade – Aspectos ambientais 3. Indústria elétrica – Estudo de casos</p> <p style="text-align: right;">CDD 657.863</p>
--------------	--

FOLHA DE APROVAÇÃO

CARLOS VICENTE BERNER

**INVESTIGAÇÃO SOBRE AS PRÁTICAS E TRATAMENTO DOS PASSIVOS
AMBIENTAIS DAS EMPRESAS DE ENERGIA ELÉTRICA LISTADAS NA
BOVESPA**

Dissertação apresentada à Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Edilson Paulo
Universidade Federal da Paraíba

Professor: Dr. Marcos Reinaldo Severino Peters
Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP

Professor Dr. Cláudio Parisi
Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP
Professor Orientador – Presidente da Banca Examinadora

São Paulo, 19 de Março de 2009.

RESUMO

A presente pesquisa aborda o processo de evidenciação do tratamento das práticas do passivo ambiental num grupo de 18 companhias do segmento setor e subsetor de energia elétrica. Para atender ao problema da pesquisa, foram compulsoriamente selecionadas todas as companhias que estavam listadas no ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) no período de 2002 a 2006, e selecionadas aleatoriamente o mesmo número de companhias listadas que faziam parte do universo da pesquisa, mas que não estavam listadas no ISE. A escolha por essas empresas se deu pelo fato de que a responsabilidade e os riscos do segmento são relevantes perante aspectos ambientais. Na fundamentação teórica, buscou-se conhecer os assuntos relacionados ao tema, incluindo conceitos, origens e formas de evidenciação dos passivos ambientais. Essa coleta de informações foi, na sua maioria, efetuada por meio de dissertações e artigos ligados ao tema. Buscaram-se os resultados pela análise de conteúdo, através da verificação do compromisso das companhias listadas no ISE quanto ao tratamento das práticas do passivo ambiental, e essas foram analisadas a partir do conteúdo extraído do Programa de Divulgação Externa da BOVESPA e *sites* particulares das companhias que fazem parte da amostra. Percebe-se que as companhias não demonstram, por meio dos Relatórios, o processo de evidenciação, exigido pelo Manual de Contabilidade regulamentado pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), através da Resolução 444. No entanto, todas elas demonstram o compromisso com o meio ambiente e fazem menção às informações inerentes ao meio ambiente. Entretanto, na análise dos relatórios, não foram identificados os compromissos com o passivo ambiental, ainda que não haja exigência legal quando da evidenciação do passivo ambiental, e não se observou nenhuma prática espontânea adotada pelas companhias aderentes aos fundamentos da teoria da contabilidade. Por outro lado, as companhias listadas no ISE demonstram estar mais preocupadas com as questões ambientais, a partir do momento em que evidenciam com mais frequência as informações. Por fim, conclui-se que não se pode afirmar se os passivos ambientais são ocultos, uma vez que as companhias apenas evidenciam os processos ambientais através de multas, indenizações e recuperações das áreas degradadas.

Palavras-chave: Divulgação de informações contábeis. Contabilidade. Aspectos Ambientais. Indústria elétrica. Estudo de casos.

ABSTRACT

This research addressed the disclosure process of treating environmental liability practices in a group of 18 companies in the segment sector and subsector of electricity. To fulfill the research questions, it was selected all companies listed in the ISE (Corporate Sustainability Index), from 2002 to 2006. Moreover, it was randomly selected the same number of companies, but not listed in the ISE. Such companies were chosen because the responsibility and the risks of the segment are relevant to environmental aspects. Through the literature, it was possible to understand some issues relating to the main topic of this research, including concepts, sources and forms of disclosure of environmental liabilities. Such research was mostly done by means of essays and articles relating to the subject. It was applied the content analysis to find the results, and it was verified whether the companies listed in the ISE were committed to the treatment of environmental liabilities or not. Those companies were reviewed by the Program Disclosure of BOVESPA stocks and foreign sites of private companies that were part of the sample. It can be stated that the companies do not show –by means of reports - the disclosure process demanded by the Manual of Accounting regulated by ANEEL, through Resolution 444. However, they all demonstrate being committed to the environment, as well as show some information related to the environment. Nevertheless, after examining the reports, it was not possible to identify the commitment to environmental liabilities, even when those are not legally demanded. Furthermore, it was not possible to detect any spontaneous processes adopted by companies that use the Accounting theory. But the companies listed in the ISE were more concerned with environmental issues, as they show this kind of information more often. To conclude, it is not possible to state whether the environmental liabilities were hidden or not, because the companies only mention the environmental liabilities through fines, indemnity and the reconstruction of degraded areas.

Key-words: Disclosure in accounting. Accounting. Environmental aspects. Electric industries. Case studies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 -	Balanco Global de Energia 2005 – Estado de Minas Gerais	40
QUADRO 1 -	Negligências ocasionadas pelos passivos intangíveis	19
QUADRO 2 -	Identificação dos impactos ambientais	30
QUADRO 3 -	Categoria por palavras e expressões para o diagnóstico	55
QUADRO 4 -	Símbolos dos Títulos dos Relatórios	56
QUADRO 5 -	Informações referentes à interação das companhias com o Passivo Ambiental - companhias listadas no ISE	57
QUADRO 6 -	Informações referentes à interação das companhias com o Passivo Ambiental – companhias não listadas no ISE	57
QUADRO 7 -	Empresas Componentes da Amostra	59
QUADRO 8 -	Autuações ano-base 2002	64
QUADRO 9 -	Autuações ano-base 2003	64
QUADRO 10 -	Autuações ano-base 2004	65
QUADRO 11 -	Licenciamento Ambiental do Parque Gerador da Companhia	83
QUADRO 12 -	Licenciamento Ambiental do Parque Gerador da Companhia	83
QUADRO 13 -	Informações referente a interação das Cias. com o Passivo Ambiental	97
QUADRO 14 -	Informações referente a interação das Cias. com o Passivo Ambiental por período	98
QUADRO 15 -	Informações referente a interação das Cias. com o Passivo Ambiental	100
QUADRO 16 -	Informações referente a interação das Cias. com o Passivo Ambiental por período	100

LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AGESUL	Agência Estadual de Gestão e Empreendimentos
AMAR	Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária
ANAB	Associação Nacional dos Atingidos por Barragens
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
APP	Área de Preservação Permanente
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
BP	Balanço Patrimonial
BS	Balanço Social
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CCT	Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão
CELPA	Centrais Elétricas do Pará
CELPE	Cia. Energética de Pernambuco
CEMAR	Cia. Energética do Maranhão
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CESP	Companhia Energética de São Paulo
CETESB	Cia. Estadual de Tecnologia de Saneamento Básico
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CMO	Custo Marginal de Operação
COELCE	Cia. Energética do Ceará
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
CPST	Contratos de Prestação de Serviços de Transmissão
CUST	Contratos de Uso do Sistema de Transmissão
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DFP	Demonstrações Financeiras Padronizadas
DNA	Demonstração de Natureza Ambiental
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EPA	Environmental Protection Agency
FDR	Fundo de Desenvolvimento Rural
GGN's	Gerências Gerais de Negócios
GRI	Global Reporting Initiative
IAN	Informações Anuais
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IASC	International Accounting Standards Committee
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBRACON	Instituto Brasileiro de Contadores
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
ITR	Informações Trimestrais
MAE	Mercado Atacadista de Energia Elétrica
MCSPE	Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
NE	Notas Explicativas
NPA	Normas e Procedimentos de Auditoria

NPC	Normas de Procedimentos Contábeis
OAF	Organização Auxílio Fraternal
OIE	Óleos Isolantes Ecológicos
NOS	Operador Nacional do Sistema Elétrico
ONU	Organização das Nações Unidas
PADETEC	Parque de Desenvolvimento Tecnológico
RA	Relatório da Administração
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECTAM	Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente
SEMACE	Secretaria do Meio Ambiente do Ceará
SGA	Sistema de Gestão Ambiental Corporativo
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UHE	Usina Hidrelétrica
UTE	Usina Termelétrica

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Considerações iniciais	11
1.2 Situação problema	12
1.3 Objetivos.....	14
1.3.1 Objetivo geral	14
1.3.2 Objetivos específicos.....	14
1.4 Justificativa.....	14
1.5 Metodologia científica de pesquisa	15
1.6 Delimitação.....	16
1.7 Estrutura do trabalho	16
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	17
2.1 Definição de Passivo	17
2.2 Passivos por negligência.....	18
2.3 Passivo Ambiental	19
2.3.1 Implicações decorrentes do surgimento de um passivo ambiental.....	25
2.3.1.1 Implicações legais	25
2.3.1.2 Implicações implícitas	26
2.3.1.3 Implicações construtivas	27
2.3.1.4 Implicações justas.....	27
2.3.2 Identificação de processos ambientais.....	29
2.4 Evidenciação dos passivos ambientais	30
2.4.1 Influência da evidenciação dos gastos ambientais para a economia	34
2.4.2 Custos Ambientais.....	36
2.5 Empresas do segmento de energia elétrica.....	38
2.5.1 ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.....	41
2.5.2 ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico	42
2.5.3 MAE – Mercado Atacadista de Energia Elétrica.....	43
2.6 Gestão Ambiental nas Empresas de Energia Elétrica.....	44
2.7 Resolução nº. 444 – ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).....	46
2.8 Considerações Finais sobre a Fundamentação Teórica.....	48
3 METODOLOGIA DE PESQUISA	50
3.1 Tipo de Pesquisa.....	50
3.2 Técnica Metodológica da Pesquisa	51
3.3 Escolha dos documentos para análises	52
3.3.1 Homogeneidade dos documentos	52
3.4 Universo da Pesquisa.....	53
3.5 Coleta e preparação dos dados.....	54
3.6 Verificação do tratamento sobre Passivo Ambiental e Interação das Empresas	55
3.7 Técnicas de análises dos Grupos	57
3.8 Limitação da pesquisa	58
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	59
4.1 Análises dos Resultados	59
4.2 Passivo Ambiental nas companhias de energia elétrica listadas no ISE	60
4.2.1 AES Tietê S/A	60

4.2.2 CESP – Companhia Energética de São Paulo	63
4.2.3 Cia. Energética Ceará – COELCE.....	68
4.2.4 Cia. Paranaense de Energia – COPEL.....	72
4.2.5 CPFL – Energia S/A	75
4.2.6 Eletropaulo Metropolitana Elétrica São Paulo	77
4.2.7 EDP – Energias do Brasil S/A.....	80
4.2.8 TRACTEBEL – Energia S/A	81
4.2.9 LIGHT Participações S/A.....	85
4.3 Passivo Ambiental nas Companhias de Energia Elétrica não listadas no ISE	85
4.3.1 INEPAR Energia S/A	86
4.3.2 VBC Energia S/A	87
4.3.3 AES Elpa S/A	88
4.3.4 AES SUL – Distribuidora Gaúcha de Energia S/A	88
4.3.5 Bandeirante Energia S/A	90
4.3.6 Centrais Elétricas do Pará – CELPA	91
4.3.7 Cia. Energética de Pernambuco CELPE	92
4.3.8 Cia. Energética do Maranhão – CEMAR	95
4.3.9 Energia Paulista Participações S/A.....	96
4.4 Informações das Companhias listadas no ISE com Passivo Ambiental.....	96
4.5 Informações das Companhias não listadas no ISE com Passivo Ambiental	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
REFERÊNCIAS	107
APENDÍCE A	113
APENDICE B.....	128
ANEXO A.....	134

1 INTRODUÇÃO

1.1 Considerações Iniciais

A contabilidade é, reconhecidamente, a linguagem universal dos negócios, tendo evoluído através dos tempos para o necessário acompanhamento da evolução das atividades empresariais e da própria sociedade. Das antigas funções no passado não muito longínquo de meros registros contábeis, passou a exercer papel preponderante nos tempos atuais como instrumento de informações para todos os níveis de usuários, dentre os quais se destacam os analistas e investidores do mercado de capitais.

Conforme Morrow apud Pereira et al, (2001), na sociedade americana, têm sido cada vez mais comuns os processos contra as indústrias de tabaco, cujas ações conseguiram o compromisso de indenizar suas vítimas em US\$250 bilhões ao longo de 25 anos.

No Brasil, a preocupação da ciência da contabilidade, de uma forma geral, volta-se para as áreas até agora pouco exploradas pelos profissionais de contabilidade, migrando para um campo de conhecimento até então desconhecido (PEREIRA, 2001).

Se no passado boa parte do tempo dos contabilistas era dedicada simplesmente ao cumprimento e à observação das normas e obrigações puramente fiscais, nos dias atuais, volta-se para preocupações ligadas à contabilidade ambiental.

Segundo Carvalho (2007), o motivo da não evidenciação de fatos contábeis ambientais pelas entidades se deve ao fato da não obrigatoriedade exigida por lei. Vários são os obstáculos que se apresentam às entidades para a evidenciação de informações acerca das relações entre a contabilidade e o meio ambiente; o autor afirma que o motivo da não evidenciação é que as doutrinas contábeis (Contismo, Materialismo, Personalismo, Reditualismo, Aziendalismo, Controlismo e Patrimonialismo), não visualizam a contabilidade mais ampla, somente os fatos econômicos.

Para Tinoco e Kraemer (2006), os eventos contábeis ambientais devem ser priorizados de acordo com os princípios normalmente aceitos. Diante dessas novas preocupações ambientais, surgem também os passivos ambientais. A contabilidade, a partir de então, passa a estudar como evidenciar os passivos ambientais, preocupando-se também com as influências que ocorrem e com os impactos causados por esses passivos.

A cada dia, surgem novas necessidades dos usuários da informação contábil. São crescentes as preocupações dirigidas à mensuração dos passivos. Neste contexto, esta pesquisa tem como objetivo principal a investigação sobre a evidenciação dos passivos ambientais nas empresas listadas no ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), e se essas empresas possuem práticas diferenciadas de passivos ambientais se comparadas às empresas listadas na BOVESPA (Bolsa de Valores de São Paulo), que não participam do Índice.

Compreende-se o ISE neste estudo a partir da definição de seu objetivo, a saber:

Tem por objetivo refletir o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial e também atuar como promotor das boas práticas no meio empresarial brasileiro. (ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial – (BOVESPA, 2008)

Segundo a BOVESPA (2008), criou-se um conselho deliberativo presidido por ela própria, que é responsável pelo desenvolvimento do Índice.

Dessa forma, o foco da pesquisa está direcionado às empresas do setor de utilidade pública, subsetor e segmento de energia elétrica, por meio da amostra de 9 (nove) empresas com práticas diferenciadas de índices, comparadas com outra amostra de 9 (nove) empresas, porém, não participantes do ISE, cuja preocupação é a melhoria da aplicação dos métodos de evidenciação das obrigações das empresas.

1.2 Situação – Problema

As empresas estão passando por um notável processo de transformação e preocupação por parte dos dirigentes. Com a crescente divulgação e disseminação das práticas da governança corporativa, especialmente entre as empresas de capital aberto compromissadas com a transparência das informações contábeis, a BOVESPA (2008), iniciou, por meio do ISE, uma tendência de as empresas e os investidores procurarem organizações socialmente responsáveis, com rentabilidade na aplicação dos seus recursos.

Entretanto, a pesquisa tem como preocupação a investigação sobre as práticas e o tratamento dos passivos ambientais das empresas de energia elétrica, que possuem um percentual expressivo dentro da atividade da empresa.

Assim, essas obrigações precisam de uma atenção maior para atender aos pontos analisados pelo ISE, criado pela BOVESPA (2008), que questiona: “a companhia possui uma política ambiental documentada e aprovada pela alta direção e amplamente divulgada às partes interessadas?”. Isso para que as demonstrações contábeis das empresas sejam analisadas perante a dimensão ambiental.

Ainda conforme a BOVESPA: “Há registro de inquérito ambiental (civil ou criminal), nos últimos três anos que tenha a companhia ou algum de seus dirigentes como investigados”? Essas perguntas fazem parte do questionário para que as empresas estejam dentro do ISE.

A preocupação da BOVESPA e do ISE para a evidenciação dos passivos ambientais tem como finalidade o aumento do valor de negociação das empresas que estão dentro dos índices.

De acordo Tinoco e Kraemer (2006), a identificação do passivo ambiental é considerada um fator de grande importância para as empresas no que diz respeito ao processo de vendas ou privatizações, no momento em que essas informações são claras aos usuários acerca do valor real da empresa, pois esses assumirão as obrigações ambientais.

Para os mesmos autores, há dificuldade no tratamento das diversas transações e eventos dentro das empresas, que se dá a partir dos registros e da divulgação dos passivos ambientais. Observa-se que essas obrigações ambientais são contingenciais e se formam dentro de um longo período.

Uma das preocupações do ISE está aliada a projetos referentes à educação ambiental, principalmente na evidenciação das informações. A partir do ISE, criado pela BOVESPA, entende-se que as empresas, hoje, estão inseridas no contexto de adoção de políticas de mensuração dos passivos ambientais; a evolução da prática elaborada pelas empresas é submetida a eventos que, por sua vez, refletem no seu patrimônio. A adoção da política de tratamento dos passivos ambientais, segundo a BOVESPA (2008), merece atenção exclusiva, em razão da transparência de informações que a empresa deverá ter mediante a inserção dentro do ISE.

Desse modo, questiona-se: as Companhias do setor de utilidade pública, subsetor e segmento de energia elétrica que pertencem ao ISE apresentam práticas diferenciadas para tratamento de passivos ambientais em relação às companhias do mesmo setor e segmento, mas que não estão listadas no ISE?

1.3 Objetivos

Conhecer as práticas contábeis relacionadas ao tema passivo ambiental das empresas do segmento de energia elétrica da BOVESPA, listadas e não listadas no site do ISE.

1.3.1 Objetivo geral

Conhecer a evidenciação dos passivos ambientais nas Companhias de utilidade pública, subsetor e segmento de energia elétrica listadas no ISE, em relação às empresas que não participam do Índice, de 2002 a 2006.

1.3.2 Objetivos específicos

O objetivo está ligado à construção da fundamentação teórica que contextualiza a questão da pesquisa: práticas diferenciadas de passivos ambientais das empresas listadas no site da BOVESPA. Nesse sentido, os objetivos específicos são:

- a) conhecer a fundamentação teórica sobre o Passivo Ambiental;
- b) identificar quais são as práticas, quanto aos procedimentos de evidenciação, definidas pela legislação ambiental, e as normas contábeis brasileiras;
- c) evidenciar se há diferenças entre as empresas que são e as que não são pertencentes ao ISE;

1.4 Justificativa

As empresas, como integrantes do ISE, têm a necessidade de adotar medidas para a evidenciação das contingências causadas pelos passivos ambientais, medidas essas que, além de econômicas, devem retribuir como retorno dos danos causados à sociedade onde estão localizadas. Em suma, devem prestar contas de todos os seus atos, dentro de uma política de boas práticas de governança corporativa.

Assim sendo, Silva (2007 p. 131) salienta que:

A necessidade de incorporar instrumentos de mitigação dos impactos ambientais nos projetos de geração hidrelétrica fomentou a idéia da formulação de políticas específicas que promovessem uma adequada inserção do meio ambiente nos empreendimentos do setor. Isto orientou reformas institucionais e reorganizações administrativas que possibilitaram o estabelecimento de incentivos econômicos para diminuição de impactos ao meio ambiente, implementaram sistemas de gestão e estabeleceram meios de participação da sociedade na tomada de decisões.

O autor ainda afirma que os objetivos ambientais podem ser voltados para a idéia de crescimento sustentável, não somente na qualidade sócio-ambiental, mas também na erradicação das desigualdades sociais. O estudo desse autor visou a analisar as dimensões econômicas, sociais e ambientais.

Pires (2005, p.55), sobre as diretrizes e os princípios socioambientais dentro do setor de energia elétrica, ressalta que:

O suporte institucional, necessário à orientação e gestão da questão ambiental no âmbito das políticas do setor de energia elétrica, começou a ser consolidado com a divulgação, em 1990, do PDMA (ELETROBRÁS/GCPS, 1990). Seus princípios básicos, como pode ser constatado a seguir, embora tenham sido formulados há 15 anos, estão ainda sintonizados com a realidade brasileira e encontram abrigo nos debates atuais sobre responsabilidade social, desenvolvimento regional e participação pública. São, portanto, apresentados da forma como foram formulados.

Ainda conforme o autor, a viabilidade sócio-ambiental é uma etapa de planejamento do empreendimento como fator resultante e decisório de realizá-lo ou não. Esses objetivos devem atender ao mercado com menor custo e também às expectativas e necessidades.

Portanto, com a evidenciação dos passivos ambientais, a minimização dos riscos nos casos de reestruturações empresariais, de incorporações, fusões e cisões de empresas, seria mais visível, se aplicada dentro dos objetivos da contabilidade, ou seja, levar as informações aos seus diversos usuários.

1.5 Metodologia científica da pesquisa

A pesquisa foi aplicada dentro de uma amostra de 9 (nove) empresas listadas no ISE, com práticas diferenciadas de índices, em comparação com outras 9 (nove) empresas que não participam desse índice, de 2002 a 2006.

A pesquisa tem caráter qualitativo e exploratório: explora as empresas do segmento de energia elétrica pertencentes ao ISE, quanto à divulgação de práticas diferenciadas para o tratamento dos passivos ambientais. (COOPER E SCHINDLER, 2003).

Nesse contexto, Gil (2002, p.41) aponta que:

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições.

1.6 Delimitação

A pesquisa delimita-se à evidenciação dos passivos ambientais nas empresas do setor de utilidade pública, subsetor e segmento de energia elétrica, listadas e não listadas no ISE.

1.7 Estrutura do Trabalho

Este trabalho está estruturado como se segue:

- a) capítulo 1: apresentação da introdução do trabalho, problemática, objetivo geral, objetivos específicos, justificativa, metodologia científica, delimitação e estrutura;
- b) capítulo 2: apresentação do referencial teórico sobre a evidenciação dos passivos ambientais e sobre o segmento de energia elétrica no Brasil;
- c) capítulo 3: apresentação das técnicas de pesquisa de análises de relatórios das empresas listadas e não listadas no ISE, de 2002 a 2006;
- d) capítulo 4: apresentação dos resultados da pesquisa;
- e) considerações finais, referências e apêndices.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Definição de Passivo

Passivos são obrigações de uma entidade que deverão ser cumpridas no futuro, por meio de transferência de ativos ou prestação de serviços a outras entidades como resultado de eventos ou transações passadas. Na definição de Hatfield apud Iudícibus (2006), são reclamos contra a entidade, ou mais especificamente, contra os ativos da entidade ou subtraendos do Ativo ou Ativo negativos. Ou seja, no momento em que a dívida vencer, ela será reclamada, ou será exigida sua liquidação.

Conforme Lopes e Martins (2005, p. 144), “passivos são contas ou grupos de contas que refletem a parte negativa do balanço patrimonial da entidade”, e complementam que um conceito mais abrangente de passivo estabelece que as relações legais não sejam necessárias para reconhecimento do passivo.

São obrigações contraídas pelas empresas, a curto e a longo prazo; os comprometimentos feitos pelas organizações que deverão ser registrados, para que não prejudiquem o andamento do patrimônio dos sócios.

Na visão de Hendriksen e Van Breda (1999, p.409), se ativos são bens e direitos e/ou reservas com benefícios futuros, automaticamente, as origens dessas reservas são direitos que se opõem perante esses benefícios futuros. Nesse sentido, ressaltam que:

Passivos São sacrifícios futuros prováveis de benefícios econômicos resultantes de obrigações presentes. O patrimônio dos acionistas é o que sobra após subtrair passivos de ativos. Algumas das complicações envolvidas na aplicação da definição de um passivo na prática são ilustradas pelos contratos compensáveis unilateralmente e pelo financiamento fora do balanço.

Segundo Lopes e Martins (op.cit.), passivos são obrigações oriundas, que devem ser sustentadas e comunicadas dentro das Demonstrações Contábeis, e para Hendriksen e Van Breda (op.cit. p. 409), “são reconhecidos quando satisfazem sua definição, são mensuráveis, relevantes e precisos”. Como aponta Iudicibus (op.cit.), passivo é algo necessário ao andamento de qualquer organização.

2.2 Passivos por negligência

Com relação ao passivo ambiental, pela sua definição de origens de recursos não foram reconhecidos nas Demonstrações Contábeis das organizações, observa-se que alguns desses dados, que deveriam ser evidenciados nas Demonstrações Contábeis das empresas, muitas vezes se tornam insuficientes perante o seu conceito, talvez até mesmo por ações sem vontade dos originários ou pessoas que trabalharam na confecção dessas demonstrações.

Diante disso, alguns autores diversificam e tentam mensurar os diversos tipos de passivos existentes na concepção de evidenciação das demonstrações contábeis. E além dos registros dos fatos verificáveis, os usuários internos que participam da confecção dessas demonstrações têm a obrigação de observar quais as influências que sua organização mantém perante as diversas formas de origens de recursos.

No entanto, muitas vezes por negligência ou incapacidade das organizações na observação dessas influências, elas podem originar os chamados passivos ocultos. Sobre isso, Pereira et al (2001, p.3) definem que:

Podemos definir o Passivo Oculto como obrigações contraídas pela empresa em práticas operacionais e comerciais usuais, às quais não estão vinculadas nas aquisições de bens e serviços e oriundas de atos ou fatos abstratos que dificultam a mensuração e o reconhecimento da obrigação.

Segundo Pereira, Giuntini e Boaventura (2002), alguns tipos de passivos e ações involuntárias identificadas são:

- a) Passivos Operacionais: ausência de manutenção de equipamentos de prestação de serviços, treinamento inadequado de operadores, ausência de manutenção das instalações de prestação de serviços, estocagem inadequada ou com prazo de validade vencida de produtos oferecidos ao consumo, qualidade de informação passada ao consumidor, não utilização de métodos que evitem doenças profissionais;
- b) Passivos de consumo: utilização de materiais inadequados e de componentes nocivos por ausência de testes, falhas de montagem, de manipulação e de acondicionamento, publicidade enganosa, apresentação insuficiente e inadequada;
- c) Passivos ambientais: ações negligentes que provoquem efeitos climáticos, depleção da camada de ozônio, chuva ácida, qualidade do ar, danos advindos de metais pesados, odores resultantes de resíduos orgânicos voláteis, poluição sonora, gerenciamento do

lixo dos resíduos de conteúdo tóxico, vazamentos poluidores, efeitos antiecológicos, qualidade da água;

- d) Passivos éticos: fabricação de produtos nocivos, como tabaco, álcool ou produtos compostos de drogas com efeitos colaterais comprovados.

Em algumas empresas, podem-se constatar as obrigações pagas e não baixadas do passivo circulante sem nenhuma prova documental, caracterizando, portanto, a ocultagem de passivo e da sonegação fiscal atrelada. Isso se denomina passivo fictício, que, por sua vez, diferencia-se do passivo oculto, em que existe a obrigação, mas não foram feitas as escriturações contábeis necessárias para o reconhecimento legal dessa origem de recurso. O quadro abaixo salienta esse ponto:

Passivos Intangíveis	Fato Gerador	Consequências
Operacionais	Negligência ou mau uso dos equipamentos, instalações, equipamentos de proteção, produtos e serviços fornecidos aos consumidores no decorrer das atividades operacionais da empresa.	Despesas com multas e indenizações.
De consumo	Fornecimento de maus produtos aos consumidores.	Reclamações por parte do consumidor ou outros que ajuíze ação contra tal empresa, especialmente após a lei de defesa do consumidor.
Ambientais	Atividades agressoras do meio ambiente.	Multas, indenizações, gastos com a recuperação das áreas degradadas, efeito negativo agregado à imagem da empresa perante a sociedade, dentre outras.
Éticos	Fornecimento de produtos que geram malefícios à saúde de seus usuários.	Indenizações aos próprios usuários e ao governo para cobrir gastos com tratamentos a esses cidadãos.

QUADRO 1 - Negligências ocasionadas pelos passivos intangíveis

Fonte: Adaptado de Pereira, Giuntini e Boaventura (2002).

2.3 Passivo Ambiental

Verifica-se atualmente que os profissionais de contabilidade têm se preocupado ativamente com a nova gestão de mensuração dessas informações, como é o caso da gestão ambiental e das obrigações ocultas, variáveis relevantes que interferem no andamento e na continuidade das organizações.

Dessa forma, as empresas passam por uma transformação, e devem ser analisadas e incorporadas dentro de suas Demonstrações Contábeis. Segundo Tinoco e Kraemer (2006), os problemas ambientais que afetam as empresas poderão ser melhorados com a adoção de

técnicas inovadoras de gestão no trato ambiental. Esses problemas tornam as empresas menos competitivas, acarretando o aumento dos custos.

Conforme Paredes e Contreras (2003), Passivos Ambientais é uma combinação muito especial de passivos estimados e contingentes, não conhecendo com clareza que é o reclamante, podendo ser qualquer pessoa, sejam essas acionistas, trabalhadores, credores, pessoas que vivem ao redor das instalações, comunidades agrícolas, etc., que se veem afetadas pelas atividades produtivas que causam impacto no meio ambiente.

Para Vargas (2003), as atividades agressoras do meio ambiente atingem de forma direta e indireta a comunidade, e as consequências geram efeitos negativos para as empresas, fatos esses definidos por obrigações como multas, indenizações e recuperação da área afetada. O referido autor afirma que a origem desses gastos relativos ao meio ambiente e a sua preservação pode constituir despesas ou custos do período, aquisição de bens e/ou da concretização desses gastos, chamados de contingências.

De acordo com Fávero et al (2006), a contabilidade tem como preocupação o patrimônio da entidade. Deve-se lembrar que preocupação fica limitada apenas à lei das sociedades anônimas nº. 6404, de 15 de dezembro de 1976 (BRASIL, 1976). Fávero et al (1997, op.cit.) definem a preocupação da contabilidade para com o patrimônio da entidade, mas em nenhum momento citam um conceito abrangente de passivo contemplando as questões ambientais.

Isso leva a crer que livros de contabilidade escritos para a graduação deixam a desejar sobre os conceitos de patrimônio da empresa. Vale recordar que, em 1992, no Rio de Janeiro, já havia, com o advento da AGENDA 21 (1992), a preocupação com a questão ambiental, muito embora seu enfoque ainda estivesse longe da realidade aplicada dentro das organizações.

Ao longo do tempo, a preocupação esteve sempre voltada à mensuração da riqueza patrimonial da empresa; dar a devida importância às questões ambientais sempre foi fator secundário dentro das organizações, e isso tem prejudicado o andamento patrimonial e financeiro das empresas. Nesse sentido, Leite, Ribeiro e Pacheco (2007, p. 9) salientam que.

O reconhecimento de um passivo ambiental, embora pareça ser algo simples, na realidade não o é. As dificuldades residem em alguns fatores a serem considerados como os altos gastos de implantação e manutenção, a falta de uma legislação ambiental clara e precisa, a cobrança da sociedade e investidores e também os aspectos relacionados aos consumidores.

A preocupação ambiental vigente é compromisso oficializado por parte da sociedade e muito mais pelos profissionais que têm a obrigação de evidenciá-la dentro das diversas empresas em que ocorrem. Para tanto, toda e qualquer empresa de grande porte de capital aberto com ações na BOVESPA tem a obrigação de seguir normas estipuladas pela Norma ABNT NRB19011 – ISO 10911 (2002), cujo objetivo é o campo de aplicação à gestão ambiental e de qualidade.

Segundo Ribeiro, Gonçalves e Lima (2005), num sentido amplo, dentro dos estudos da teoria da contabilidade, as obrigações ambientais poderão romper barreiras mediante a situação legal. Essa afirmação sobre os aspectos de contabilização do passivo e ativo ambientais nas termelétricas brasileiras aderem ao conceito de espontaneidade das informações que geram riscos ao meio ambiente.

Os autores sugerem que, antes de qualquer recebimento ou de comunicação legal, a empresa faça a auto-avaliação, adotando processos de reconhecimentos de procedimentos incorretos relacionados às obrigações ambientais.

Como ressalta Iudícibus (2006), entende-se que o compromisso social das organizações vai além das obrigações descritas em lei. É necessário, portanto, conscientização por parte das empresas em evidenciar os passivos ambientais, segundo abordagens ética e social.

Na primeira abordagem, o autor enfatiza que a mensuração dos eventos na contabilidade não pode conter margem a erros e dúvida interpretação. A segunda abordagem colabora com as afirmações alegadas quanto à amplitude das informações contábeis.

Os relatórios contábeis emanados da contabilidade deveriam atender à finalidade social mais ampla. Para o referido autor, a contabilidade deveria fornecer dados sobre aspectos que interessam à sociedade, como impactos ambientais causados pela poluição da empresas. Ademais, os projetos realizados pelas empresas poderiam ser compostos por investimentos para a redução dos danos causados ao meio ambiente, formando assim um conceito amplo de agregação de valores à comunidade, resultando no aumento da riqueza em que a organização está inserida.

Então, cabe questionar: o que vem a ser a expressão contabilidade Ambiental? Para Carvalho (2007, p. 111) “Contabilidade Ambiental pode ser definida como o destaque dado pela ciência aos registros e evidenciações da entidade referentes aos fatos relacionados com o meio ambiente”.

Segundo ANÁLISE (2004), os passivos ambientais das empresas são reconhecidos como dívidas relacionadas a questões ambientais decorrentes da degradação do meio ambiente, esses três fatores, passivo ambiental, dívidas relacionadas às questões ambientais e a degradação do meio ambiente são provocados pelo operacional da empresa e eventuais compromissos que não estão sendo cumpridos e firmados com a sociedade.

Seguramente, arcará com dispêndios para restaurar esse passivo ambiental, provocando, por conseguinte redução financeira e patrimonial da empresa, em face do prejuízo causado por esse evento, ficando sujeito até a sanções penais, enquanto os antigos controladores podem ter recebido valores indevidos, com a negociação do controle empresarial, ao esconderem esse fato, além de não terem construído reserva para esse fim. (TINOCO E KRAEMER, 2006, p. 65).

Tinoco e Kraemer (op.cit.) provocam uma discussão diante da publicação de ANÁLISE (op.cit.), em relação ao conceito de passivo ambiental, que passa por uma transformação de responsabilidades, em que o investidor ou acionista da empresa é responsável pelas ocorrências causadas pela entidade.

O conceito de contabilidade ambiental, portanto, está ligado à própria existência da empresa, no que diz respeito a todas as evidenciações e mensurações das contingências ambientais, e tal fator vem provocando grandes valores indevidos até então não mensurados.

Assim sendo, Ribeiro (2006, p.3) afirma que.

As notas explicativas, não contempladas no artigo 176, da Lei nº. 6404, de 15 de dezembro de 1976, deverão ser utilizadas para notificar as contingências e sinistros identificados após o encerramento do exercício e o fechamento do balanço patrimonial, assim como as perdas, cujos valores sejam superiores ao que foi provisionado.

O termo “passivo ambiental” tornou-se conhecido, a partir dos acidentes provocados pela Union Carbide, em Bophal, na Índia, pelo petroleiro Exxon-Valdez, no Alasca, pelos resíduos de materiais nucleares em Chernobyl, na Rússia, pelo vazamento de gás na Vila Socó, em Cubatão, São Paulo, pelo vazamento de 1.200 mil litros de óleo na Baía da Guanabara, no Rio de Janeiro, em 17 de janeiro de 2000 (grifo nosso).

O referido autor ressalta que os passivos ambientais são sinônimos de negatividade, organizações com desembolsos enormes para pagar indenizações e multas pela recuperação da natureza.

Conforme o IBRACON - Instituto Brasileiro de Contadores (2006), nas normas e procedimentos de Auditoria NPA 11 Balanço e Ecologia (2006), passivo ambiental é conceituado como agressão praticada à natureza e, por ocasião do fato, a empresa terá que

desembolsar recursos para a reabilitação da área degradada. Representa obrigações destinadas a investimentos relacionados ao combate de danos/erros ou omissões causadas ao meio ambiente.

De acordo com Silva (2001), o comportamento das empresas colaboradoras no que diz respeito à melhoria do meio ambiente e o reconhecimento do passivo ambiental, são compromissos das empresas, mesmo que ainda não há obrigatoriedade definida por lei. Observa-se que 40% das empresas do setor químico e petroquímico afirmam ter passivos ambientais mas que possuem programas para minimizar esses passivos.

Um número pequeno de empresas, aproximadamente 10%, consideram como sendo grande a quantidade de passivos produzidos em suas instalações ao final de cada processo. Cerca de 56% das empresas pesquisadas estocam os passivos ambientais no interior das empresas, contra 44% que optaram por não divulgar essa informação. (p. 82).

Conforme Conway apud Silva, (op.cit., p.86), “são vários os conceitos de risco, mas um ponto comum entre eles é a inclusão da noção de probabilidade. Risco é definido como a medida da probabilidade e da severidade de efeitos adversos”.

E o Conselho Nacional de Meio Ambiente apud Silva (op.cit., p.86) afirma que:

Impacto ambiental é definido como qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais.

Segundo o CONAMA apud Silva (op.cit.), o efeito de um impacto pode ser positivo ou negativo, por outro lado, o efeito de um risco é sempre negativo, adverso. Os estudos de risco incluem sempre o conceito de probabilidade, e os de impacto, não necessariamente.

As obrigações ambientais (passivo ou origens de recursos) são contingências formadas ao longo do tempo pelas empresas, em decorrência da utilização do meio ambiente sem a sua devida compensação.

Artigos de livros nas áreas que tratam do passivo ambiental no Brasil ainda são recentes. Em razão da movimentação a respeito da camada de ozônio e do melhoramento das condições climáticas no mundo, a preocupação com as questões ambientais ficaram mais evidentes nas discussões entre cientistas e organizações que apoiam esse movimento.

Os resíduos das empresas são as principais causas do passivo ambiental, devido à descarga de dejetos industriais nos lagos e rios e ao uso desse espaço pelas empresas sem a devida permissão dos órgãos responsáveis; esse processo de geração de resíduos pelas empresas forma o passivo ambiental.

Conforme Bergamini Junior (2006), a contabilidade financeira ambiental tem o objetivo de registrar as transações da empresa que impactam o meio ambiente e os efeitos que afetam, ou deveriam afetar, a posição econômica e financeira dos negócios da empresa, devendo assegurar que:

- a) os custos, os ativos e os passivos ambientais estejam contabilizados de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade ou, na sua ausência, com as práticas contábeis geralmente aceitas; e
- b) o desempenho ambiental tenha a ampla transparência de que os usuários da informação contábil necessitam.

Seguindo os conceitos permitidos por lei, é válido ressaltar que a contabilidade deveria mensurar, identificar e evidenciar todas as informações inerentes às atividades da empresa, inclusive informações ambientais.

Para que isso ocorra, existem hoje diversas leis que obrigam as empresas a realizar tal alegação. Segundo Beuren (2003), a mensuração da situação ambiental faz aparecer um cenário polêmico e divergente e que ainda há controvérsias no que diz respeito à identificação dessas variáveis.

Para Hendriksen e Van Breda (1999), a mensuração deve ser evidenciada de forma monetária, conforme os objetos ligados à atividade operacional da empresa. A identificação dos passivos ambientais existentes dentro da empresa é fator quantitativo, devendo ser mensurados.

Nesse contexto, Pereira, Giuntini e Boaventura (2002, p.3) relatam que “passivos ambientais são alguns acontecimentos ocorridos pelos fenômenos ambientais não registrados nas demonstrações financeiras.”, ou seja, são as obrigações que não foram registradas na contabilidade da empresa no decorrer de suas atividades. Os autores complementam que:

Podemos definir o Passivo Oculto como obrigações contraídas pela empresa em práticas operacionais e comerciais usuais, às quais não estão vinculadas nas aquisições de bens e serviços e oriundas de atos ou fatos abstratos que dificultam a mensuração e o reconhecimento da obrigação. (p. 4).

Passivos ambientais são obrigações não evidenciadas nas Demonstrações Contábeis da entidade. Muitas vezes, essas obrigações estão “escondidas”, em razão da preocupação da empresa em demonstrar sua responsabilidade perante as normas referentes à degradação do meio ambiente (grifo nosso).

Conforme Pereira et al. (2001, p.108), “o passivo oculto é uma exigibilidade cuja informação acerca de sua existência permanece encoberto ao usuário externo dos demonstrativos contábeis e em alguns casos até aos seus próprios dirigentes”.

Hendriksen e Van Breda (1999) traçam um paralelo relacionado ao problema ocasionado com a Eletropaulo: as empresas que não provisionarem as obrigações, como fundo de pensões, também estarão sujeitas a passarem por passivo ocultos. A contabilização de planos de pensão é outro exemplo em que os passivos são compensados por ativo.

Ainda sobre a notícia de refinanciamento da Eletropaulo em relação à contabilização dos passivos, vale questionar: Como o Banco USB Warburg chegou a tal valor, já que esse valor não se encontra evidenciado nas Demonstrações Contábeis da referida companhia?

2.3.1 Implicações decorrentes do surgimento de um passivo ambiental

Segundo a ONU apud Ribeiro (1998), existem alguns tipos de obrigações inerentes aos passivos ambientais:

2.3.1.1 Implicações Legais:

São aquelas provenientes de instrumentos de força legal (legislações, penalidades impostas por lei etc.), mas, ao mesmo tempo em que o autor escreve sobre um conceito ínfimo diretamente atrelado à legalidade, este tipo de obrigação será considerado mera formalidade. Visto que os conceitos não são bem aprofundados acerca da responsabilidade sustentável, a organização tem o livre arbítrio de sobrepor a esses conceitos.

A PRICEWATERHOUSE (2000) exemplifica que uma determinada empresa, devido ao clima e solo propícios de certa região, tem interesse em fazer uso de determinada área de um Estado para o plantio de florestas a serem usadas na indústria de celulose e madeiras. Para se instalar, a empresa assinou contrato com o Estado e as prefeituras das cidades,

comprometendo-se a plantar mudas de plantas nativas da região, em uma proporção de dois hectares para cada dez hectares plantados de florestas para exploração. Isso quer dizer que a cada oito hectares plantados de florestas, para exploração, a empresa cria uma obrigação legal de acordo com os termos do contrato com o Estado e com as prefeituras, que deve constar no balanço.

2.3.1.2 Implicações Implícitas:

Segundo Tinoco e Kraemer (2006, p.179), implicações implícitas surgem “quando uma entidade, por meio de práticas do passado, políticas divulgadas ou declarações feitas, criam uma expectativa válida frente a terceiros e, por conta disso, assume um compromisso”. Por sua vez, Fronti de Garcia et al (2004, p. 10) afirmam que os custos implícitos ¹ “são aqueles que produzem efeitos irreversíveis ao meio ambiente como consequência das atividades desenvolvidas pela empresa” (tradução nossa).

Os mesmos autores salientam que custos implícitos são aqueles que causam danos irremediáveis para o meio ambiente, com grandes prejuízos às empresas e à sociedade, e que seria quase impossível a renovação desses danos causados, visto que representam graves riscos à sobrevivência das espécies e à qualidade de vida do ser humano.

Conforme a PRICEWATERHOUSE (2000), uma mineração próxima a uma cidade, que se vê frente a um processo de associação de sua imagem com a redução de fauna da região, decide ir a público, ao anunciar a criação, em parte de suas terras, de um parque ecológico, com as principais espécies da fauna local, mesmo que ainda não houvesse estudos provando sua culpa.

Nesse caso, o passivo ambiental passou a existir no momento em que a empresa prontificou-se a retificar um dano ambiental, mesmo que a existência do dano ainda não estivesse comprovada. O passivo é registrado, pois não se trata de prevenção, mas de remediação.

¹ Costos Implícitos: son aquellos que producen efectos irreversibles en el medio ambiente como consecuencia de las actividades desarrolladas por la empresa.

2.3.1.3 Implicações Construtivas:

Conforme Tinoco e Kramer (2006), trata-se de implicações que a empresa propõe-se a cumprir espontaneamente, excedendo as exigências legais. Podem ocorrer quando a empresa estiver preocupada com sua reputação na comunidade em geral, ou quando estiver consciente de sua responsabilidade social, e usar os meios para proporcionar o bem-estar da comunidade.

Os referidos autores afirmam que é possível considerá-las umas das mais bem definidas características, e que, harmonicamente, buscam a aplicação da lei por ora obrigatória.

A ciência contábil, ao definir o conceito de obrigações, deveria, primeiramente, dar enfoque às suas características. Sendo assim, poderiam manifestar o fator responsabilidade social com o princípio da prudência e a convenção do conservadorismo, já que a parte legal é recalcada de grande valor aos profissionais da contabilidade. Por isso, cabe ressaltar a aplicação desse princípio e a convenção às abordagens inerentes às obrigações ocultas dentro das organizações.

Carvalho (2007), sobre a responsabilidade ambiental, afirma que a legislação tem tratado com maior rigor as questões ambientais: as descobertas dos estudiosos da temática estão levando a uma nova dimensão da ética e da responsabilidade das empresas frente às questões ambientais.

Mesmo que a lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (BRASIL, 1976), e a lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007), não tratem da norma inerente ao passivo ambiental, a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e o IBRACON, por sua vez, tratam do assunto na NPA (Normas de Procedimentos de Auditoria) n. 11, NPC (Normas de Procedimentos Contábeis) n. 22 e da Resolução 488, de 03 de outubro de 2005.

2.3.1.4 Implicações Justas:

Refletem a consciência de responsabilidade social, ou seja, a empresa cumpre essas implicações em razão de fatores éticos e morais. Nesse caso, Kraemer (2006) coloca como exemplo: se existir um instrumento legal que obrigue uma determinada empresa a restaurar uma área contaminada por suas atividades – no caso de ser um fato relevante e de

conhecimento público ou de afetar interesses e direitos de terceiros - a empresa será compelida a reparar o erro cometido.

Conforme Carvalho (2007, p. 47), “qualquer atividade que acarrete prejuízos ao meio ambiente gera, em consequência, a responsabilidade ou dever de indenizar”. Tem-se observado que, nas grandes reorganizações societárias, o montante das obrigações de reparação de danos ao meio ambiente tem efeito significativo sobre as negociações, causando sérios prejuízos ao comprador, quando não detectadas no ato da negociação.

Nesse sentido, Alvarez, Almeida e Ribeiro Filho (2005, p.9) ressaltam que:

Tudo é favorável e mensurável. A eliminação, por causa, da fauna e da flora podem alterar a vida dos seres humanos. O equilíbrio natural do ecossistema é muito importante. A mudança do clima, por essas ou por outras causas, pode acarretar fatos imprescindíveis. Uma inundação pode ter um custo mais alto que o imposto que tributa uma madeireira que desmata um bosque imprudentemente. A ruptura de um dique que contém elementos nocivos pode deixar sem flora e sem fauna, por muitos anos, a zona de influência e isso altera toda a vida do sistema ecológico. Não necessita elucubrar muito para buscar exemplos. Imaginem a ruptura de uma piscina de carbono, uma lagoa artificial de petróleo cru, um depósito de produtos químicos nocivos a granel, uma lagoa de retenção de produtos venenosos, etc., (tradução nossa).²

Com isso, pode-se afirmar que essa é uma grande preocupação das empresas. A título de exemplificação, descrevem-se os fatos ocorridos abaixo.

Uma ocorrência de grande proporcionalidade, em 1976, deu-se quando a empresa Rhodia, do setor químico, adquiriu a Clorogil, na região de Cubatão, Estado de São Paulo. A adquirida mantinha depósitos de lixo tóxico nos fundos da propriedade, os quais, por não estarem devidamente acondicionados, acabaram contaminando o lençol freático e comprometendo toda a região.

A nova proprietária foi responsabilizada por todos os danos provocados, e até hoje ainda arca com sequelas dessa transação. Um de seus dirigentes afirmou que o laudo da Cetesb - Cia. Estadual de Tecnologia de Saneamento Básico (responsável pela qualidade ambiental do Estado de São Paulo) é tão importante quanto o fluxo de caixa nas próximas

² Todo es valorable y mensurable. La eliminación, por esas causas, de la fauna y la flora pueden alterar la vida de los seres humanos. El equilibrio natural del ecosistema es muy importante. El cambio del clima, por esas o por otras causas, puede acarrear hechos imprescindibles. Una inundación puede tener un coste más alto que el impuesto que tributa una maderera que tala un bosque imprudentemente. La rotura de un dique que contiene elementos nocivos, puede dejar sin flora y sin fauna, por muchos años, a la zona de influencia y eso altera toda la vida del sistema ecológico. No se necesita lucubrar mucho para buscar ejemplos. Imaginen la rotura de una pileta de carbón, una laguna artificial de petróleo crudo, un depósito de productos químicos nocivos a granel, una laguna de retención de deshechos venenosos, etc.

transações de aquisição. A Rhodia, em 1994, foi condenada pela Justiça a descontaminar quatro áreas em São Vicente, onde foram encontrados altos índices de um produto que causa câncer e mutação genética, emitido pela Clorogil. (RHODIA, 1998).

A Parmalat, do setor de alimentos, adquiriu, em 1998, a Etti e, juntamente, um passivo ambiental avaliado em cerca de US\$ 2 milhões. O passivo ambiental foi provocado pela emissão irregular de resíduos nos esgotos na cidade de Araçatuba, no interior do Estado de São Paulo. Na ocasião da operação, estava sendo negociada com a prefeitura local a transferência de responsabilidade pelo tratamento, obviamente mediante pagamento. O custo do tratamento de cada metro cúbico de esgoto é de US\$ 200 mil por mês, no período de maior produção do produto massa de tomate, (RHODIA, op.cit.).

Rhodia (op.cit.) menciona ainda o caso da Protector & Gamble, que comprou a fábrica de sabão em pó Orniex, assumindo um problema de emissão de material particulado (poeira) durante a produção do sabão em pó. O custo estimado para tratamento das consequências de tal emissão é de US\$ 500 mil.

Há também como exemplo empresas que procuram antecipar essas situações, aplicando procedimentos no intuito de detectar futuros problemas relacionados ao meio ambiente, conforme demonstra o Relatório de Sustentabilidade Empresarial do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, de 1997.

Em relação às empresas Parmalat, Etti, Protector & Gamble e Orniex, cabe a pergunta: Se há dificuldades em mensurar o valor do passivo ambiental dentro das empresas, como conseguiram demonstrar os valores de passivos ambientais? Pode-se então afirmar que, em busca dos dados demonstrados nas Demonstrações Contábeis das referidas empresas, constatou-se que não há evidenciação dos valores de passivos ambientais, (RHODIA, 1998).

2.3.2 Identificação de processos ambientais

O início da implantação de um modelo de gestão ambiental para as companhias de energia elétrica está no ato da degradação do meio ambiente, muito embora esse assunto seja tratado no item 2.6 desse capítulo. Segundo Ferreira (2004), as empresas devem registrar o passivo ambiental para minimizar os acontecimentos futuros em relação aos reflexos causados pela degradação do meio ambiente.

Nesse sentido, salienta que:

Degradação são as ações que resultem em danos ao meio ambiente gerando poluição. Essa poluição pode causar reflexos no patrimônio da entidade, por isso requer uma ação gerencial que vise tornar esse reflexo senão positivo que pelo menos possas minimizar qualquer prejuízo.

Abaixo, tem-se um quadro demonstrativo:

Matriz de Identificação Geral	
Tipo de Degradação	Localização
Emissão de resíduos sólidos	Ar
Emissão de resíduos líquidos	Água
Emissão de resíduos gasosos	Solo

QUADRO 2 - Identificação dos impactos ambientais

Fonte: Ferreira (2004).

Para o mesmo autor, a combinação desses três elementos identificará mais especificamente como esses impactos podem afetar a entidade. A entidade sofre reflexos no patrimônio porque, dependendo da característica da degradação causada, acarretará:

- a) gastos efetivos com a recuperação do Meio Ambiente, de modo que volte a ficar em condições idênticas às existentes antes da degradação;
- b) gastos com o tratamento de doenças resultantes da poluição causada pela ação do homem;
- c) gastos referentes a ações que pudessem prevenir a poluição;
- d) gastos com indenizações pela degradação ambiental;
- e) descontinuidade das operações e outros.

Ainda segundo o autor citado, outro problema causado e que deverá sair dos cofres das empresas é a devolução de uma vida saudável, como ajuda de custo, às pessoas prejudicadas com a degradação causada. Ademais, a empresa deverá traçar um plano de controle de prevenção para que tal fato não volte a acontecer.

2.4 Evidenciação dos passivos ambientais

Em se tratando da evidenciação, os passivos ambientais das empresas poderão ser evidenciados em outros relatórios, como é o caso das companhias de energia elétrica, que, por sua vez, demonstram suas informações por meio do Manual de Contabilidade estabelecido pela ANEEL, através da Resolução 444 (ANEXO A).

Assim sendo, Leite, Ribeiro e Pacheco (2007, p. 6) apontam que:

Estendendo às questões ambientais, tem-se que o objetivo é o de efetuar os registros e controles e toda e qualquer atividade, desenvolvida ou em desenvolvimento, ocorrida ou a incorrer, desde que passível de mensuração e que interfira em qualquer tempo no meio ambiente, como também as ações minimizadoras ou corretivas de danos. Esses registros devem ainda ser efetuados em contas específicas na sua geração ou quando puderem ser estimados, em se tratando de eventos futuros. Pode-se dizer então, que o objetivo destas divulgações na área ambiental, é prover o usuário com informação sobre o impacto ambiental e o desempenho operacional de uma entidade, que sejam úteis na tomada de decisões sobre suas relações com a empresa.

Além do manual de contabilidade que regulamenta a atividade das companhias, a política nacional ainda exige que todas as companhias geradoras e transmissoras de energia elétrica estejam com as suas licenças regularmente em dia.

Nesse sentido, Ribeiro (2006, p. 28) atesta que:

A política nacional do meio ambiente estabeleceu, entre os critérios básicos para licenciamento das atividades, que se utilizem de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, e dos empreendimentos capazes de causar degradação ambiental.

Para o mesmo autor, esse relatório deve ser elaborado por técnicos habilitados e deve conter informações como: diagnósticos ambientais, propostas de ações e identificação dos impactos positivos. Ainda, é de fundamental importância que os profissionais da contabilidade tenham discernimento no sentido de oferecer informações aos usuários da contabilidade, por meio das demonstrações contábeis e relatórios.

É válido lembrar que, além dos requisitos mínimos exigidos por normas para a identificação, evidenciação e mensuração dos passivos, são necessários avanços dos profissionais de contabilidade perante o acompanhamento de eventos causados pelas empresas, e que não foram evidenciados, como é o caso dos passivos ambientais.

Conforme Iudícibus (2006, p.156), “o problema principal do passivo não reside em sua mensuração, mas em quando reconhecê-lo e registrá-lo”. Do conceito definido por esse autor, observa-se que sempre surgirão momentos de incertezas na identificação dessas obrigações, e os profissionais de contabilidade podem questionar: De que forma?, Por quê? Como?

Segundo Leite, Ribeiro e Pacheco (op.cit.), o reconhecimento do passivo ambiental é algo difícil perante as dificuldades de mensuração, e corroboram com Iudícibus (2006); embora pareça ser algo simples, na realidade não é. As dificuldades residem em alguns fatores

a serem considerados, como os altos gastos de implantação e manutenção, a falta de uma legislação ambiental clara e precisa, a cobrança da sociedade e dos investidores e também os aspectos relacionados aos consumidores.

As exigências feitas na elaboração das Demonstrações Contábeis são complexas no que diz respeito às origens de recursos. Dessa forma, deve haver um estudo bem definido sobre a evidenciação dessas obrigações. De acordo com Iudicibus (op.cit., p. 22), a Contabilidade tem, como função, fornecer aos usuários das demonstrações Contábeis informações sustentáveis à tomada de decisão.

Se o tratamento das Demonstrações Contábeis deve ser de forma minuciosa e de fundamental importância para os usuários da contabilidade, as obrigações passam por essa etapa também, devendo ser tratadas de forma cautelosa no ato da sua evidenciação.

Nesse contexto, Hendriksen e Van Breda (1999, p.410) atestam que:

Simultaneamente à conscientização crescente da necessidade de reconhecimento de mais obrigações nos balanços, em havido uma explosão de tipos extintos de passivos. Essa explosão tem sido alimentada, em parte, pelo uso de operações alavancadas para financiar fusões e aquisições. Estes passivos, também conhecidos como instrumentos financeiros, geram uma série de problemas para os contadores.

Os autores citam as debêntures para dar dúvida função de obrigações. Na primeira opção, permite-se a aplicação do valor principal e, na segunda opção, a compra dos direitos aos juros, devendo, dessa forma, ser evidenciados como classificação diferenciada no balanço patrimonial.

Os questionamentos inerentes à evidenciação dos passivos estão além de se tornarem fáceis acerca da mensuração e do seu reconhecimento. Mesmo assim, é necessário que se identifique e se faça essa evidenciação, visto que isso não modificará a natureza dessa obrigação, porém, se não for reconhecido, será um passivo não registrado.

Conforme os referidos autores, as características dos passivos são importantes nas decisões, livrando as organizações dos erros ocasionados.

Segundo Schaltegger e Burrit (2000, p.190), “o processo de incorporar elementos financeiros contábeis (recursos, obrigações, despesas e receitas) no balanço, na demonstração de resultado do exercício, nas notas explicativas e demais Demonstrações Contábeis”.

Esses processos requerem que sejam feitas as evidenciações das perdas e contingências das obrigações ainda não reconhecidas. Dessa forma, permitem o

reconhecimento das Demonstrações Contábeis das organizações, e as obrigações poderão ser evidenciadas nas Notas Explicativas e no Relatório da Administração, fazendo com que a organização mantenha como uma obrigação de responsabilidade, mesmo que não sejam efetuadas no Balanço Patrimonial.

Assim sendo, Iudícibus (2006, p.125) relata que:

Assim, antes de evidenciarmos certo evento não quantificável, é preciso avaliar, embora seja difícil, se esta informação aumentará a relevância a ponto de justificar o aumento da complexidade de sua análise. Aqui, mais uma vez, é importante sabermos quem está interpretando os demonstrativos.

Embora o autor acima comente sobre a complexidade inerente à evidenciação das Demonstrações Contábeis, acredita-se que essas demonstrações devem ser evidenciadas de uma forma compreensível ao público em geral.

Diante do exposto por Hendriksen e Van Breda (1999), Iudícibus (op.cit.) e Ribeiro (2005), referente aos registros do passivo ambiental, esses devem estar registrados em relatórios que possibilitem o conhecimento aos usuários, de acordo com suas características específicas. As formas mais usuais para seu registro são as seguintes:

- a) consumos do exercício atual: são passivos que podem ter origem em insumos ou serviços, totalmente consumidos, necessários ao gerenciamento ambiental ou à recuperação de danos. Essas obrigações devem ser contabilizadas em contrapartida a uma conta do resultado operacional, se o fato gerador ocorrer no exercício em curso. Para tanto, usa-se o procedimento adequado, tendo em vista a obediência ao regime de competência;
- b) resultados de exercícios anteriores: uma exigibilidade ambiental poderá decorrer de eventos passados. Em se tratando de fatos geradores ocorridos em exercícios anteriores e que não possam ser atribuídos aos subsequentes, como a recuperação de áreas poluídas, a contrapartida dos ajustes deverá ser feita, diretamente, à conta de Resultados do Exercício em curso. Isso se justifica porque a alteração de resultados de exercícios anteriores só deve ser efetuada quando da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a outros exercícios;
- c) contingências: é uma obrigação que pode surgir dependendo de um evento futuro, ou seja, procuram refletir os riscos a que a empresa está sujeita, condicionada à ocorrência do evento. Tais eventos podem ser baseados em probabilidades, de ocorrência provável, razoavelmente possível ou probabilidade remota.

2.4.1 Influência da evidenciação dos gastos ambientais para a economia

Um fator de grande dificuldade é a harmonização do desenvolvimento econômico, devido aos acontecimentos e contingências ocorridos e não registrados nas empresas. A economia precisa de crescimento, em contrapartida, e o meio ambiente já degradado é o maior prejudicado, em razão do não registro dos passivos ambientais.

Conforme Ribeiro (2006, p.5), “a existência de uma terceira variável que sofre influência direta no seu comportamento: da população que habita no planeta”. E complementa que problemas de saúde poderão acontecer quando as organizações não assumirem seus compromissos e não evidenciarem as contingências ambientais existentes e, quando o fizerem, farão com valores bem inferiores ao destinado.

Nesse contexto, Carvalho (2007, p.30) afirma que:

[...] a idéia central de harmonização da situação econômica com o meio ambiente, a responsabilidade de fiscalização desses atos e fatos prejudiciais à natureza é de competência de três esferas independentes e que deveriam trabalhar com o único intuito de valorização do meio ambiente, são eles: (a) Governo Federal (b) Empresas Privadas e Estatais, e (c) população em geral.

Conforme, Constituição da Republica Federativa do Brasil artigo nº. 225 (BRASIL, 1988) “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, com o compromisso de cobrança das autoridades para o zelo e a preservação da presente e da futura geração”.

O princípio nº. 4 da Declaração do Rio de Janeiro sobre o ambiente e desenvolvimento repete o artigo citado, em que, para se alcançar o desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental deve constituir parte integrante do processo de desenvolvimento. A mesma declaração, no princípio n. 8, diz que, para se alcançar um desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida para a população, é necessário que os estados reduzam e eliminem padrões insustentáveis de produção e de consumo e promovam políticas demográficas apropriadas (AGENDA 21, 1992).

Cada organização tem como obrigação elaborar projetos que evidenciem a redução de dejetos prejudiciais à natureza; essa preocupação tem como principal objetivo a prevenção e, conseqüentemente, a diminuição dos fatores negativos que abordam o meio ambiente. Para a empresa, essas obrigações podem ser contempladas e evidenciadas como contingências ambientais, mesmo que não estejam sendo obrigadas a registros contábeis.

Desse modo, Carvalho (2007, p.335) salienta que:

O gerenciamento ambiental visa, antes de tudo, superar, reduzir ou anular os impactos ambientais negativos decorrentes da atividade da empresa. O objetivo é uma redução de custos ambientais para a entidade e em um meio ambiente de melhor qualidade para a sociedade, através da implantação de uma política interna de atividades de planejamento, atribuição de responsabilidades.

E Ribeiro (1998, p. 6) teoriza que:

Nota-se que a redução dessas agressões passa a ser considerada uma forma de eliminar custos para a empresa. Minimizar a produção de resíduos, em qualquer processo produtivo, implica, além de danificar menos o meio ambiente, utilizar melhor o potencial das matérias-primas, evitar penalidades da legislação ambiental, diminuir o risco de indenizações por danos a terceiros, e preservar sua imagem perante a sociedade, principalmente, perante clientes interessados no controle e na preservação ambiental.

Nota-se que ambos os autores acima estão preocupados com a preservação da natureza: sugerem a implantação de políticas de responsabilidades que possam reduzir os danos causados ao meio ambiente. Assim, pode-se dizer que a ideia central de Carvalho (op.cit.) em relação à harmonização da situação econômica com as questões ambientais está ligada à evidenciação dos passivos ambientais.

De acordo com Ribeiro (op.cit.), ao considerar que as reduções das agressões levam à redução de custos para a empresa, esse fato acontece a partir do momento em que as empresas obtêm seus registros contábeis por meio da evidenciação dos passivos ambientais.

Conforme Tinoco e Kraemer (2006, p.45), “a degradação excessiva do meio ambiente e a depleção exagerada de recursos naturais têm chamado a atenção em todo o mundo, e com isso o meio ambiente vem atraindo cada vez mais atenção e interesse”.

Em face dos conceitos dos diversos autores citados nesse item, verifica-se que, independentemente do ramo de atividade, todas as empresas devem manter o compromisso perante as obrigações com o meio ambiente, estendendo-se às companhias do setor de utilidade pública setor e segmento de energia elétrica, suscetíveis ao passivo ambiental pelo ramo de atividade exercido.

2.4.2 Custos Ambientais

A implantação de um programa de gestão ambiental e de um sistema integrado dentro da contabilidade tem como principal fundamento a qualidade ambiental.

Segundo Bonelli e Robles Junior (2003), a qualidade ambiental, integrada ao sistema global da organização, pode e deve ser mensurada em termos de custos, embora existam, no início do processo produtivo, dificuldades para quantificar o que significa realmente qualidade ambiental.

Contudo, os autores afirmam que não é uma tarefa fácil enquadrar os custos da qualidade ambiental nos sistemas contábeis normais da empresa, pois a linguagem dos custos, além de ser universal, é compreendida pela direção das organizações, permitindo-lhe realizar as escolhas corretas e visualizar de forma precisa (quantificada) grande parte dos benefícios e lucros decorrentes da implantação dos programas de gestão ambiental.

Na visão de Kraemer (2000, p.6), os custos ambientais “têm origem em gastos relativos ao meio ambiente, que podem se constituir em despesas do período atual ou anteriores, aquisição de bens permanentes, ou na existência de riscos de esses gastos virem a se efetivar (contingências)”.

O autor complementa que os passivos ambientais podem ter como origem qualquer evento ou transação que reflita a interação da empresa com o meio ecológico, cujo sacrifício de recursos econômicos se dará no futuro. Assim:

- a) aquisição de ativos para contenção dos impactos ambientais (chaminés, depuradores de água química etc.);
- b) aquisição de insumos que serão inseridos no processo operacional, para que esse não produza resíduos tóxicos;
- c) despesas de manutenção e operação de ‘departamento’ de gerenciamento ambiental, inclusive mão-de-obra;
- d) gastos para recuperação e tratamento de áreas contaminadas (máquinas, equipamentos, mão-de-obra, insumos em geral etc.);
- e) pagamento de multas por infração ambiental;

- f) gastos para compensar danos irreversíveis, inclusive aqueles relacionados à tentativa de reduzir o desgaste da imagem da empresa perante a opinião pública, etc.

Conforme Martins (2006), os gastos ambientais são todos os gastos atribuídos ao processo de mensuração ambiental, que dependem de controle e têm o objetivo de proteger o meio ambiente, como também combater dejetos indesejáveis à vida humana. Assim, entende-se que os recursos consumidos visando à reorganização ambiental poderão ser denominados de custos ambientais.

As recuperações feitas no meio ambiente onde as empresas estão inseridas tornam-se um desembolso para essas empresas, porém, antes que essas retiradas financeiras aconteçam, as empresas devem ter constituído um passivo ambiental na forma de provisão para a recuperação do meio ambiente, reconhecido no momento do evento que gerou o impacto ambiental.

Segundo Tinoco e Kraemer (2006), os custos ambientais também são tratados como se fossem gastos ou despesas, sendo assim, conforme a teoria da contabilidade, os custos são evidenciados em primeira instância e, depois, as despesas.

Para Leite, Ribeiro e Pacheco (2007), em linhas gerais, a origem de um passivo ambiental tem relação direta com as transações da empresa que reflitam a sua interação com o meio ambiente, as quais representam para o futuro o sacrifício de recursos econômicos.

Os mesmos autores salientam que a origem dos gastos ambientais está ligada às atividades desempenhadas pelas empresas que causam impactos ao meio ambiente; no entanto, quando atitudes preventivas são tomadas no sentido de minimizar futuras ocorrências, com registros de evidenciação, tem-se aí o reconhecimento do passivo ambiental.

A discussão do referido autor não gera alteração quanto à nomenclatura das contas - o que se discute é a evidenciação dos passivos ambientais nas companhias de energia elétrica.

Os reconhecimentos dos passivos ambientais deveriam constar nas Demonstrações Contábeis das companhias da amostra da pesquisa. Como apontam Leite, Ribeiro e Pacheco (op.cit., p.4), “a contabilização passa necessariamente por um bom sistema de contabilidade e da postura da empresa frente à existência de passivos ambientais”; então, pode-se deduzir que as companhias do setor e segmento de energia elétrica também deveriam reconhecer os passivos ambientais.

Segundo Carvalho (2007), os contadores devem estar atentos aos impactos ambientais causados pela natureza àqueles ocasionados pelas empresas, devendo essas identificar os custos e benefícios provocados por esses impactos. E completa que a melhor forma de evidenciar essas informações é por meio de relatórios com resultados financeiros visíveis, para que os gestores das empresas possam ter argumentação para a tomada de decisão.

Percebe-se também que a preocupação quanto à questão ambiental da empresa não pode ficar restrita a apenas um setor responsável. Sobre isso, Dalmagro e Ott (2002, p. 11) citam que:

A administração ecológica está voltada para atitudes ativas e criativas, cujo objetivo é minimizar o impacto ambiental, tornando as operações da empresa ecologicamente corretas. Além disso, a administração ecológica preocupa-se com o bem estar das gerações futuras, promovendo uma mudança de valores na cultura empresarial. As empresas precisam preocupar-se em inovar seus produtos e processos, trazendo “benefícios verdes”, tanto para a própria empresa (em forma de imagem de socialmente responsável) como para o consumidor.

Os autores concordam com Carvalho (op.cit.) sobre o fato de o compromisso do desenvolvimento sustentável ser além do compromisso de registro contábil e da mensuração de valores monetários.

Diante disso, o reconhecimento dos passivos ambientais e a evidenciação do compromisso com o meio ambiente são fatores relevantes para o desenvolvimento das organizações.

2.5 Empresas do segmento de energia elétrica

Como ressaltam Souza e Neves (2004, p.02), “o setor de energia elétrica desde o regime militar de Getúlio Vargas era um monopólio privado”. Em alguns casos, havia exceções de concessionárias privadas. Os autores afirmam que essa mudança teve sua duração até o momento do processo de urbanização, da demanda de energia elétrica para os setores industriais, residenciais e comerciais. Isso ocorreu nos anos 1940, quando o governo passou a ter uma participação mais efetiva dentro do setor, com a exploração da Hidroelétrica de Cachoeira de Paulo Afonso.

Para Pires (2005), embora o poder público seja o acionista majoritário dessas empresas, atualmente, os investimentos de geração e transmissão de energia elétrica são feitos

por investidores privados. E completa que o “Setor Elétrico Brasileiro, até o início dos anos 90, era basicamente um monopólio estatal, a partir dessa década, atualmente caracteriza-se como um sistema misto público e privado” (p.13).

Ainda nesse sentido, Flores (2003, p.19) afirma que:

Setor de Energia Elétrica Brasileiro começou a ser reestruturado a partir de 1993, mas somente dois anos mais tarde, com a aprovação da lei que trata da concessão dos serviços públicos, obteve as condições necessárias para se organizar de forma competitiva.

De acordo com Silva (2007), o setor energético brasileiro, ao longo da história, tem tido um papel fundamental, que corresponde a 70% da matriz elétrica nacional, geração essa que está sendo priorizada pelo governo federal.

E Pires (2005, p.20) afirma que “as atividades do Setor Elétrico Brasileiro podem ser agrupadas em quatro segmentos principais: Geração; Transmissão; Distribuição; Comercialização”. Os quatro segmentos são:

- a) Segmento de Geração: produção de energia nas usinas hidrelétricas, incluindo a importação de países de fronteira;
- b) Segmento de Transmissão: transferência dessa energia produzida para os grandes centros de consumo;
- c) Segmento de Distribuição: transferência final da energia a partir dos pontos de entrega na rede de alta tensão, até os consumidores finais;
- d) Segmento de Comercialização: contratação da energia gerada e sua revenda aos consumidores.

Embora o referido autor saliente que a maior parte da energia elétrica produzida no Brasil seja de fenômenos naturais, água e chuva, conforme a CEMIG (2005), a importação global de energia pelo Estado, em 2005, representava 57,9% da demanda total. A importação global de energéticos em Minas Gerais ocorre em função, principalmente, da necessidade de petróleo e seus derivados e de carvão mineral. A exportação inclui a energia elétrica e alguns derivados de petróleo.

Abaixo, tem-se uma figura com o balanço global de energia para o Estado de Minas Gerais em 2005:

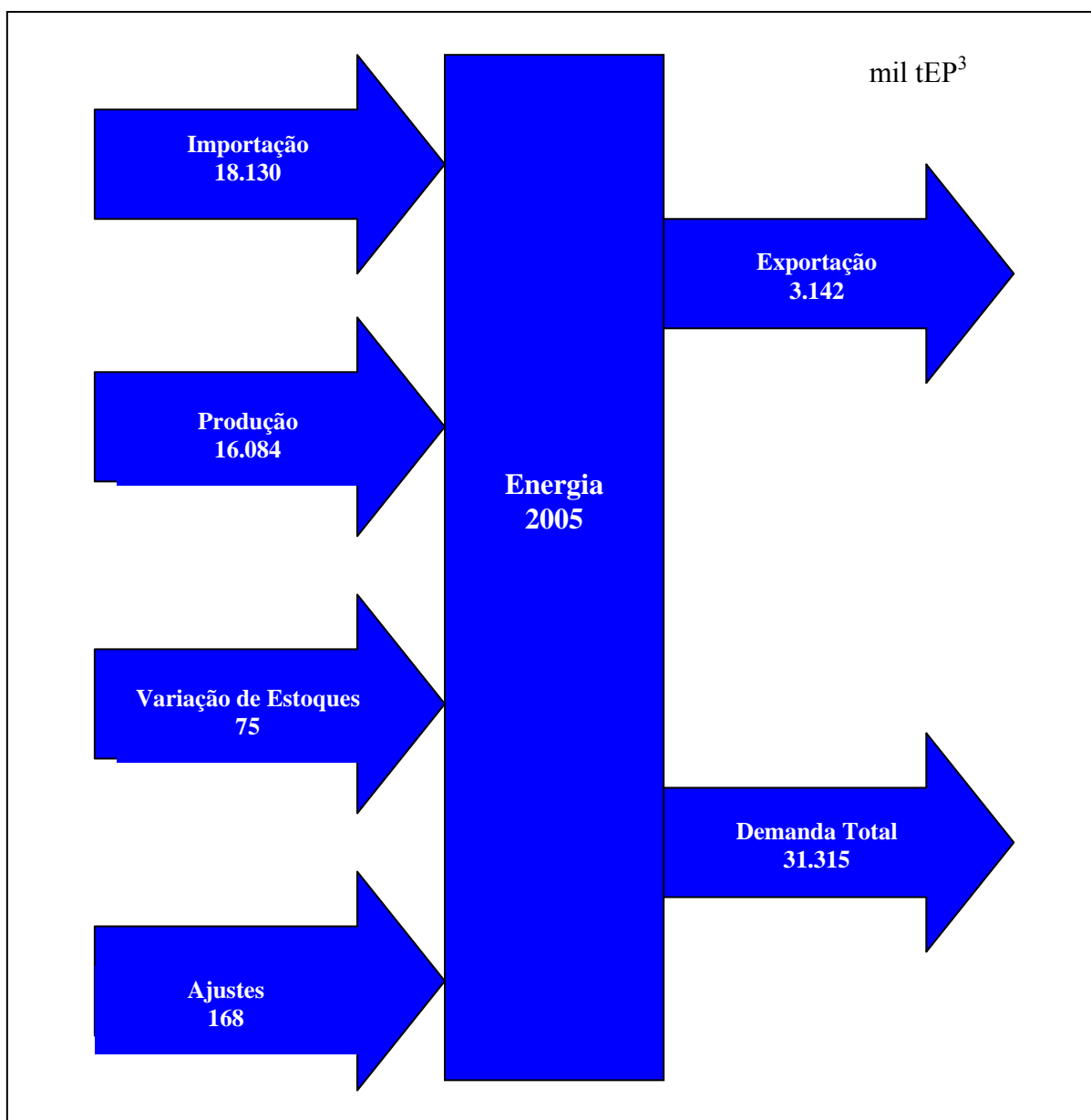


FIGURA 1 - Balanço Global de Energia 2005 – Estado de Minas Gerais

Fonte: Adaptado da CEMIG (2005).

A figura 1 apresenta a Demanda de energia elétrica das diversas fontes, apresentadas aos setores econômicos. Nesse sentido, Flores (2003, p.19) assevera que:

Em 1996, iniciou-se a fase de concepção do novo modelo, sob a coordenação da Secretaria Nacional de Energia do Ministério de Minas e Energia, que deveria ser caracterizado pelo financiamento através de recursos públicos, BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, e privados, concessionárias divididas por atividade: geração, transmissão, distribuição e comercialização, livre concorrência, competição na geração e comercialização, consumidores livres, preços livremente negociados.

³ Tonelada equivalente de petróleo.

Para o mesmo autor, a partir da coordenação da Secretaria Nacional de Energia do Ministério de Minas e Energia, foram concebidas: ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) e MAE (Mercado Atacadista de Energia Elétrica).

2.5.1 ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

A ANEEL surgiu a partir da proposta de reforma do estado na década de 90. “A reforma do Estado no Brasil começou a ser desenhada com a aprovação da Lei de Concessão dos Serviços Públicos, Lei nº. 8987 de fevereiro de 1995”. (ANEEL, 2002).

Porém, os artigos da Lei nº. 8987, de fevereiro de 1995, ainda precisaram de aprofundamentos, permitindo a entrada de recursos da iniciativa privada no aumento da oferta de energia elétrica. Dessa forma, em julho do mesmo ano, a Lei nº. 9074 regulamentou a legislação anterior em relação ao mercado de energia elétrica (ANEEL, op.cit.).

No ano seguinte, com o advento da Lei nº. 9427, de 26 de dezembro de 1996, foi criada a ANEEL, cujo regulamento foi definido no Decreto 2335, de 06 de Outubro de 1997. Seu compromisso era estabelecer as diretrizes da ANEEL, dentro de suas atribuições e estrutura básica, e o princípio da descentralização, que permite à agência reguladora estender sua ação aos mais diversos pontos do País (ANEEL, op.cit.). Ainda, “em de novembro de 1997, a ANEEL teve seu Regimento Interno aprovado pela Portaria MME nº. 349, modificado pela Resolução Normativa nº. 116 de 29 de novembro de 2004”.

Assim sendo, Flores (2003, p.19) teoriza que:

Autarquia vinculada ao Ministério das Minas e Energia, que tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, zelando pela qualidade dos serviços prestados, pela universalidade de atendimento aos consumidores e pelo estabelecimento das tarifas.

Cientes da importância de serem observados os aspectos ambientais no planejamento do setor elétrico, a Agência vem se preocupando em agir interativamente com esses órgãos, que são os responsáveis pelo licenciamento dos empreendimentos de geração e pela transmissão de energia elétrica. (ANEEL, op.cit.).

Foram firmados convênios, em 2001, com os órgãos ambientais dos estados de Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, além do IBAMA. (ANEEL, 2002).

2.5.2 ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico

O ONS é uma associação civil, sem fins lucrativos, criada através da Lei nº. 9648, de 26 de agosto de 1998, com funcionamento autorizado pela ANEEL, por meio da Resolução nº. 351/98. (ONS, 2006).

Nos termos do seu estatuto, tem duração indeterminada, e seu objetivo é executar as atividades de coordenação e controle da operação da geração e da transmissão de energia elétrica (ONS, op.cit.). Segundo Pires (2005), a atuação do ONS abrange o planejamento e a programação da operação eletroenergética, a definição das ampliações e os reforços da Rede Básica de Transmissão.

Ainda sobre isso, Flores (2003, p.19) ressalta que:

O ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico, para operar, supervisionar e controlar a geração e a transmissão de energia elétrica no Brasil, a fim de otimizar custos e garantir a confiabilidade do Sistema, sendo também, responsável pela administração operacional e financeira dos serviços de transmissão e das condições de acesso à rede.

O trabalho do ONS tem tudo a ver com o movimento da energia (ONS, op.cit.).

Ainda nesse contexto, o referido autor salienta que:

Atender à necessidade de expansão da demanda e inclui a gestão de novas solicitações de acesso e conexão e o estabelecimento de padrões de desempenho; a gestão dos contratos; a contabilização e liquidação dos encargos de transmissão; os serviços ancilares; e a especificação dos requisitos técnicos contratuais exigidos nos Contratos de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST, dos Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT e dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão – CUST) (p.20).

Por ser um órgão regulado pela ANEEL, o ONS tem o objetivo de assegurar os agentes associados ao uso adequado de seus ativos na busca dos melhores resultados para a sociedade e garantir a segurança e a economia de energia (ONS, op.cit.).

2.5.3 MAE – Mercado Atacadista de Energia Elétrica

Com o objetivo de assegurar a continuidade das operações de contabilização e de liquidação promovidas pelo MAE - Mercado Atacadista de Energia Elétrica, a ANEEL deve regular e conduzir o processo de transição necessário à constituição e à efetiva operação da CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, ART. N°. 5° § 1° - LEI 10848 (BRASIL, 2004).

O MAE é um instituto pessoa jurídica de direito privado LEI N°. 10433 (BRASIL, 2002). Essa lei foi revogada pela Lei n°. 10848, de 25 de Março de 2004, e a CCEE deve suceder ao MAE ART. 5° - LEI 10848 (BRASIL, op.cit.).

Nesse sentido, Flores (2003, p.20) afirma que o MAE é “instituído através da assinatura de um contrato de adesão multilateral, o Acordo de Mercado, para ser o ambiente onde se processam a contabilização e a liquidação centralizada no mercado de curto prazo”.

Ainda segundo o autor, o MAE não compra ou vende energia e não tem fins lucrativos, apenas viabiliza as transações de compra e venda de energia elétrica entre os agentes de mercado, baseado em suporte legal e nas regras ditadas pela ANEEL, prevista na Convenção de Mercado. Dessa forma, complementa que:

É no Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE que ocorre o processamento da contabilização da Energia Elétrica produzida e consumida no Brasil. Um mercado que conta com cerca de 500 milhões de MWh por ano. Basicamente, a contabilização do MAE leva em consideração toda a energia contratada por parte dos Agentes e toda a energia efetivamente verificada, consumida ou gerada. As empresas geradoras, distribuidoras e comercializadoras de energia elétrica registram no MAE os montantes de energia contratada, assim como os dados de medição, para que desta forma se possa determinar quais as diferenças entre o que foi produzido ou consumido e o que foi contratado. Essa diferença é liquidada mensalmente no MAE, ao Preço MAE, por cada submercado e para cada patamar de carga: Leve, Média e Pesada. É o chamado mercado de curto prazo ou "spot" (p. 21).

A formação do preço da energia negociada no MAE se faz pela inter-relação dos dados utilizados pelo ONS para otimização da operação do Sistema e dos dados informados pelos Agentes. Os referidos dados são então processados por meio de modelos de otimização para obtenção do custo marginal de operação (CMO). São utilizados praticamente os mesmos modelos adotados pelo ONS para determinação da programação e do despacho de geração do sistema, com as adaptações necessárias para refletir as condições de formação de preços no MAE (FLORES, op.cit.).

2.6 Gestão Ambiental nas Empresas de Energia Elétrica

Para entender a definição de Gestão Ambiental, é necessário, em primeiro lugar, perceber de que forma esses dois conceitos, Gestão e Ambiental, se inter-relacionam. A palavra Gestão é antiga e vem assumindo diversos significados com o passar dos tempos. Nesse sentido, Pires (2005, p.45) assevera que:

A percepção empresarial tradicional, por outro lado, é a de que o conceito de *Gestão* deve ser aplicado a um sistema, em geral de bens materiais, resultantes de uma atividade de produção e deve assegurar seu bom desempenho, sua perenidade e seu desenvolvimento. Os objetos de gestão constituem-se, portanto, tão-somente no conjunto de fatores materiais e imateriais, humanos e não-humanos que concorrem para a realização de um certo desempenho econômico, expresso, por exemplo, em termos de serviços prestados.

Para Weber apud Pires (op.cit., p. 45), “há uma importante correlação entre Gestão Ambiental e processo decisório, por ser este último o responsável pela sua dinâmica”. O processo decisório, intrínseco à Gestão Ambiental, deve ser orientado de forma a expressar o contexto político vigente, comparar a factibilidade econômica de diversas hipóteses, limitando a análise às dimensões social e ecossistêmica.

A gestão ambiental nas companhias de energia elétrica atua dentro do que prevê a Resolução 444, de 26 de outubro de 2001 (ANEXO A), que instituiu o manual de contabilidade do serviço público de energia elétrica, incluindo o plano de contas para essas companhias, com instruções contábeis e com o roteiro para a elaboração e divulgação das informações econômicas e financeiras. Entretanto, o referido manual e o plano de contas não demonstram nada sobre o que diz respeito ao passivo ambiental.

A obrigatoriedade formal da evidenciação dos passivos ambientais, embora não mencionada na lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (BRASIL, 1976), e com suas alterações através da lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007), é obrigatória segundo a CVM e o IBRACON, através da NPA (Normas de Procedimentos de Auditoria) n. 11, NPC n. 22 e da Resolução 488, de 03 de outubro de 2005.

Os agentes do serviço público estão preocupados com a harmonização das práticas contábeis adotadas pelas diversas entidades que as orientam, como a CVM, o CFC (Conselho Federal de Contabilidade), o IBRACON e o *International Accounting Standards Committee* – IASC, que recomendaram a criação do manual de contabilidade e do Plano de Contas para gerar instruções contábeis e roteiro para a elaboração e divulgação das informações econômicas e financeiras das Companhias.

Nesse sentido:

Art. 1º. Instituir o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPE, a ser utilizado a partir de 1º de janeiro de 2002, obrigatoriamente, pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica e, opcionalmente, pelos produtores independentes e autorizados. § 1º Os produtores independentes deverão adotar as mesmas taxas de reintegração estabelecidas para as concessionárias, conforme definido no MCSPE. § 2º No caso dos produtores independentes e autoprodutores com bens e instalações passíveis de reversão à União, o cadastramento e controle desses ativos deverá observar os mesmos procedimentos definidos para as concessionárias do serviço público de energia elétrica, conforme regulamentação específica. **Art. 2º.** O Manual de Contabilidade aprovado por esta Resolução está disponível na Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, no endereço SGAN Quadra 603, Módulos I e J - CEP 70830-030 em Brasília - DF e no endereço eletrônico www.aneel.gov.br, e, adicionalmente, será encaminhado formalmente a todas as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica, bem como aos produtores independentes. (RESOLUÇÃO 444 de 26 de outubro de 2001, BRASIL, 2001)

Nesse contexto, Pires (2005, p. 44) salienta que:

O crescimento econômico em todas as regiões do mundo é essencial para melhorar os meios de vida dos pobres, para sustentar a população crescente e, eventualmente, estabilizá-la em níveis adequados. Tal afirmação evidencia a importância do setor empresarial na manutenção da saúde do planeta, por ser ele um dos principais responsáveis em suprir os meios e produtos inerentes ao crescimento econômico.

As companhias preocupadas em dar respostas à sociedade no que diz respeito às questões ambientais informam, através dos *sites* particulares, todas as informações inerentes a Gestão Ambiental. RESOLUÇÃO 444 de 26 de outubro de 2001 (BRASIL, 2001).

Segundo Tinoco e Robles (2006), o reconhecimento e registro do passivo ambiental podem atribuir às empresas a diminuição dos custos que geram resíduos.

Outros custos e despesas ambientais, incluindo os da conformidade ambiental, legais, deterioração da imagem da empresa, riscos e responsabilidade ambiental, são mais difíceis de avaliar (EPA – ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY, 2008).

Dessa forma, Silva (2007, p.11) cita que:

Apesar da importância das usinas hidrelétricas para o setor elétrico brasileiro, a construção desses empreendimentos sempre suscitou questionamentos da sociedade, principalmente da população atingida. E por pressão dessas comunidades afetadas, principalmente dos municípios que tiveram suas áreas inundadas pelos reservatórios das usinas hidrelétricas.

Conforme Pires (op.cit.), deve-se reconhecer que o crescimento econômico e a proteção ambiental devem caminhar juntos, e que a qualidade de vida presente e futura se fundamenta em suprir as necessidades humanas básicas sem destruir o meio ambiente. Pode-se deduzir que o setor empresarial deve se comprometer com o desenvolvimento sustentável, na

busca de instrumentos para alcançá-lo. Portanto, a gestão ambiental é um instrumento cujo objetivo é aplicar as mudanças relacionadas ao meio ambiente e à sociedade. E adiciona que:

A reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro foi pautada em preceitos vigentes na nova economia mundial globalizada, onde predominam o sistema financeiro e os investimentos multinacionais. O setor abriu-se ao mercado mundial, congregando atualmente diversas empresas transnacionais. Inseriu-se em um novo “Setor Elétrico Mundial” necessitando, dessa forma, observar princípios e diretrizes praticados em nível internacional (p. 47).

Conforme Catapan apud Oliveira (2003, p.42):

O setor elétrico brasileiro foi estruturado de maneira a ser financiador da sua própria expansão, juntamente com recursos internacionais. O autor afirma que o elevado custo dos financiamentos nacionais, aliado à escassez de recursos internacionais inviabilizaram os planos de expansão das empresas estatais, culminando com a privatização dessas empresas.

Os autores acima enfatizam que as companhias do segmento de energia elétrica estão preocupadas com o processo de geração de informações por meio do modelo de gestão ambiental. Para Oliveira, (2003 p. 42), “antes da reforma, praticamente todos os segmentos do setor elétrico estavam sob o controle do poder público (federal e estadual, no caso de geração e transmissão; estadual e municipal, no caso de distribuição e comercialização)”.

2.7 Resolução n. 444 – ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica)

A Resolução n. 444, de 26 de Outubro de 2001, instituiu o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, juntamente com um plano de contas para as companhias geradoras e transmissoras de energia elétrica, com o objetivo de dotar o ONS de instrumentos contábeis, por meio de inovações inseridas no manual de contabilidade do setor elétrico. (ANEEL, 2002).

A ANEEL (op.cit.) desenvolveu um manual de contabilidade próprio para o ONS, para aplicação a partir de 2003, com as mesmas características fundamentais do manual do setor elétrico, adaptado às características peculiares desse Operador.

A ANEEL (op.cit.) esclarece que, em complemento às atividades de geração, transmissão, distribuição, administração, comercialização e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica, relacionada ao setor elétrico, foram criadas

as atividades Operação do Sistema, relacionada ao ONS, que engloba todas as atividades de administração da geração e transmissão de energia elétrica, segregadas em:

- a) Operação: em que figuram as atividades fins - planejamento, administração e operação do sistema elétrico;
- b) Administração: em que figuram as atividades de administração central superior e assuntos corporativos.

O manual foi concebido considerando que o ONS está inserido no sistema elétrico brasileiro, e que suas informações contábeis poderão ser agregadas às dos concessionários, permissionários e outras entidades que integram o sistema, visando a avaliar suas dimensões, seu gerenciamento e controle (ANEEL, 2002).

Na concepção desse manual, foram considerados normas e procedimentos julgados adequados a serem utilizados como fundamentos para registro das operações realizadas pelo ONS e a respectiva divulgação do resultado dessas operações, à luz das práticas contábeis estabelecidas pela legislação societária brasileira (ANEEL, op.cit.).

As normas contidas nesse manual deveriam ser aplicadas para o período iniciado em 01 de Janeiro de 2003, por ocasião da elaboração das Demonstrações Contábeis relativas ao findar do exercício em 31 de Dezembro de 2003, e a ONS deveria fazer constar em nota explicativa à seguinte redação:

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, contendo o Plano de Contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas e financeiras resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis às empresas do setor (ANEEL, op.cit., p. 3).

Para efeito de comparabilidade das informações contábeis do exercício de 2003 com o exercício de 2002, essas deveriam ser reclassificadas considerando as disposições contidas neste Manual (ANEEL, op.cit.).

Na elaboração do Manual, além das disposições contidas na Lei n. 6404, de 15 de dezembro de 1976, com as alterações subsequentes, foram também consideradas as disposições e normas, julgadas aplicáveis, emanadas dos seguintes órgãos e entidades: ANEEL, CFC, IBRACON, CVM e IASC. O manual de contabilidade foi elaborado com os seguintes objetivos, conforme a ANEEL (op.cit.):

- a) padronizar os procedimentos contábeis adotados pelo ONS, permitindo o controle e o acompanhamento das respectivas atividades, objeto da autorização, pela ANEEL;
- b) atender aos preceitos da legislação comercial brasileira, além da legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica e do ordenamento jurídico-societário, e a plena observância dos princípios fundamentais de contabilidade, contribuindo para a avaliação do equilíbrio econômico-financeiro da autorização atribuída pela União Federal;
- c) permitir a elaboração das demonstrações contábeis e correspondentes notas explicativas, do relatório da administração e das informações complementares que necessitem de divulgação para atendimento de dispositivos da legislação societária brasileira, da legislação aplicável às companhias abertas, da legislação aplicável ao setor de energia elétrica e para atendimento das necessidades de investidores, associados, instituições financeiras, credores, agentes, órgãos reguladores e públicos em geral;
- d) permitir a adequada apuração do resultado das atividades de prestação de serviços de administração da transmissão de energia elétrica;
- e) contribuir para a avaliação da análise do equilíbrio econômico-financeiro do ONS.

As normas contidas no referido Manual, a partir de 1º de janeiro de 2003, tornaram-se compulsórias.

2.8 Considerações Finais sobre a Fundamentação Teórica

Por se tratar de uma pesquisa científica, com técnicas de análises de conteúdo acerca da investigação sobre as práticas e do tratamento dos passivos ambientais, é necessário ressaltar que a Fundamentação Teórica foi composta, em sua maioria, por artigos científicos e dissertações relacionadas ao tema.

Embora a ANEEL tenha aprovado as normas e os procedimentos referentes ao plano de contas e manual de contabilidade, esses tratam apenas do compromisso que as companhias devem ter com o meio ambiente. (RESOLUÇÃO nº. 444 de 26 de outubro de 2001, BRASIL, 2001).

Conforme Deliberação da CVM, n. 488 de 03 de outubro de 2005, no item 9 e 10, os relatórios de administração devem contemplar fatores que determinam o desempenho no ambiente em que a companhia opera. Os relatórios evidenciados no Programa de Divulgação Externa da BOVESPA devem conter informações adicionais relacionadas a questões ambientais, cujo objetivo é manter e melhorar o desempenho da companhia.

Outro ponto fundamental inerente à revisão do manual de contabilidade proposto pela ANEEL são as normas e os procedimentos de Auditoria proposta pela NPA 11 (Balanço Social), conforme o IBRACON (2006), e a agressão ao meio ambiente deve ser compromisso da companhia, com desembolso de recursos para a revitalização das áreas prejudicadas.

Diante das mudanças ocorridas na estrutura das Demonstrações Contábeis através da Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007), e da Medida Provisória 449, de 03 de Dezembro de 2008 (BRASIL, 2008), que alteraram a lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (BRASIL, 1976), ainda que essas mudanças tenham o objetivo de melhorar a evidenciação das informações geradas pela contabilidade, em nenhum momento houve a preocupação em normatizar o passivo ambiental. Em ambas as leis, não há norma formal brasileira em contabilidade focada no assunto passivo ambiental.

Dessa forma, sugere-se que, apesar de as leis 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (BRASIL, 1976), e 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007), não tratarem de normas sobre o passivo ambiental, é necessário que o manual de contabilidade e o plano de contas proposto pela Resolução 444 passem por reformulação e/ou revisão, segundo normas estabelecidas pela CVM e pelo IBRACON, por meio da NPA n. 11, NPC n. 22 e Resolução 488, de 03 de outubro de 2005.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para compreender a metodologia aplicada, utilizaram-se as variáveis descritas no capítulo 2, que compreendem um conjunto de informações sobre a evidenciação do passivo ambiental nas companhias do segmento de energia elétrica, listadas e não listadas no ISE, e distribuídas descritivamente no item 3.7, Análises dos Grupos.

A pesquisa é aplicada de forma qualitativa ao problema, com análise categorial da amostra, cujo objetivo é investigar as práticas e o tratamento dos passivos ambientais das companhias do segmento, setor e subsetor de energia elétrica.

3.1 Tipo de Pesquisa

O objetivo principal da metodologia de pesquisa é o desencadeamento da confiabilidade da pesquisa, sendo orientado por hipóteses sobre o problema estudado, para facilitar o entendimento na verdade estabelecida.

A metodologia que serviu para desencadear esta pesquisa teve como aspecto relevante a análise categorial das informações atribuídas nos relatórios das companhias listadas e não listadas no ISE.

Dessa forma, Cooper e Schindler (2003, p.131) ressaltam que:

A exploração também é adequada para as áreas novas ou vagas, visando a permitir que o pesquisador precise fazer uma exploração para saber algo sobre o problema enfrentado pelo administrador. Por exemplo, variáveis importantes podem não ser conhecidas ou não estar totalmente definidas. Tanto técnicas qualitativas como quantitativas podem ser utilizadas, mas a exploração baseia-se mais nas técnicas qualitativas.

A análise do conteúdo permite avaliar e analisar a evidenciação dos passivos ambientais, com a pretensão da descoberta do sistema a ser praticado e da melhor forma de sua adaptação, a fim de que, a partir dessa escolha, tenha-se a forma exata para que os usuários das informações contábeis possam tomar decisões. É válido lembrar que todos esses aspectos apresentados estão de acordo com os estudos realizados.

Os autores referidos salientam que:

A exploração é particularmente útil quando os pesquisadores não têm uma idéia clara dos problemas que vão enfrentar durante o estudo. Através da exploração, os pesquisadores desenvolvem conceitos de forma mais clara, estabelecem prioridades, desenvolvem definições operacionais e melhoram o planejamento final da pesquisa. (p.131).

A pesquisa exploratória adotou os seguintes procedimentos: determinar, dentro do site da BOVESPA (2008), as companhias do setor de energia elétrica listadas e não listadas no ISE, pesquisar nas bases de dados disponibilizadas pelas companhias e pela BOVESPA as suas práticas relacionadas à evidenciação de passivos ambientais, comparar as práticas das empresas do mesmo grupo e comparar as práticas entre os grupos ISE e não ISE.

A análise do conteúdo é considerada método formal para dados quantitativos, geralmente aplicados em documentos, e também em outras formas de comunicação. No caso desta pesquisa, a análise do conteúdo teve sua aplicação nos relatórios das companhias de energia elétrica, no que diz respeito ao passivo ambiental (COLLIS E HUSSEY, 2005).

A análise de conteúdo presumiu a separação de uma mensagem em seus elementos constitutivos, chamados unidades de registros, cujo objetivo é a categorização da informação (RICHARDSON, 1999).

3.2 Técnica de Pesquisa

A técnica de pesquisa aplicada foi a análise de conteúdo, por meio da revisão dos relatórios das amostras das empresas, determinadas por informações do *site* da BOVESPA e de *sites* particulares das companhias.

Segundo Bardin (2004, p.147), a opção pela análise categorial dentro das variáveis existentes na pesquisa é a mais antiga e funciona por operações de divisão do texto em unidades. Nesse sentido, afirma que:

Funciona por operações de divisão do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos. Entre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou análise temática, é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos directos (significações manifestas) e simples.

Ainda para o referido autor, não existe padrão na aplicação das técnicas de conteúdo, mas apenas algumas regras de base. As fases da análise de conteúdo são organizadas a partir

de três pressupostos: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. E complementa que:

Pré-análise corresponde a um período de intuições, mas tem por objetivo tornarem operacionais e sistematizar as idéias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise. Recorrendo ou não ao computador, trata-se de estabelecer um programa que, podendo ser flexível, deve, no entanto ser preciso. (p.89).

3.3 Escolha dos documentos para análises

A pré-análise é a busca da Fundamentação Teórica; no caso da pesquisa em questão, os documentos tiveram como base a escolha da técnica.

A determinação sobre as escolhas dos documentos procedeu através dos sites das empresas, e as informações evidenciadas no *site* das empresas foram determinantes, já que, no *site* da BOVESPA, os relatórios e registros encontrados não foram suficientes para a coleta de informações acerca das práticas e do tratamento dos passivos ambientais das empresas de energia elétricas.

Conforme Cooper e Schindler (2003), seria apropriado atribuir às informações contidas no site da BOVESPA um nível de fonte primária, uma vez que disponibiliza o padrão para essas informações.

Como fonte secundária, sugere-se mais apropriado o comprometimento das companhias com os passivos ambientais, que, por sua vez, listam informações sobre a Sustentabilidade Empresarial e questões ambientais nos *sites* próprios de cada companhia.

O resultado e o comportamento das empresas em relação às questões ambientais estão evidenciados no capítulo 2 da pesquisa, e serão submetidos à análise de conteúdo. Entende-se como o conjunto de documentos sob o domínio da pesquisa para serem submetidos a procedimentos analíticos (BARDIN, 2004).

3.3.1 Homogeneidade dos documentos

Os documentos submetidos à análise do conteúdo atendem à regra de homogeneidade, com informações em forma de texto, nas quais o *site* da BOVESPA atua como emissor e os investidores como receptores principais.

De forma geral, as características linguísticas e os estilos de escrita estruturados dentro do *site* da BOVESPA apresentam ordem conforme programa de divulgação externa, mas que, por sua vez, não são imperativas, pois nem todos os dados e relatórios dentro do Sistema de Divulgação Externa (ITR/DFP/IAN) são preenchidos.

As companhias, ao inserir as informações dentro do programa de Divulgação Externa, descrevem de forma simplificada todo o roteiro mencionado pelo Programa de Divulgação de informações. No que diz respeito às companhias do segmento, setor e subsetor de energia elétrica, seguem o manual de contabilidade proposto pela ANEEL, conforme (RESOLUÇÃO 444 de 26 de outubro de 2001, BRASIL, 2001).

Mesmo que isso aconteça, alguns ícones do Programa ficam sem o devido preenchimento, daí a busca pelas informações nos *sites* das companhias como fonte secundária. Esses ícones (comandos) dentro do Programa de Divulgação Externa de Informações são, na sua maioria, relacionados a certas condições expressas no texto, que servem para situar e delimitar a eficácia da determinação ao contexto a que se referem.

3.4 Universo da Pesquisa

O universo pesquisado foi constituído por 64 companhias do segmento, setor e subsetor de energia elétrica, listadas e não listadas no *site* do ISE e da BOVESPA, de 2002 a 2006. Trata-se de um estudo abrangente dessas companhias, na intenção de evidenciação contábil dos passivos ambientais conforme preconizado pela teoria da contabilidade. A escolha do universo de companhias do segmento, setor e subsetor de energia elétrica se deu pelo fato de haver um maior número de companhias de um mesmo setor e segmento listadas no *site* da BOVESPA.

Com relação às técnicas aplicadas para a coleta de dados, na intenção da realização da pesquisa, foi necessário o embasamento teórico utilizado no capítulo 2.

A pesquisa exploratória parte do pressuposto que as companhias listadas e não listadas no ISE e na BOVESPA evidenciam os passivos ambientais. Dentro dessa investigação, percebe-se que as variáveis que trataram sobre a temática diretiva da pesquisa foram embasadas no capítulo 2, na busca de um modelo que visualiza a prática de evidenciação dos passivos ambientais.

Com base nas Demonstrações Contábeis publicadas das companhias do segmento, setor e subsetor de energia elétrica, de 2002 a 2006, foram elencadas diversas informações inerentes ao capítulo 2, que serão base para o desencadear do capítulo 4. Durante a coleta de dados, priorizaram-se as informações que objetivavam evidenciar os passivos ambientais nas companhias pesquisadas.

3.5 Coleta e preparação dos dados

O levantamento dos dados a partir da opção de consulta ao Programa de Divulgação Externa está disponível no *site* da BOVESPA. Uma vez identificados os problemas ambientais dentro das companhias do estudo em questão, os documentos de cada companhia listada e não listada no ISE foram consultados, possibilitando o acesso às informações sobre a investigação dos passivos ambientais dessas empresas.

O acesso aos relatórios disponíveis no Programa de Divulgação Externa no *site* da BOVESPA e nos *sites* particulares das companhias permitiu o levantamento dos dados, descritos no capítulo 4.

Pretende-se, com a utilização desses dados, a busca de uma padronização das informações dos passivos ambientais, e saber quais companhias do grupo escolhido para a exploração dos dados permitem ao usuário a evidenciação dos passivos ambientais. De forma peculiar, refere-se ao fato de que essas companhias fazem a exposição das informações de várias formas, não objetivando um padrão constante na divulgação dos resultados.

Para o critério de escolha, das 64 companhias do segmento, setor e subsetor de energia elétrica listadas na BOVESPA, foram selecionadas todas as companhias, num total de 9, listadas no ISE, de 2002 a 2006, escolhendo-se também aleatoriamente outras 9 companhias do mesmo segmento, setor e subsetor de energia elétrica, não listadas dentro do mesmo período da pesquisa. As variáveis foram classificadas de acordo com as informações coletadas e o que predispõe o capítulo 2 da pesquisa, na utilização de artigos científicos publicados, anais de congressos, teses, dissertações, livros, dentre outros.

Realizou-se a coleta para verificar a possibilidade de encontrar informações relevantes que pudessem comprovar o propósito da pesquisa. Após analisar as informações coletadas no *site* da BOVESPA e nos *sites* particulares das companhias, procurou-se identificar quais empresas trabalham com o tratamento dos passivos ambientais.

É válido ressaltar que, na escolha das 18 companhias para atender ao problema da pesquisa, foram compulsoriamente selecionadas todas as 9 listadas no ISE de 2002 a 2006. Num segundo momento, buscou-se aleatoriamente o mesmo número de companhias que fizessem parte do universo da pesquisa, mas desta vez não listadas no ISE. Desse modo, deve-se levar em consideração que a escolha das 9 companhias não listadas no ISE independe de fatores econômicos sociais ou grupos de geração, transmissão e distribuição.

Com todos esses dados e informações disponíveis, iniciou-se a resolução prática, ou seja, o desenvolvimento do capítulo 4.

3.6 Verificação do tratamento sobre Passivo Ambiental e Interação das Empresas

Para verificar como as companhias de energia elétrica estão divulgando suas informações sobre a evidenciação do passivo ambiental, aplicou-se a técnica da análise de conteúdo nas Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas, Relatório da Administração, relatórios do Programa de Divulgação Externa da BOVESPA e *sites* particulares das companhias. Abaixo, um quadro com categorias por palavras e expressões para o diagnóstico:

1. Passivo Ambiental	6. Manutenção e Melhoria do Meio Ambiente
2. Indenizações, Multas e Danos.	7. Projetos Ambientais
3. Financiamentos e Empréstimos	8. Recuperação das áreas degradadas
4. Investimentos no Meio Ambiente	9. Contingências Ambientais
5. Provisões	10. Programas de Revitalização

QUADRO 3 – Categoria por palavras e expressões para o diagnóstico.

Fonte: Elaborado pelo autor

Essas 10 palavras são:

- a) Passivo Ambiental: obrigações que a empresa deverá pagar em determinado momento, cuja transação ocorrida envolveu a entidade com o meio ambiente;
- b) Indenizações, Multas e Danos: valores desembolsados pelas empresas para ressarcimento com ações ambientais e danos envolvendo o meio ambiente;
- c) Financiamentos e Empréstimos: recursos adquiridos por meio de empréstimos ou financiamentos destinados à recuperação do meio ambiente, a fim de atender aos recursos destinados às obrigações ambientais;
- d) Investimentos no Meio Ambiente: investimentos em meio ambiente, considerando projetos ambientais direcionados a geração, distribuição e comercialização de energia;

- e) Provisões: a empresa deve ter um compromisso com o meio ambiente, mantendo programas de comunicação e treinamento, que visam a capacitar e prevenir os recursos direcionados às questões ambientais. Esse compromisso deve ser provisionado antecipadamente;
- f) Manutenção e Melhoria do Meio Ambiente: recursos direcionados à preservação permanente, e ações em benefícios sociais com intuito de minimizar os danos ao meio ambiente e melhorar a qualidade dos serviços prestados;
- g) Projetos Ambientais: planejar e projetar atividades relacionadas ao meio ambiente, desenvolver infra-estrutura econômica para a preservação e o desenvolvimento sustentável das regiões onde as companhias estão inseridas;
- h) Recuperação das áreas degradadas: após a implantação e o desenvolvimento dos projetos ambientais, as companhias deveriam provisionar os valores dos recursos inerentes a questões ambientais; essa provisão (categoria 5) deve-se antepor à categoria número 8, pois, no momento da ocorrência de áreas degradadas, supõe-se a existência de um passivo ambiental;
- i) Contingências Ambientais: medidas de prevenção e registros de procedimentos para atender às necessidades das companhias no que diz respeito às obrigações ambientais. No entanto, na contingência ambiental, não é provável a saída de recursos; a provisão da contingência ocorre para o atendimento dos compromissos legais perante o meio ambiente;
- j) Programas de Revitalização: programas de preservação do meio ambiente e revitalização urbana, pela identificação antecipada dos impactos ambientais.

Após a definição das etapas, efetuou-se a análise dos relatórios de cada companhia, verificando os símbolos dos títulos para cada relatório. Seguem abaixo:

Nome do Relatório	Símbolo
1. Balanço Patrimonial	BP
2. Demonstração do Resultado do Exercício	DRE
3. Demonstração de Natureza Ambiental	DNA
4. Balanço Social	BS
5. Relatório da Administração	RA
6. Notas Explicativas	NE

QUADRO 4 – Símbolos dos Títulos dos Relatórios

Fonte: Elaborado pelo autor

3.7 Técnicas de análises dos Grupos

Os dados pesquisados dentro do grupo de companhias listadas e não listadas no ISE demonstram informações coletadas por categorias, conforme o número de vezes que cada uma delas é mencionada. Abaixo, seguem as informações referentes à interação das companhias com o Passivo Ambiental:

Companhias Listadas no ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial)			
Companhia	Quantidade de Informações por Categoria	Relatório Período 2002 a 2006	Quantidade de Informações Coletadas
1 – AES Tietê S/A			
2 – CESP – Companhia Energética de São Paulo			
3 – Cia. Energética Ceará – COELCE.			
4 – Cia. Paranaense de Energia – COPEL.			
5 – CPFL – Energia S/A			
6 – Eletropaulo Metropolitana Elétrica São Paulo S/A			
7 – EDP – Energias do Brasil S/A			
8 – Tractebel Energia S/A			
9 – Light Participações S/A			

QUADRO 5 - Informações referentes à interação das companhias com o Passivo Ambiental – companhias listadas no ISE

Fonte: Elaborado pelo autor

E ainda as não listadas no ISE:

Companhias não Listadas no ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial)			
Companhia	Quantidade de Informações por Categoria	Relatório Período 2002 a 2006	Quantidade de Informações Coletadas
1- INEPAR – Energia S/A			
2 – VBC – Energia S/A			
3 – AES – Elpa S/A			
4 – AES SUL – Distribuidora Gaúcha de Energia S/A			
5 – Bandeirantes Energia S/A			
6 – Centrais Elétricas do Pará – CELPA			
7 – Cia. Energética de Pernambuco – CELPE.			
8 – Cia. Energética do Maranhão – CEMAR.			
9 – Energia Paulista Participações S/A			

QUADRO 6 - Informações referentes à interação das companhias com o Passivo Ambiental – companhias não listadas no ISE,

Fonte: Elaborado pelo autor

3.8 Limitação da Pesquisa

Das 64 companhias do segmento, setor e subsetor de energia elétrica do universo da pesquisa, o fator limitativo foram todas as companhias listadas no ISE, totalizando 9 companhias, e a escolha de outras 9, aleatoriamente, não listadas no ISE de 2002 a 2006.

Ainda dentro das considerações ao fator de limitação da pesquisa, a escolha das 9 companhias não listadas no ISE não teve relação com grupos de geração, transmissão e distribuição ou fatores econômicos e sociais ligados ao setor.

Os resultados obtidos servirão para a orientação dos usuários da contabilidade quanto à evidenciação do passivo ambiental. Outro ponto a se destacar são as diversas formas sob as quais as empresas divulgam seus relatórios no *site* da BOVESPA, sem nenhum parâmetro de comparação de divulgação das informações. A exploração dos dados por meio de categorias serve para a conquista da estruturação das informações a respeito do passivo ambiental.

Dessa forma, o estudo feito por técnicas de análise categorial servirá como abertura de fontes de pesquisas para o estabelecimento de critérios de classificação dessas informações.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A proposta deste capítulo é analisar as informações coletadas no Programa de Divulgação Externa do *site* da BOVESPA e nos *site* das empresas, de acordo com o embasamento teórico verificado no capítulo 2.

4.1 Análises dos Resultados

Todas as companhias selecionadas para o estudo compõem relatórios e Demonstrações Contábeis ininterruptas no período de 2002 a 2006, demonstradas no *site* da BOVESPA. Do universo de 64 companhias escolhidas, há 9 listadas e outras 9 não listadas no ISE, pertencentes ao segmento, setor e subsetor de energia elétrica, atividade econômica que pode representar um risco ao meio, seja pela captação de energia, através do alagamento dos rios, seja por outros riscos ao meio ambiente.

Os dados foram disponibilizados a partir da base de dados do Programa de Divulgação Externa disponibilizado pela BOVESPA e *sites* particulares das empresas. Escolheu-se o segmento, setor e subsetor de energia elétrica, por conter o maior número de companhias disponíveis no *site* da BOVESPA e também o maior número de companhias listadas no ISE. Abaixo, seguem todas essas empresas:

Empresas	
Listadas no ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial)	Não Listadas no ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial)
1 – AES Tietê S/A	1- INEPAR – Energia S/A
2 – CESP – Companhia Energética de São Paulo	2 – VBC – Energia S/A
3 – Cia. Energética Ceará – COELCE.	3 – AES – Elpa S/A
4 – Cia. Paranaense de Energia – COPEL.	4 – AES SUL – Distribuidora Gaúcha de Energia S/A
5 – CPFL – Energia S/A	5 – Bandeirantes Energia S/A
6 – Eletropaulo Metropolitana Elétrica São Paulo S/A	6 – Centrais Elétricas do Pará – CELPA
7 – EDP – Energias do Brasil S/A	7 – Cia. Energética de Pernambuco – CELPE.
8 – Tractebel Energia S/A	8 – Cia. Energética do Maranhão – CEMAR.
9 – Light Participações S/A	9 – Energia Paulista Participações S/A

QUADRO 7 – Empresas Componentes da Amostra

Fonte: Elaborado pelo autor

4.2 Passivo Ambiental nas companhias de energia elétrica listadas no ISE

A pesquisa conta com uma amostra de 9 companhias do segmento, setor e subsetor de utilidade pública de energia elétrica, com práticas diferenciadas de índices, listadas no *site* da BOVESPA e no ISE.

As informações sobre os passivos ambientais nas companhias de energia elétrica listadas no ISE foram extraídas do Programa de Divulgação Externa da BOVESPA e de *sites* próprios de cada companhia, e serão atribuídas a cada companhia a seguir.

4.2.1 AES Tietê S/A

As informações anuais com data base de 2002 a 2006 feitas pela companhia, no *site* da BOVESPA, relatam que, em suas atividades de geração de energia, sua política é respeitar o meio ambiente, considerando ainda a geração de energia dependente da conservação dos recursos naturais.

A companhia AES Tietê S/A, diante da política de conservação do meio ambiente, estabeleceu um Sistema de Gestão Ambiental com os seguintes compromissos.

- a) planejar, projetar e desenvolver suas atividades, aplicando tecnologias, processos e insumos que minimizem os impactos ao meio ambiente, visando à prevenção da poluição;
- b) operar e manter suas instalações, garantindo o cumprimento da legislação ambiental e de outros requisitos pertinentes;
- c) mitigar os impactos decorrentes de suas atividades com programas e medidas práticas de conservação;
- d) usar de forma racional os recursos ambientais, em seu processo de geração de energia, contribuindo para conservação do uso múltiplo dos reservatórios, considerando a bacia hidrográfica como unidade de gestão ambiental;
- e) ter um time conscientizado, habilitado para assegurar a melhoria contínua de seu desempenho ambiental;

- f) fomentar programas de conscientização e educação ambiental com a comunidade em que está inserida, apoiando o desenvolvimento de projetos que vão além das exigências ambientais e atendendo às expectativas das partes interessadas.

A companhia alega que, em virtude das políticas de proteção ao meio ambiente, até o momento, não existem pendências ambientais relevantes para as suas atividades. Ademais, é responsável por dez usinas hidrelétricas, com seus reservatórios e suas bordas, além da operação e manutenção de cinco eclusas no Rio Tietê. Ou seja, a interação da atividade da AES Tietê com o meio ambiente é muito forte.

Ao se considerar apenas a área de preservação permanente em torno de seus reservatórios, a companhia é responsável por um perímetro de 4,8 mil km - equivalente à metade da costa brasileira. A atenção com a manutenção desse ambiente e seu ecossistema é uma das prioridades da AES Tietê que, para tal, tem tomado iniciativas que vão além das determinações previstas em seu contrato de concessão.

A companhia mantém constantes programas de comunicação, educação e treinamento, que visam a capacitar e conscientizar os públicos com os quais se relaciona num trabalho de cunho sócio-ambiental. Mantém ainda um viveiro com produção de cerca de 1 milhão de mudas por ano para reflorestamento e duas estações de piscicultura, que produzem anualmente 2,5 milhões de alevinos (filhotes de peixes).

Além disso, tem aprimorado processos e procedimentos para eliminar ou minimizar os impactos que suas operações possam causar ao ecossistema, e está engajada em desenvolver iniciativas alinhadas ao Protocolo de Kyoto. Em 2006, avançou significativamente no projeto MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) de reflorestamento, e foram identificadas novas oportunidades de investimento no Mercado de Carbono.

Com estreito relacionamento com as comunidades dos municípios em que suas usinas estão instaladas, a AES Tietê desenvolve ações sociais alinhadas aos interesses coletivos e à sua estratégia corporativa, conciliando as iniciativas com um trabalho de comunicação.

Entre essas ações, merecem destaque a adesão ao Pacto Global e Metas do Milênio e a elaboração dos relatórios social e ambiental, baseados nos Indicadores Ethos-ABRADEE e nas diretrizes do Global Reporting Initiative (GRI), respectivamente.

A empresa participa do Comitê de Política Cultural das empresas AES no Brasil, e delibera sobre patrocínios a atividades culturais. Em 2006, com apoio da Lei Rouanet, destinou-se R\$ 4,14 milhões a essas atividades, entre as quais se destacam a implantação de projetos propostos pela comunidade dentro do programa Geração Cidadania, o patrocínio da temporada 2006 do Mozarteum e o projeto Acorde para o Meio Ambiente.

Em 30 de dezembro de 2002, firmou um Termo de Compromisso com o IBAMA, visando ao cumprimento da condicionante de compensação ambiental no contexto do licenciamento de oito usinas hidrelétricas que fazem parte do seu parque gerador.

Estabelece um cronograma de desembolso no montante de R\$4,4 milhões, a ser realizado pela Companhia ao longo de três anos, de acordo com as instruções do IBAMA para o Levantamento e a Regularização Fundiária, Plano de Manejo e Aquisição de Equipamentos Operacionais. A Companhia está em contato com o IBAMA para obter instruções sobre o desembolso e aplicação dos recursos.

A companhia apresenta, por meio da evidenciação das Notas Explicativas ano-base 2003, um resumo de contingências passivas, cuja probabilidade de perda foi classificada como possível. Conforme NPC nº. 22, não foram identificados o tipo de contingência e também não foram registrados até presente data.

Apesar da alegação feita pela companhia de que não há pendências ambientais relevantes para as suas atividades, a avaliação dos auditores diante das contingências é embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da companhia. Essas contingências são de processos de ação civil pública, para se obter liminar que suspenda o processo de licenciamento ambiental e para obrigar a companhia a efetuar recomposição de danos ambientais decorrentes da inundação dos reservatórios.

Esses processos, de forma geral, requerem que a companhia efetue programas ambientais como forma de compensação. A companhia registrou um valor de causa simbólico, com a explicação de que não é possível estimar o valor da contingência.

A companhia AES Tietê S/A, dentro do período de 2002 a 2006, manteve vários programas ligados à educação ambiental, demonstrou valores desembolsados e a manutenção e melhoria do meio ambiente.

A companhia apresentou contingências de processos que, por sua vez, são considerados ínfimos, mesmo que a probabilidade de perda seja possível. Dentre todas as

análises elaboradas nos relatórios da Companhia, percebe-se a preocupação com o meio ambiente, mas esses valores e investimentos não estão contemplados nas Demonstrações e Relatórios Contábeis.

Para concluir sobre a AES Tietê, a empresa declara que as suas contingências ambientais demonstradas nos relatórios de natureza ambiental não são significantes, e que não foi possível localizar e analisar suas práticas quanto à evidenciação dos passivos ambientais. As demais informações estavam evidenciadas em notas explicativas e relatórios de administração durante o período de tempo investigado pela pesquisa.

4.2.2 CESP – Companhia Energética de São Paulo

A companhia tem procurado cumprir com os compromissos ambientais assumidos, realizando as atividades em conformidade com sua Política de Meio Ambiente e com a legislação ambiental em vigor, de modo a evitar incorrer ações que possam gerar qualquer tipo de notificação ou infração ambiental.

Apesar dos esforços empreendidos pela empresa ao estabelecer normas para o fechamento e esgotamento de máquinas e salvamento de peixes, registrou-se a morte de 42 toneladas de peixes, em decorrência do fechamento do canal de fuga de uma unidade geradora da UHE Engenheiro Sérgio Motta.

Instaurou-se inquérito civil e criminal na Polícia Federal de Presidente Prudente, tendo a CESP apresentado recurso visando à sua defesa e tomado providências operacionais para impedir a repetição de acontecimento semelhante. Ao mesmo tempo, encaminhou ao Ministério Público Federal, em abril de 2002, uma proposta de reparação de dano ambiental. A ocorrência não redundou em paralisação da atividade de geração da companhia, pois a referida unidade estava em processo de montagem.

Abaixo, segue um quadro com suas autuações em 2002:

Empreendimento	Instituição	Motivo da Autuação	Documento	Data
UHE Eng. Sérgio Motta	Ibama/MS	Paralisação dos programas ambientais referentes à fauna	NT/040099	17.09.2002
UHE Eng. Sérgio Motta	Cetesb	Provocar morte de peixes em decorrência do fechamento do canal de fuga	GRM/120001 43 AIIPM/1200001 46 AI/909358	11.04.2002 11.04.2002 10.04.2002
UHE Eng. Sérgio Motta	SEMA/MS	Assoreamento do reservatório Queda de encostas	LC 957	04.12.2002
UHE Ilha Solteira	Ibama/MS	Degradação ambiental na Área de Preservação Permanente, às margens do rio Paraná em Aparecida do Taboado-MS.	NT/027217	01.10.2002

QUADRO 8 – Autuações ano-base 2002.

Fonte: (BOVESPA, 2008)

A companhia apresentou recursos para todos os autos de infração e aguarda julgamento.

Os programas Unidade de Conservação e Reflorestamento Ciliar, previstos para a UHE Três Irmãos, sofreram atraso no cronograma de execução. A CESP apresentou à SMA/SP propostas alternativas aos compromissos inicialmente previstos, visando a torná-los exequíveis.

No caso do Programa Unidade de Conservação, aguarda-se manifestação por parte da SMA/SP quanto à proposta apresentada.

O Programa de Reflorestamento Ciliar é subdividido em reflorestamento de áreas próprias e fomento florestal. No primeiro caso, a previsão inicial era a conclusão, em 2000, restando a implantação de 340 ha, para 2003. No caso do fomento florestal, também se aguarda a resposta da SMA/SP à proposta apresentada pela CESP.

Em 2003, recebeu-se apenas a notificação abaixo citada, e os documentos apresentados à SEMACT/MS foram considerados satisfatórios, não sendo necessário o uso de recurso administrativo.

Abaixo, as autuações em 2003:

Empreendimento	Instituição	Motivo da Autuação	Documento	Data
UHE Eng. Sérgio Motta	SEMACT/ MS	Falta de Licença de Instalação para a área de lazer de Anaurilândia-MS	LC 5227E LC5228F NT3368E	22.07.2003

QUADRO 9 – Autuações ano-base 2003.

Fonte: (BOVESPA, 2008)

E em 2004:

Empreendimento	Instituição	Motivo da Autuação	Documento	Data
Rodovia MS 338	Ibama Bataguassu-MS	Apresentar licenciamento ambiental emitido pelo Ibama ou SEMA/MS referente a exploração das área de empréstimo das Fazendas 3R e Santa Helena, município de Santa Rita do Pardo/MS, decorrente de obra de asfaltamento da rodovia MS 338.	NT 327251	13.02.2004

QUADRO 10 – Autuações ano-base 2004.

Fonte: (BOVESPA, 2008)

A companhia comunicou ao IBAMA que a responsabilidade pela execução do licenciamento ambiental da obra de asfaltamento da rodovia MS 338 é da Agência Estadual de Gestão e Empreendimentos – AGESUL, e que a recuperação das áreas cedidas será providenciada ao término das obras.

A companhia recebeu duas multas aplicadas pelo IBAMA pela não adoção de medidas de recuperação e proteção (permitir edificação de obras) nas margens direita e esquerda do rio Sucuriú, em decorrência da construção da UHE Jupιά (n. 433612), e da não adoção de medidas de recuperação e proteção (permitir edificação de obras) nas margens do lago em decorrência da construção da UHE Ilha Solteira (n. 433736).

As multas foram consideradas improcedentes pela companhia, que encaminhou recurso administrativo (subsidiado pelo Departamento de Meio Ambiente) à Superintendência Regional do IBAMA, em Campo Grande, nas datas de 03/05/2005, para o caso de Jupιά, e 06/05/2005, para o caso de Ilha Solteira, obedecendo ao prazo estabelecido na legislação (20 dias). Até o momento, não houve manifestação por parte do IBAMA.

No que diz respeito ao meio ambiente, as atividades da companhia de construção e geração estão sujeitas à regulamentação ambiental abrangente em níveis federal, estadual e municipal. Desde 1973, tem uma divisão ambiental responsável pela implementação de políticas ambientais por meio de estudos de impacto ambiental e programas correlatos.

A administração da companhia acredita que o atendimento a todos os regulamentos ambientais são relevantes e que os custos para dar cumprimento ao programa ambiental são substanciais, inclusive custos associados à desapropriação, realocação e infra-estrutura correlata.

A companhia desenvolveu, por meio do departamento ambiental, atividades com o objetivo de conservar o meio ambiente nos ecossistemas existentes em todas as áreas

impactadas, coordenar a observância das leis ambientais aplicáveis e das normas baixadas pelas agências regulatórias ambientais.

Das seis usinas da Companhia, quatro (Ilha Solteira, Jupia, Paraibuna e Jaguari) foram construídas antes que a regulamentação ambiental federal sobre a elaboração obrigatória de estudos prévios de avaliação de impacto ambiental entrasse em vigor.

Ainda em relação às seis usinas, as de Ilha Solteira e Jupia estão em processo regular de obtenção de suas licenças ambientais; Paraibuna e Jaguari foram dispensadas de licença pelo órgão ambiental competente, e as duas remanescentes, Porto Primavera e Três Irmãos, foram objeto de tais estudos e obtiveram licenças ambientais, em processo de renovação.

As usinas de geração de energia de Ilha Solteira, Jupia, Paraibuna e Jaguari também iniciaram suas operações antes da promulgação da legislação ambiental federal, que estabeleceu as exigências de licenciamento ambiental em 1981.

Como parte do programa ambiental, a companhia implementou, dentre outros, programas fisio-biológicos e programas sócio-econômicos para o monitoramento e administração de reservatórios, licenciamento ambiental e sistemas de gestão ambiental.

No ano base-2002, a companhia produziu 2.350.000 mudas de árvores de espécies nativas nos viveiros de Porto Primavera, Jupia e Paraibuna, destinadas ao reflorestamento de quase 500 hectares nas margens dos reservatórios da instalação de geração de Porto Primavera. Nos termos do Programa de Fomento Florestal, que consiste no fornecimento de mudas e assistência técnica, foram feitos 113 contratos, cobrindo uma área estimada de 125 hectares.

A companhia introduziu 600 aves nativas, de diversas espécies, contribuindo para a dispersão de sementes e a conservação de matas ciliares, de fundamental importância na manutenção do equilíbrio ecológico da região; além das aves, também foram introduzidos mais de 2,5 milhões de peixes em reservatórios da companhia. As escadas e o elevador em Porto Primavera, sistemas designados para permitir que os peixes transponham a usina hidrelétrica para procriação, foram construídos e estão funcionando com êxito.

Na área sócio-econômica, a CESP deu continuidade às atividades para desenvolvimento de infra-estrutura econômica nas áreas vizinhas a Porto Primavera, com o implemento de um programa educativo por meio de força-tarefa, para diminuir o desemprego na região e aumentar a renda das famílias afetadas. Esses programas beneficiaram um número

superior a 37.000 participantes, em mais de 23 municípios dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

No caso das Usinas Porto Primavera e Três Irmãos, os programas ambientais já implantados ou em fase de implantação são originários de estudos de impacto ambiental, constituindo, assim, compromissos assumidos pela companhia, que resultam na obrigatoriedade legal de sua execução para a obtenção das licenças ambientais necessárias à operação dos empreendimentos. Estima-se que o custo para a conclusão dos trabalhos ambientais e trabalhos correlatos no ano-base 2006 foi de aproximadamente R\$ 7,7 milhões.

A CESP responde por 34 ações ambientais, que têm, por objeto, a implantação de escada de peixe, mata ciliar, unidade de conservação, proteção de encostas e indenização por perdas econômicas. Por se tratar de ações envolvendo danos ao meio ambiente, os valores nelas envolvidos serão apurados em liquidação de sentença.

A companhia alega a existência de uma ação cível pública promovida pela Colônia de Pescadores Profissionais em curso na Comarca de Dourados-MS, pleiteando indenização de danos à ictiofauna em razão do enchimento do reservatório de Porto Primavera. O valor envolvido nessa ação era de aproximadamente R\$ 21,4 milhões em 31 de dezembro de 2006, sem provisão constituída.

Conforme PASSIVO (1997), nessa época, a companhia já era alvo de especulações para a privatização. Muito embora isso aconteça, a CESP tinha um passivo ambiental de mais de 25 milhões, referente à mitigação de um reflorestamento de uma área de aproximadamente 100 metros da margem da represa, e um dos objetivos dessa mitigação foi para impedir a erosão.

Em relação ao que foi informado por PASSIVO (op.ct), sobre o passivo ambiental da companhia, é válido ressaltar que o valor de 25 milhões não estava evidenciado nas Demonstrações Contábeis da companhia no período de 2002 a 2006, então, como se chegou à informação citada por PASSIVO (op.ct)? Em nenhum momento houve a citação da fonte de informações sobre tal notícia.

A Procuradoria Geral do Estado de São Paulo contestou liminares concedidas por Juízes do Estado do Mato Grosso do Sul contra a privatização da companhia. Alegou sobre a suspensão do processo de venda da companhia, e havia preocupação com a situação do passivo ambiental da companhia: a contestação foi que as empresas que adquirissem a companhia seriam, a partir de então, responsáveis pelas obrigações ambientais dessa.

A companhia, dentro do período analisado de 2002 a 2006, desenvolveu vários projetos com valores expressivos citados no decorrer da análise dos relatórios. Em 2006, teve ações por danos ambientais em vários pontos por ela alagados, ou seja, os municípios e estados prejudicados mantêm ações em decorrência da degradação causada. Essas indenizações, multas e danos não tiveram o tratamento específico para o passivo ambiental, e não houve constituição dos valores mencionada nas Demonstrações e Relatórios Contábeis. Portanto, esses passivos não são ocultos, pois foram identificados pela companhia, mas não estão sendo mensurados.

4.2.3 Cia. Energética Ceará – COELCE

A companhia tem o compromisso de preservação do meio ambiente e a garantia do desenvolvimento sustentável da região onde atua; nesse sentido, é parte dos seguintes projetos de proteção ao meio ambiente:

- a) Manejo Sustentável da Vegetação de Mata Atlântica sob Linhas de Transmissão de Energia Elétrica, desenvolvido em parceria com a UFC, SEMACE e Frutal, que visa a aperfeiçoar o processo de uso das áreas sob linhas de transmissão de energia elétrica, para minimizar a degradação da biodiversidade e do solo em áreas restritas da Mata Atlântica no Nordeste brasileiro, no caso, o maciço de Baturité. Esse projeto foi iniciado em maio de 2002 e prevê a aplicação de um total de R\$818 mil até julho de 2005, em três contratos anuais: R\$372 mil em 2003, R\$299 mil em 2004 e R\$146 mil em 2005. A execução do projeto é uma referência em todo o território nacional para utilização e preservação de áreas sob linhas de transmissão. Até março de 2004, foram investidos R\$283 mil;
- b) Desenvolvimento e Aplicação de Metodologias voltadas à Amenização da Ação Eólica Sedimentar junto à Rede Elétrica na Zona Costeira do Estado do Ceará: iniciado em setembro de 2003, em parceria com a UFC, SEMACE e Frutal, visa a desenvolver e aplicar metodologias e técnicas com a finalidade de amenizar a ação das dunas móveis sobre a rede de distribuição de energia elétrica na zona costeira do Estado do Ceará. A companhia estuda a atuação da dinâmica dos ventos para subsidiar o processo de revegetação, que será utilizado para amenizar a ação dos ventos na rede elétrica, sem causar danos ao meio ambiente. Até março de 2004, foram investidos R\$365 mil;

- c) Eficiência Energética do Distrito de Irrigação Jaguaribe-Apodi, iniciado em outubro de 2003, cujo objetivo é a redução do consumo de água e a consequente redução do consumo de energia elétrica, pela impermeabilização de 15 tanques de armazenamento de água e da otimização do sistema de irrigação. A impermeabilização dos tanques de armazenamento de água proporcionará uma economia de 12.000 mil m³ de água por ano e uma redução no consumo de energia elétrica da ordem de 5.700MWh/ano. A otimização do sistema de irrigação se dará por meio da modernização dos pivôs centrais, aumentando a eficiência de irrigação e da troca dos conjuntos de eletrobombas existentes por bombas de maior eficiência e motores de alto rendimento. A redução no consumo de energia elétrica nessa etapa será de aproximadamente 2.600MWh/ano. Esse conjunto de ações proporcionará aos irrigantes do Distrito de Irrigação Jaguaribe-Apodi uma redução no consumo de energia elétrica em torno de 8.300MWh/ano e uma economia da ordem de R\$350.000,00 por ano, propiciando ao produtor agrícola uma significativa redução dos custos de produção. O investimento total será de R\$2.327 mil. A implementação desse projeto promoverá uma significativa redução no consumo de água, elemento essencial para a preservação do meio ambiente, levando-se em consideração as condições de aridez apresentadas no Nordeste e, em especial, no Estado do Ceará. Até março de 2004, foram investidos R\$156 mil;
- d) COELCE nas Escolas: programa de educação ambiental desenvolvido nas escolas da rede pública de ensino (municipais e estaduais), desde 1999. Tem como objetivo ampliar a consciência de professores e alunos sobre a importância de usar da melhor forma a energia elétrica e divulgar amplamente atitudes com esse fim, por meio do programa de educação ambiental "A Natureza da Paisagem – Energia Recurso da Vida". O projeto conta com a participação de 141 escolas, 936 professores, 215.765 alunos e investimentos que totalizam R\$395 mil. Até março de 2004, foram investidos R\$24 mil;
- e) Plano de Gerenciamento de Resíduos: em maio de 2003, iniciou-se o projeto para elaboração do plano de gerenciamento de resíduos da companhia, para estabelecer procedimentos adequados com critérios ambientalmente seguros no tocante ao armazenamento, transporte e disposição final dos resíduos, e adequação das atividades da concessionária às normas e à legislação ambiental pertinentes. A primeira etapa do projeto abrangeu todas as unidades da companhia instaladas em Fortaleza e na Região

Metropolitana, além de empresas prestadoras de serviços. Para cada unidade, foi realizado um inventário dos resíduos gerados, em forma detalhada, envolvendo a classificação, a forma de acondicionamento e a destinação atual dos resíduos gerados. A partir do inventário de resíduos, foram elaborados Planos de Gerenciamento de Resíduos, com a finalidade de possibilitar ações ambientalmente seguras, referente às etapas de armazenamento, acondicionamento, transporte e disposição final. A execução desse projeto busca garantir o uso racional dos recursos e minimizar impactos ambientais. O valor total do projeto é de R\$48,2 mil. Até março de 2004, foram investidos R\$ 38 mil.

No ano-base 2005, a companhia participou de inúmeros projetos na área de responsabilidade social, como o Projeto COELCE Solidária com a Saúde Pública, com investimentos de R\$ 1,11 milhão, que busca implementar projetos de eficiência energética em órgãos de saúde pública, para reduzir o consumo de energia a partir da melhor utilização de aparelhos elétricos. Isso colabora para aprimorar a qualidade do serviço, e o Projeto COELCE nas Escolas recebeu investimentos de R\$ 565 mil no ano, beneficiando mais de 114 mil alunos do Estado do Ceará.

Por essas iniciativas, a companhia obteve reconhecimento público, como o Prêmio Balanço Social 2005 do Nordeste, de nível nacional, promovido pela BOVESPA, e o Prêmio PROCEL de Eficiência Energética no Nordeste, promovido pela Eletrobrás, em que a COELCE ficou com a terceira colocação no ranking geral.

Em relação aos programas de responsabilidade ambiental, a COELCE aprovou sua política ambiental, em reunião do Conselho de Administração realizada em 21/12/2005, e iniciou o processo de adequação de suas ações para a obtenção, em 2006, da certificação ISO 14.001, relacionada ao Meio Ambiente.

No ano-base 2006, a companhia concluiu o processo de implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) iniciado em 2004, em conformidade com a Norma ISO 14001/2004. Esse esforço resultou na certificação de Processos referentes à Construção, Operação, Manutenção do Sistema de Transmissão e Distribuição de energia elétrica e suas atividades de apoio focado nas unidades de negócio da Companhia espalhadas pelo Estado do Ceará.

A COELCE, no ano-base 2006, desenvolveu os seguintes projetos:

- a) Desenvolvimento de Óleos Ecológicos para Transformadores: em parceria com o Parque de Desenvolvimento Tecnológico (Padetec) e com a Universidade Federal do

Ceará (UFC), a Companhia pesquisa, desde 2004, o desenvolvimento de óleos ecológicos para substituir os óleos isolantes utilizados em transformadores da rede elétrica. O projeto, que consumiu investimentos de R\$ 123 mil em 2006, busca produzir Óleos Isolantes Ecológicos (OIE) a partir dos óleos da castanha de caju e da mamona e em seus derivados químicos. A previsão para a sua utilização está para 2007;

- b) Desenvolvimento de Processo de Compostagem para reciclagem de resíduos de poda de árvores: em parceria com a Universidade Estadual do Ceará (UECE), a COELCE deu continuidade ao projeto de desenvolvimento do processo de compostagem rápida, destinado a reciclar os resíduos de poda de árvores que obstruem redes elétricas urbanas. A intenção desse projeto, que recebeu investimentos de R\$ 172 mil no ano, é produzir fertilizantes orgânicos como forma de valorizar esses resíduos e doar a usina de compostagem auto-sustentável a uma comunidade, ao final do programa;
- c) Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos: identifica e classifica os principais resíduos gerados nos diferentes processos desenvolvidos pela COELCE. Para cada um dos diferentes resíduos, foram estabelecidas normas de armazenamento, transporte e as melhores formas de destinação, conforme legislação vigente. Esse programa propicia também o desenvolvimento da cultura de redução de resíduos por meio de reciclagem, minimizando impactos sobre o meio ambiente. O programa, que recebeu investimentos de R\$ 160 mil, também prevê treinamento e acompanhamento dos profissionais da companhia e de prestadoras de serviço que geram e/ou manipulam resíduos nas atividades operacionais destinadas à COELCE.

Entre as ações dos projetos, destaca-se a destinação de lâmpadas – resíduo do setor considerado perigoso – para a reciclagem. Ao todo, foram recicladas 20.000 lâmpadas fluorescentes, ao custo total de R\$ 16 mil. Paralelamente, a companhia manteve a coleta seletiva de papel, papelão, plástico e metal destinados a empresas de reciclagem, iniciada em 2004.

A companhia, dentro do período analisado, de 2002 a 2006, desenvolveu várias ações, programas de manutenção e melhoria do meio ambiente; todas essas práticas tiveram seus custos demonstrados, conforme análise efetuada.

A companhia, ainda dentro do período analisado, trabalhou intensamente com projetos ambientais e, na sua maioria, há gastos expressivos ora não expressados nas Demonstrações Contábeis com o tratamento específico para o passivo ambiental.

4.2.4 Cia. Paranaense de Energia – COPEL

A companhia, no ano de 2002, apesar de apresentar estudos para a diminuição dos impactos ambientais, em nenhum momento evidenciou os projetos em valores.

Apesar dos vários projetos implantados pela companhia, em relação a questões ambientais, é ré em 10 ações civis públicas, 5 das quais ajuizadas pelo Ministério Público do Estado do Paraná, 1 pela Associação Nacional dos Atingidos por Barragens – ANAB, 1 pela Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária-AMAR, 2 pelo Instituto do Homem e 1 pela Academia Imperatrizense, e em mais 2 ações populares.

Das ações civis públicas ajuizadas pelo Ministério Público, 4 discutem a ocupação irregular de áreas protegidas no entorno dos reservatórios de água. As demais ações civis e populares envolvem discussões acerca do licenciamento ambiental e EIA/RIMA de projetos em andamento. A possível perda, pela COPEL, das ações relativas a áreas ocupadas (protegidas), acarretará a obrigação solidária, com os proprietários das áreas, de desocupação e recuperação dessas e, em último caso, o pagamento de uma indenização ambiental, a ser definida em perícia; para tais perdas, não foram feitas as provisões de litígios e contingências.

A possível perda das ações relacionadas ao licenciamento ambiental de empreendimentos poderá implicar atrasos e suspensão de obras de implantação e de atividades operacionais.

A COPEL é também parte, no pólo passivo, de 2 processos administrativos iniciados pelo IAP (Instituto Ambiental do Paraná), que tiveram origem em duas autuações ambientais lavradas em maio de 2000: uma relacionada ao licenciamento ambiental e outra envolvendo o lançamento irregular de efluentes líquidos e/ou resíduos sólidos.

Ambas as autuações foram objeto de impugnações apresentadas pela COPEL e aguardam decisão do IAP, e uma delas prevê como sanção a imposição de multa pontual no valor de R\$ 40,0 mil, e a outra estabelece o pagamento de multa diária nesse mesmo valor, até que sejam sanadas as infrações alegadas. Após a lavratura dos autos de infração, a COPEL, de

imediate e com orientação do órgão ambiental, efetuou as correções necessárias para a cessação dos impactos gerados.

O impacto ambiental da atividade de distribuição de energia elétrica não apresenta grau significativo em escala regional. Ao longo dos 52 anos de história da companhia, tem sido necessário o corte de vegetação para ampliação da rede de distribuição.

Para tanto, porém, sempre são priorizadas áreas marginais às vias de acesso e locais já antropizados. Pelos benefícios sociais, econômicos e ambientais gerados para o Paraná, um possível impacto pode ser considerado muito pouco significativo. Tanto que os órgãos ambientais não exigem licença prévia de instalação e operação para a atividade de distribuição de energia elétrica, por se dar em condições inferiores a 230 kv. Não obstante, diversas ações são executadas com o intuito de minimizar os danos ao meio ambiente e melhorar a qualidade dos serviços prestados.

As atividades desenvolvidas no ano-base 2006, nos processos de construção, reformas, operação e manutenção de empreendimentos de geração e transmissão de energia foram todas acompanhadas por planos ambientais, que visavam impedir, reduzir, mitigar e compensar possíveis impactos. Portanto, não foram detectados impactos de relevância nesse ano.

Ainda em 2006, foram realizados plantios de espécies nativas em aproximadamente 30 hectares, localizados no entorno do reservatório da UHE Governador Ney Braga. Durante o mesmo período, foram reflorestados 5 hectares no entorno do reservatório da UHE Santa Clara. Em junho, mais uma área de 13 hectares foi inaugurada, em convênio com a Prefeitura Municipal de União da Vitória, para atender a reivindicações da comunidade Rio D'Areia.

Desde 2004, está em execução projeto de avaliação e recuperação ambiental da região do Pólo Atuba, para adequar as áreas operacionais e promover a recuperação do solo contaminado por hidrocarbonetos, mediante tratamento de biorremediação, com conclusão prevista para julho de 2009.

No âmbito da distribuição de energia, em 2006, foi criada equipe de responsabilidade ambiental, composta por um técnico florestal em cada regional da companhia, atuando diretamente nas áreas de manutenção e projetos, possibilitando execução de atividades inerentes ao negócio, de forma a respeitar as normas internas e a legislação ambiental vigente, minimizando ainda mais os impactos causados.

De acordo com o cadastro de processos jurídicos, em 2006, a companhia sofreu duas multas, que totalizaram R\$ 43 mil. Não existe registro referente a sanções não monetárias resultantes de não-conformidade quanto a leis e regulamentos ambientais.

Ainda que as sanções impostas tenham sido eventuais e pouco expressivas, a COPEL desenvolve ações de diálogo com os órgãos ambientais, segundo as normas internas, com base em manual de instruções técnicas de vegetação, e orientações ambientais a serem divulgadas para os técnicos responsáveis pela execução das atividades.

No ano-base 2006, efetuou um acordo inédito no setor elétrico brasileiro, selado com a comunidade indígena caingangue, da Reserva de Apucarantina, em Tamarana, região norte do Estado. Com tal medida, liquidou-se todo o passivo ambiental, social, cultural e moral decorrente da construção e operação da Usina Hidrelétrica de Apucarantina. O valor da indenização para aquela comunidade totaliza R\$ 14 milhões, a serem pagos em cinco parcelas anuais, das quais a primeira em dezembro de 2006. As demais parcelas comporão fundo destinado a dar suporte ao desenvolvimento de projetos que garantam sustentabilidade à comunidade indígena.

Outra ação semelhante diz respeito à linha de transmissão Apucarana — Figueira, que percorre as terras indígenas denominadas Barão de Antonina. A COPEL aceitou a composição proposta pelo Ministério Público e arcou com os custos das demandas indenizatórias antes da instauração de ação judicial, medida que importou no valor anual de R\$ 25.653,65.

Outro aspecto relevante foi o engajamento da empresa em ampliar e revisar o acesso gratuito das comunidades indígenas à energia elétrica no contexto do Programa Luz Fraterna, no Programa Luz para Todos. Investiu aproximadamente R\$ 20 milhões nos municípios das regionais Leste e Centro-Sul, onde foram identificadas áreas remanescentes de quilombos, antigos redutos de escravos fugidos, os quilombolas.

Dentro dos relatórios analisados, a companhia demonstra estar preocupada com a manutenção e melhoria do meio ambiente, para tanto, apresenta várias opções de benefícios sociais, econômicos e ambientais, mas nenhum deles com a demonstração de valores ou custos desembolsados.

Outro ponto verificado no decorrer da análise dos relatórios é que a companhia mantém vários projetos, em todos os períodos da análise, mas somente no ano de 2002

demonstra estar comprometida com o meio ambiente, ainda sem estudos concretos apresentados.

Apesar do desenvolvimento desses vários projetos apresentados pela companhia, essa admite ser ré de ações civis por danos causados ao meio ambiente, e os valores das multas e indenizações ora apuradas nos relatórios são de natureza expressiva.

A companhia, apesar de manter seus relatórios atualizados de acordo com a Resolução 444, não identifica os danos causados e não constituiu nenhum passivo, não evidenciando os efeitos econômicos de suas contingências ambientais.

4.2.5 CPFL – Energia S/A

A companhia tem um Departamento de Meio Ambiente integrado à CPFL Geração, sob a responsabilidade da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos. Embora criado dentro da estrutura da CPFL Geração, o departamento tem a atribuição de atender a todas as questões ambientais relativas à CPFL Geração, à CPFL Paulista e, mais recentemente, relativas à CPFL Piratininga.

A política de meio ambiente da CPFL Energia e de suas controladas é fornecer à sociedade serviços na área energética com total respeito ao meio ambiente, cumprindo a legislação ambiental, prevenindo a poluição e promovendo a melhoria contínua do desempenho ambiental em nossas atividades.

As atividades de distribuição e geração da companhia estão sujeitas a abrangente legislação e regulamentação federal, estadual e municipal relativa à preservação ambiental. O procedimento para construção de usinas geradoras e para instalação de novas linhas de transmissão e distribuição ou subestações requer o atendimento de várias exigências ambientais, em conformidade com a constituição brasileira e a legislação e regulamentação federal, estadual e municipal correlata.

A Lei n. 4772, (BRASIL, 1997) prevê que, dentro das áreas adjacentes aos reservatórios hídricos, natural ou artificial, seja considerada uma área de preservação permanente, que requer autorização prévia para sua utilização. Uma legislação complementar ao código florestal também obriga o operador da reserva a adquirir as áreas adjacentes a tal reservatório

O cumprimento dessa obrigação poderá resultar em custos adicionais na implementação de novas usinas hidroelétricas. A companhia CPFL Energia desenvolve programas ambientais na área de atuação de suas distribuidoras e nas áreas abrangidas por suas usinas hidrelétricas, para assegurar que o desenvolvimento dos negócios ocorra em contexto de respeito ao meio ambiente e que agregue valor às comunidades de suas áreas de atuação.

Como exemplos dessas ações, devem ser destacados:

- a) Programa de Arborização Urbana: distribuição de mudas de árvores nativas de cada região, adequadas ao convívio com as redes de distribuição de energia. Em 2005, foram distribuídas 123 mil mudas para 100 municípios de atuação das empresas;
- b) Guia de Arborização Urbana: orientação e apoio às Prefeituras Municipais nos processos de planejamento urbano e implantação de arborização;
- c) Programa de Repovoamento de Rios e Reservatórios: soltura de 390 mil alevinos/ano em rios do Estado de São Paulo;
- d) Programa de Reflorestamento: implantação, em 2005, de 110 mil mudas de árvores em áreas de entorno de reservatórios de pequenas centrais hidrelétricas e em áreas de influência das redes de distribuição e linhas de distribuição;
- e) Projeto Barco Escola da Natureza: projeto que se dedica a disseminar a educação ambiental aos professores, estudantes e comunidade, no entorno do reservatório da PCH Americana;
- f) UHE Barra Grande: com investimentos realizados até dezembro de 2005, de R\$165,0 milhões, sendo R\$ 43 milhões em 2005, deu-se continuidade, entre outros, ao Programa de Remanejamento da População Rural, que prevê o remanejamento de 430 famílias, sendo: 194 famílias instaladas em Reassentamentos Rurais Coletivos, com infra-estrutura contendo casas com galpão anexo, lotes para cultivo, centros comunitários, podendo ter escolas instaladas na própria gleba. Desse total, 86 famílias já estão ocupando seus lotes, 230 famílias recebendo Cartas de Crédito e adquirindo seu próprio imóvel e 6 famílias instaladas em Reassentamentos em Áreas Remanescentes;
- g) UHE Campos Novos: com investimentos realizados até dezembro de 2005, de R\$98,0 milhões, sendo R\$ 24 milhões em 2005, deu-se continuidade, entre outros, ao

Programa de Remanejamento da População Rural, que prevê o remanejamento de 297 famílias, sendo: 31 famílias instaladas em Reassentamentos Rurais Coletivos, com infra-estrutura similar à de Barra Grande, e todas essas famílias já estão ocupando seus lotes; 49 famílias instaladas em Pequenos Reassentamentos Rurais Coletivos – todas já estão ocupando seus lotes; 170 famílias recebendo Cartas de Crédito e adquirindo seu próprio imóvel e 47 famílias instaladas em Reassentamentos em Áreas Remanescentes; desenvolvimento do FDR- Fundo de Desenvolvimento Rural, por meio do repasse de recursos ao SEBRAE-SC, para agregar valor à pequena propriedade, o qual atenderá mais de 300 famílias da região; implantação de uma Unidade de Conservação com 1.068 ha., com aquisição da área, repasse ao órgão ambiental e elaboração do Plano de Manejo; recuperação da APP - Área de Preservação Permanente no entorno do reservatório, equivalente a 1.832 ha., com o plantio de 206 mil mudas de espécies nativas, entre elas a araucária e o xaxim, ameaçadas de extinção, cultivadas em viveiro próprio, etc. Em reconhecimento ao trabalho executado na mitigação dos impactos ambientais, a Enercan recebeu o Prêmio Fritz Muller do Governo do Estado de Santa Catarina.

A companhia, dentro do período analisado de 2002 a 2006, desenvolveu projetos e investimentos de grande porte nos municípios onde atua. Nos relatórios analisados, demonstra seu comprometimento com a manutenção e melhoria do meio ambiente. Na sua maioria, esses programas têm investimentos altos que, por sua vez, não estão evidenciados nas Demonstrações e Relatórios Contábeis.

Nota-se que o compromisso com a questão ambiental é pró-ativo, e os investimentos e relatórios demonstrados pela companhia estão de acordo a Resolução 444 (ANEXO A). Ainda, as intenções de evidenciação das questões ambientais estão nítidas, mas não estão demonstradas conforme o tratamento das práticas do passivo ambiental proposto pela pesquisa em questão, ou por não existirem, ou por não serem material ou por se tratarem de passivos ocultos.

4.2.6 Eletropaulo Metropolitana Elétrica São Paulo

A companhia, preocupada com o manejo dos recursos naturais, criou vários programas de controle ambiental, destacando-se os de reciclagem de lâmpadas, papel,

alumínio, plástico e óleos minerais dentro de seu Sistema de Gestão Ambiental. Essas e muitas outras ações semelhantes fizeram com que a companhia conseguisse o primeiro certificado ISO 14001 do setor elétrico nacional, que reflete a excelência no trato do meio ambiente na distribuição de energia.

Em setembro de 1998, criou a Gerência do Meio Ambiente, com o objetivo de representar a empresa nas atividades relacionadas ao meio ambiente, proporcionar alternativas ambientalmente corretas na condução de seus projetos e discorrer sobre o plano de ações e investimentos.

Em dezembro de 2000, com a estruturação da empresa em unidades de negócios, a Gerência de Meio Ambiente foi extinta, e as questões ambientais passaram a ser discutidas por um grupo maior de pessoas, composto por dois representantes por unidade de negócio.

Com uma forma de trabalho mais abrangente e participativa, o grupo obteve um ótimo resultado na conscientização ambiental, no diagnóstico das atividades potencialmente impactantes e na implantação de diretrizes para minimização desses impactos ambientais.

Em 2003, foram iniciadas auditorias ambientais nas empresas AES no Brasil, coordenadas por um Comitê de auditorias ambientais. Os impactos ambientais existentes são gerenciados de forma adequada, em conjunto com os órgãos ambientais, não tendo a AES Eletropaulo recebido nenhuma penalidade que implicasse multa significativa ou impedimento de suas atividades.

Alguns projetos desenvolvidos pela companhia são:

- a) Projeto Pomar: projeto de recuperação ambiental e revegetação das margens do Rio Pinheiros, realizado pela Secretaria de Estado do Meio ambiente, em parceria com setores da iniciativa privada, dentre as quais se inclui a Eletropaulo. A Eletropaulo é considerada participante especial do projeto, pelo investimento de mais de R\$315.000 no plantio de 25.000 mudas e pela concessão de autorização, durante 5 anos, para a utilização de uma área de 208.000m² para a implantação do projeto, o que corresponde a 70% da área total do projeto;
- b) Projeto Reciclagem de Lâmpadas: visa a destinar corretamente todas as lâmpadas com mercúrio utilizadas pela companhia; o projeto determinou diretrizes de manuseio, acondicionamento e armazenamento dos resíduos e envio para reciclagem de lâmpadas e casquilhos;

c) Projeto Reciclando: a Eletropaulo mantém o programa de coleta seletiva de papel, plástico, alumínio, baterias, cartuchos de impressoras e toners. Todo dinheiro arrecadado com a venda desses materiais é destinado a entidades sociais.

Existem três processos judiciais relacionados a questões ambientais visando ao impedimento de algumas linhas de transmissão e subtransmissão e projetos de construção de instalações, instaurados por certas associações de moradores e outras instituições.

Os processos se baseiam no argumento de que os projetos de construção aumentariam as emissões de campos eletromagnéticos e, portanto, seriam prejudiciais à saúde humana. Como consequência, as duas construções estão atualmente em suspenso. A companhia ingressou com um recurso, que ainda aguarda julgamento.

A respeito do resultado de qualquer desses processos judiciais, a administração acredita que não haverá nenhum efeito prejudicial relevante aos nossos negócios ou à situação financeira como resultado desses processos.

O Ministério Público Estadual moveu ação civil pública em face da Eletropaulo e da Associação Desportiva Cultural Eletropaulo, objetivando a reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga.

A ação foi julgada procedente, condenando a Eletropaulo ao pagamento de R\$ 6,7 milhões para reparar os danos causados ao meio ambiente ou, alternativamente, a desfazer as obras realizadas, o que representa um custo de R\$ 850 mil. A Eletropaulo interpôs Recurso de Apelação, ao qual foi negado provimento.

A companhia, dentro do período analisado de 2002 a 2006, foi ré de uma ação indenizatória movida pelo Ministério Público Estadual, julgada procedente, condenando-a ao pagamento de uma quantia expressiva, para a qual não há provisão. Essa quantia se refere a indenizações, multas e danos causados pela construção às margens da represa de concessão da companhia.

A companhia mantém vários projetos e investimentos ambientais, cujos valores são demonstrados apenas como forma de evidenciar o compromisso que tem com o meio ambiente. Ao referir-se à Resolução 444 regulamentada pela ANEEL, a companhia está em consonância com o protocolo proposto pelo manual de contabilidade, anexo a essa Resolução,

que, por sua vez, não menciona o tratamento às práticas de passivo ambiental na companhia, apesar das evidentes existências de contingências ambientais.

4.2.7 EDP – Energias do Brasil S/A

Em 2003, o total de investimento em meio ambiente das empresas distribuidoras participadas da EDP Brasil S.A. representou cerca de R\$ 11,26 milhões, superando o ano de 2004, que representou R\$7,27 milhões, conforme Relatório Ambiental e de Administração, 2004. No ano de 2006, o investimento foi de 43,9 milhões.

Embora os investimentos aumentem a cada ano, as violações à legislação ambiental podem consistir crime, atingindo tanto os administradores quanto a própria pessoa jurídica da empresa. Podem, ainda, acarretar penalidades administrativas, como multas de até R\$50 milhões (aplicáveis em dobro ou em seu triplo em caso de reincidência) e suspensão temporária ou definitiva de atividades. Além disso, tais sanções são aplicadas independentemente da obrigação de reparar a degradação causada ao meio ambiente.

O investimento em meio ambiente, considerando projetos diretamente relacionados à geração, distribuição e comercialização de energia, totalizaram R\$ 138,1 milhões, em 2005, 570,4% superiores aos recursos destinados em 2004.

O maior volume foi direcionado às atividades de geração (R\$ 128,8 milhões), como reflexo das obras do AHE Peixe Angical, no Rio Tocantins, onde se destacam a implementação dos programas ambientais relacionados à aquisição de terras (R\$ 48,2 milhões), ao desmatamento, à limpeza do reservatório (R\$ 19,9 milhões), à relocação urbana (R\$ 17,7 milhões) e à recomposição da infra-estrutura viária (R\$ 20,0 milhões).

A companhia teve sua participação no programa de desenvolvimento de projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Kyoto, tendo acompanhado de perto das negociações internacionais da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas.

Dentro do período analisado de 2002 a 2006, demonstrou estar preocupada com a questão ambiental, preocupação claramente observada na análise dos relatórios quando observados os valores investidos pela companhia.

A companhia direcionou recursos aos mais diversos projetos relacionados ao meio ambiente. Mesmo assim, apesar do compromisso que tem em estabelecer o formato dos relatórios exigidos pela Resolução 444 (ANEXO – A), por meio do manual de contabilidade, não há informações sobre o tratamento das práticas do passivo ambiental.

A companhia não seguiu as normas e os procedimentos de auditoria conforme o IBRACON, não evidenciando informações sobre o tratamento das práticas do passivo ambiental. Apesar disso, essas práticas não são obrigatórias dentro da Resolução 444, que trata apenas do compromisso da empresa perante o meio ambiente.

Porém, existe a necessidade de readequação no manual de contabilidade das companhias de energia elétrica em consonância com as resoluções e normas que definem critérios de reconhecimento e bases de mensuração aplicáveis a contingências, como é o caso da NPA. n. 11 e NPC. n. 22 – IBRACON, Resolução 488/05 – CVM (BRASIL, 2005).

4.2.8 TRACTEBEL – Energia S/A

A companhia está comprometida com a preservação do meio ambiente e a garantia do desenvolvimento sustentável das regiões onde atua, tanto em termos ecológicos quanto econômicos e sociais. O marco referencial desse compromisso começa no Código de Ética da Companhia e prossegue no seu Código de Meio Ambiente, em que estão expressos os princípios de sustentabilidade e qualidade de vida que regem todas as suas decisões.

As atividades de geração de energia elétrica de origens hidráulica e térmica, pela sua natureza, são enquadradas na Legislação Ambiental como atividades potencialmente poluidoras; sendo assim, a companhia mantém o compromisso de renovar as licenças ambientais exigidas por lei.

A partir de 1981, o licenciamento ambiental foi exigido das empresas, que de alguma forma degradam o meio ambiente, conforme Lei nº. 6938, de 02 de Setembro de 1981 (BRASIL, 1981); porém, a operação de instalação industrial sem as devidas licenças ambientais é crime, previsto conforme Lei nº. 9605, de 12 de Fevereiro de 1998 (BRASIL, 1998)..

O desempenho operacional e o controle dos riscos ambientais fazem parte dos princípios básicos da companhia. Por isso, desenvolve pesquisas de impacto e atividades de

proteção e recuperação do meio ambiente, com investimentos que somaram R\$ 4,3 milhões em 2003.

A companhia repassou R\$ 47,8 mil para o Programa Ambiental e Uso Público do Centro de Visitantes do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (SC); R\$ 48 mil para o desenvolvimento e implantação de um sistema de informações para o monitoramento ambiental da Baixada do Maciambu, que fica dentro do parque, outros R\$ 12 mil para a coleta de imagens digitais do local, e investiu R\$ 80 mil na canalização de uma vala a céu aberto no Programa de Saneamento Básico de Capivari de Baixo (SC).

Em 2003, fez um projeto em parceria com a Fundação de Ciência e Tecnologia (Cientec), que desenvolveu um sistema para o uso do calcário como agente dessulfurante de gases de combustão. O projeto recebeu investimentos de R\$ 950 mil da companhia.

Ainda em 2003, foram repassados 136,8 mil de recursos para o projeto referente ao convênio com o IBAMA, objetivando estudos de reprodução e repovoamento de espécies de peixes nativos nas bacias dos rios Uruguai, Pelotas e Canoas.

Em 2004, a companhia deu continuidade aos projetos e investiu R\$1,2 milhões em pesquisa e desenvolvimento em programas relacionados à ictiofauna, qualidade da água, corredores ecológicos, concentração de ozônio e biomassa para geração de energia elétrica e vapor.

Em 2005, deu continuidade aos projetos que estavam em andamento assumidos em anos anteriores. Em 2006, evidenciou que iria manter o compromisso com o meio ambiente. Diante dos quadros abaixo, percebe-se o compromisso da companhia em relação à sua situação do Licenciamento Ambiental.

Situação do Licenciamento Ambiental* Usinas Termelétricas		
UTE Jorge Lacerda A, B e C	Em operação	LAO FATMA 086/2004, de 07/05/2004 (UTLA), 088/2004, de 07/05/2004 (UTLB), e 087/2004, de 12/05/2004 (UTLC), com validade pelo período de 36 meses (até 06/05/2007, para UTLA e UTLB, e 11/05/2007, para a UTLC).
UTE Alegrete	Em operação	LO 2135/2003-DL FEPAM, de 22/05/2003, com validade até 14/12/2004. Renovação da LO requerida em agosto/2004 (CE UTCH 011/2004, de 13/08/2004).
UTE Charqueadas	Em operação	LO 7334/2003-DL FEPAM, de 24/11/2003, com validade até 23/08/2005. Incluída na LI 058/2004-DL FEPAM, de 19/01/2004, referente a UTE Jacuí.
UTE William Arjona (4 e 5)	Em operação	LO IMAP n.º 265/2002, de 21/11/2002 com validade pelo período de 4 anos (até 20/11/2006). Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público Estadual/MS, de outubro/2002.
UTE William Arjona (1, 2 e 3)	Em operação	LO IMAP n.º 078/2000, de 22/12/2000 com validade pelo período de 4 anos (até 21/12/2004). Renovação da LO requerida em outubro/2004 (CE AMA 0041/2004, de 27/10/2004).
Unidade de Cogeração Lages	Em operação	LAO CPS/002/2005, de 06/01/2005, com validade pelo período de 12 meses (até 05/01/2006), para a UCLA. LAO CPS/091/2004, de 10/08/2004, com validade pelo período de 36 meses (até 09/08/2007), para a Captação, Adução e Tratamento de Água para Abastecimento.

QUADRO 11 – Licenciamento Ambiental do Parque Gerador da Companhia

Fonte: (BOVESPA, 2008)

Situação do Licenciamento Ambiental Usinas Hidrelétricas		
UHE Salto Osório	Em operação	LO 08315 IAP, de 21/12/2001, com validade até 21/12/2003. Requerida renovação da LO, em outubro/2003.
UHE Passo Fundo	Em operação	LO 5853/2003-DL FEPAM, de 31/10/2003, com validade até 17/08/2007.
UHE Ita	Em operação	Renovação LO IBAMA n.º. 68/99, de 01/09/2004, com validade pelo período de 4 anos (até 31/08/2008).
UHE Salto Santiago	Em operação	LO 04952 IAP, de 21/12/2001, com validade até 21/12/2003. Requerida renovação da LO, em outubro/2003.
UHE Machadinho	Em operação	LO 160/2001 IBAMA de 28/08/2001, com validade pelo período de 4 anos (até 27/08/2005).
LT 500 kV (UHE Machadinho)	Em operação	LAO FATMA n.º 282/01 de 09/11/2001, com validade pelo período de 48 meses (até 08/11/2005), para a LT 500 kV UHE Machadinho - LT 500kV Itá-Campos Novos.
UHE Cana Brava	Em operação	LF GUS n.º 212/2005, de 04/02/2005, da Agência Ambiental de Goiás, com validade de 09/01/2004 a 09/01/2008.
LT 230kV (UHE Cana Brava)	Em operação	LF GUS n.º 239/2005, de 17/02/2005, da Agência Ambiental de Goiás, com validade de 05/02/2005 a 05/02/2009, para a LT 230kV UHE Cana Brava – UHE Serra da Mesa.

QUADRO 12 – Licenciamento Ambiental do Parque Gerador da Companhia

Fonte: (BOVESPA, 2008)

A companhia evidencia no grupo 16, item Ações judiciais, do Programa de Divulgação Externa da BOVESPA, os litígios com a nomenclatura de “outros”. Observa-se

que esses litígios são provenientes principalmente de doenças ocupacionais, ações indenizatórias por danos materiais, fornecedores, acidentes de trabalho e danos ambientais.

A companhia, mesmo sabendo das Normas e Procedimentos Contábeis e de Auditoria NPA n.11, NPC n. 22, Resolução 488, de 03 de outubro de 2005 (BRASIL, 2005), e Resolução 444 de 26 de outubro de 2001 (BRASIL, 2001) da agência reguladora (ANEEL), divulga informações fora dos padrões e normas estabelecidas, motivos que levam a ANEEL a rever a Resolução 444, juntamente com o manual de contabilidade que regula as companhias de energia elétrica.

A companhia alega ainda que os valores dos litígios por meio de ações judiciais são relevantes dentro dos itens observados no parágrafo anterior, mas em nenhum momento separa esses valores, evidenciando somente que os números apresentados são valores consolidados.

A companhia, dentro do período analisado, de 2002 a 2006, mais precisamente nos anos de 2002 e 2003, comprometeu-se com a preservação do meio ambiente, desenvolvendo projetos e repasses de recursos, com o objetivo de amenizar as áreas degradadas causadas pelo impacto das atividades geradas pela companhia. Ainda, preocupa-se com a manutenção e melhoria do meio ambiente, desenvolvendo projetos de expressiva quantia, que, por sua vez, não são demonstrados conforme objetivo da pesquisa - o tratamento das práticas do passivo ambiental.

Vale ressaltar que a companhia Tractebel Energia S/A, diferentemente das outras até então analisadas, no ano de 2006, evidenciou, no item 16 (Ações Judiciais) do Programa de Divulgação Externa da BOVESPA, litígios provenientes de várias ações movidas contra a empresa, e juntamente com essas ações, menciona que há contingência ambiental e que os valores de R\$52.694,00 são relevantes para tais ações.

Conclui-se, após a análise dos relatórios demonstrados pela companhia, que a intenção de evidenciação do tratamento das práticas inerentes ao passivo ambiental dentro dela havia sido brevemente citada no momento em que evidenciava tais litígios.

Cabe ressaltar que a companhia não informou o tratamento dos passivos ambientais no momento em que efetuou o agrupamento das ações e litígios contingenciais dentro da conta “outros”. Os valores citados como relevantes para a companhia poderão causar interpretações diferenciadas aos usuários das informações, ao se depararem com a conta “outros”, que agrega todos os valores de litígios ora comprometidos pela companhia.

4.2.9 LIGHT Participações S/A

A companhia recebeu a renovação do certificado de NBR ISSO 14001 em 2004, das unidades envolvidas no Projeto Pitolo do Sistema de Gestão Ambiental Corporativo (SGA), e tem participação em vários projetos ambientais, não elencados na pesquisa pela falta de evidenciação de valores para cada projeto.

De 2002 até 2006, alegou que os relatórios ambientais não se aplicavam à companhia. Essa alegação confronta-se com o Relatório da Administração ano-base 2006, que demonstra os vários projetos em que a companhia participa, ainda que não evidenciem valores para os projetos.

Ou seja, primeiramente, declara não ter o compromisso com o meio ambiente, alegando a não aplicabilidade; no segundo momento, evidencia que a renovação de certificado envolvendo a questão ambiental é feita de acordo com o que sugere a Lei n. 9605, de 12 de Fevereiro de 1998 (BRASIL, 1998), e terceiro, em 2006, demonstrou compromissos com vários projetos, sem citar valores e/ou investimentos para tais projetos.

Um ponto relevante nas informações coletadas nos relatórios analisados é que as informações sobre a obrigatoriedade em relação às questões ambientais trazem para o leitor dúvida interpretação, visto que, no próprio Relatório da Administração de 2006, a companhia alegou ter efetuado a renovação de certificado que envolve o meio ambiente. Conclui-se então que a companhia não demonstra o passivo ambiental.

4.3 Passivo Ambiental nas Companhias de Energia Elétrica não listadas no ISE

A pesquisa conta com uma amostra de 9 empresas do setor de utilidade pública, segmento, setor e subsetor de energia elétrica com práticas diferenciadas de índices. Embora estejam listadas no *site* da BOVESPA, não estão listadas no ISE, e foram escolhidas aleatoriamente, independentemente da situação social, econômica e de grupos de geração, transmissão e distribuição.

As informações sobre os passivos ambientais nas companhias de energia elétrica não listadas no ISE foram extraídas do Programa de Divulgação Externa da BOVESPA e *sites* próprios de cada companhia, e serão atribuídas a cada companhia a seguir.

4.3.1 INEPAR Energia S/A

A companhia dá sequência aos trabalhos de anos anteriores para a obtenção da LI - Licença de Instalação, que permitirá o início das obras de implantação a UHE Cubatão, com 50 MW de capacidade instalada. Aguardava-se, ainda no primeiro semestre de 2004, o posicionamento definitivo do IBAMA sobre a concessão da Licença de Supressão Vegetal.

A companhia detém participação de 40% na Cubatão S.A., concessionária da usina. Porém, em 2006, não evidenciou nos Relatórios Ambientais da Administração Notas Explicativas, dentre outros Relatórios postados do site da BOVESPA, e nem da companhia, ações relacionadas ao meio ambiente.

As informações constantes nos relatórios analisados eram que a companhia não obteve o detalhamento da posição acionária (até o nível de pessoa física) dos acionistas residentes no exterior. Essas informações relatadas não têm ligação alguma com as questões ambientais e ainda põem em dúvida o leitor acerca das informações constantes no Relatório.

A partir de 2004, em nenhum momento, a companhia citou o posicionamento do IBAMA quanto à concessão da licença ora referida no parágrafo anterior, que por sua vez, detém um percentual expressivo de participação na companhia Cubatão S.A.

A companhia, dentro do período analisado de 2002 a 2006, não apresentou informações suficientes que comprovassem a preocupação com o tratamento das práticas do passivo ambiental.

Relatórios específicos do Programa de Divulgação Externa da BOVESPA estão em desconformidade com o que é solicitado para tal Relatório, ou seja, as informações inseridas são de aspectos trabalhistas, e em nenhum momento é mencionado se essas ações decorreram da falta do comprometimento com o meio ambiente.

Outro ponto a ser destacado é que a companhia INEPAR Energia S/A detinha 40% na Cubatão S/A, e até o período de 2004, não havia conquistado a obtenção de Licença de Supressão Vegetal, atribuição essa considerada essencial para o setor em que está inserida. Conclui-se então que a companhia não demonstra o passivo ambiental.

4.3.2 VBC Energia S/A

A companhia mantém investimentos em projetos ambientais por meio de sua subsidiária, CPFL Energia S/A, e as informações evidenciadas dentro do Relatório Ambiental de 2004 não correspondem a questões ambientais. Nesse relatório, a companhia discorre sobre o relacionamento com as subsidiárias do grupo.

No período analisado de 2002 a 2006, a companhia ressaltava apenas os investimentos feitos em subsidiárias, sem levar em consideração a evidenciação de informações na área ambiental.

A companhia tem participação acionária na VERACEL, que é uma associação da Aracruz Celulose S/A. A VBC Energia S.A investiu US\$ 300 milhões na área florestal, estradas e um porto especializado. O investimento teve como objetivo principal o controle de processos e proteção ambiental, mas em nenhum momento evidenciou o passivo ambiental causado pela construção da referida fábrica.

No período analisado, fez menção apenas à participação acionária de uma empresa que não é do segmento, em que evidencia não haver registrado nas Demonstrações Contábeis da companhia o valor de US\$300 milhões. Conforme evidenciado, esse recurso foi destinado à proteção ambiental.

A companhia, dentro do período de 2002 a 2006, fez investimentos em vários projetos ligados ao meio ambiente. No entanto, não foram localizadas e analisadas práticas relacionadas à evidenciação de passivos ambientais.

Sugere-se que a companhia evidencie esses investimentos mencionados e direcionados a outro segmento, mas com o objetivo de proteção ambiental, conforme Resolução 444 de 26 de outubro de 2001 (BRASIL, 2001) da ANEEL, NPA e NPC n. 11 e 22, Resolução 488, de 03 de outubro de 2005 (BRASIL, 2005), e que o manual de contabilidade proposto pela Resolução 444 seja revisto conforme essas normas e resoluções, mesmo que não haja norma formal brasileira em contabilidade focada no assunto passivo ambiental perante as leis n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007.

4.3.3 AES Elpa S/A

A companhia está em conformidade com a Legislação Ambiental, por meio do Sistema de Gestão Ambiental certificado pela ISSO 14001/2000. A Administração da AES ELPA S/A, anteriormente LIGHTGÁS LTDA, em nenhum momento apresentou dados ou informações sobre Legislação Ambiental, conforme Sistema de Gestão Ambiental adotado.

A companhia possui valores expressivos de Litígios e Contingências, evidenciados na conta “outros”, sem mencionar o destino dessas provisões. Dentro do período analisado de 2002 a 2006, não fez menção a informações sobre questões ambientais e/ou passivo ambiental, e possui contingências evidenciadas nos relatórios analisados, sem a devida provisão.

Talvez a companhia esteja fora da listagem do ISE pela falta de divulgação de informações de acordo com Resolução 444 (ANEXO – A), estabelecida pela ANEEL, e ainda fora do padrão do manual de contabilidade. Conclui-se então que, além de não demonstrar o passivo ambiental, a companhia evidencia as contingências em apenas uma conta, chamada “outros”. Contudo, em nenhum momento, apesar de evidenciar que são valores expressivos, esses não foram divulgados nas Demonstrações Contábeis da companhia dentro do período analisado.

4.3.4 AES SUL – Distribuidora Gaúcha de Energia S/A

A AES SUL mencionou que, no período de 2002 e 2003, não teve problemas com o meio ambiente. Apesar disso, admite que sempre esteve preocupada com as questões ambientais que causam impacto nos principais processos; porém, não havia na sua estrutura hierárquica uma área especializada e focada para essas questões

Somente no segundo semestre de 2004 começou a trabalhar com as atividades ambientais, por meio da formação de uma área corporativa de meio ambiente, composta por 01 profissional técnico graduado em Engenharia Florestal, recebendo o apoio jurídico pela contratação de um escritório especializado que possui um advogado ambientalista. Paralelamente, a gerência está sendo estruturada para formar profissionais denominados Interlocutores de meio ambiente.

No ano-base 2005, o comprometimento com o compromisso ambiental foi fortalecido pela estruturação da Superintendência de Meio Ambiente, Saúde e Segurança. A atividade de poda e supressão de árvores para melhor promover a manutenção da rede de distribuição de energia elétrica é um tema que merece destaque em 2005. Eletricistas e gestores de poda de cada superintendência operacional foram capacitados e instruídos sobre as melhores técnicas, procedimentos e necessidades de licenças ambientais. Com isso, a atividade passou a ser desenvolvida com menores riscos e melhor qualidade técnica e ambiental..

A AES SUL, atenta às tendências de gestão ambiental corporativa e focada em apresentar transparência e credibilidade, iniciou, no final do ano de 2005, o processo de desenvolvimento do relatório de sustentabilidade ambiental, baseado nas diretrizes GRI (*Global Reporting Initiative*).

No ano de 2006, revelou-se importante na fase de implementação de ações voltadas ao meio ambiente, dando continuidade ao processo de gestão iniciado em 2005.

Sem evidenciar em nenhum momento valores, a empresa apresentou, em 2006, investimentos em projetos que minimizam o risco operacional e, conseqüentemente, proporcionam melhoria do meio ambiente. Nessa categoria, destaca-se a construção de 11 plataformas com caixas separadoras de água e óleo, para armazenamento temporário de equipamentos e resíduos com óleo, conformando 450 m² de área, para melhor garantir o adequado armazenamento.

Ao investir na institucionalização da área de meio ambiente, a AES SUL publicou, em 2006, a primeira versão do relatório de sustentabilidade ambiental baseado nas diretrizes internacionais do GRI, iniciado em 2005.

Em 2006, investiu R\$91.518,90, referentes ao custo com 144 equipamentos que apresentavam contaminações, e foram detectados três transformadores com óleo contaminado (entre 50 e 500 ppm), que representam aproximadamente 25 mil litros. A destinação adequada para esse óleo contaminado e a finalização da amostragem para os equipamentos restantes está prevista para 2007.

Essa iniciativa da companhia gerou um investimento que deverá absorver cerca de R\$65 mil (para a destinação do material, podendo ser via incineração ou outra tecnologia alternativa ainda a ser definida) e R\$ 75.000,00 para substituição do óleo. A companhia teve gastos de R\$2.082.850,43 e R\$3.061.106,88 com impactos ambientais nos anos de 2005 e

2006, respectivamente, destinados à arborização, ao manejo sustentável e a equipamentos/redes protegidas.

A companhia, dentro do período analisado de 2002 a 2006, fez investimentos em vários projetos ligados ao meio ambiente; entretanto, os valores são considerados baixos em relação ao patrimônio da empresa.

Conclui-se então que a companhia está preocupada com as questões ambientais. Ainda nos primeiros anos do período analisado, revelou não ter problema com questões ambientais, mas com o avanço da análise de cada relatório a cada ano entre 2002 a 2006, há controvérsia, pois os investimentos em meio ambiente foram evidenciados, mas não registrados nas Demonstrações Contábeis da companhia. Ademais, destaca-se somente a intenção de evidenciar o compromisso com o meio ambiente.

4.3.5 Bandeirante Energia S/A

Na procura de alternativas para um desenvolvimento sustentável e em respeito ao meio ambiente e às comunidades locais, a Bandeirante desenvolveu inúmeras ações voltadas ao uso racional dos recursos naturais e à conscientização dos colaboradores e fornecedores para questões ambientais.

Nesse sentido, realiza Ciclos de Palestras sobre o meio ambiente, abordando questões relativas à legislação ambiental, à responsabilidade social das empresas e às modernas práticas de gestão e manuseio de resíduos. As ações relacionadas com o meio ambiente são geridas e gerenciadas por colaboradores qualificados, assegurando que as atividades realizadas estejam dentro dos parâmetros de qualidade e segurança ambiental inserido nas diferentes etapas do serviço prestado aos consumidores.

Sem mencionar valores, mantém processo de financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Em 2003, foi avaliada sob o ponto de vista ambiental por consultores especializados, e verificou-se o baixo risco de impactos ambientais na condução de suas atividades.

A companhia obteve licença ambiental de instalação para a construção da linha de transmissão Norte-Nordeste, localizada no Parque Ecológico do Tietê, ensejando o início do processo de compensação ambiental. Em 2005, consolidou a implantação do Projeto SIGA,

um sistema integrado de gestão ambiental, de saúde ocupacional, segurança do trabalho e de comunicação social, alicerçado nas normas internacionais.

A companhia admite em todos os relatórios que mantém o compromisso com o meio ambiente, com a implantação e várias ações através de projetos, mas em nenhum momento evidencia valores. Dentro do período analisado de 2002 a 2006, fez investimentos em vários projetos ligados ao meio ambiente sem mencionar valores, mas não ao tratamento das práticas do passivo ambiental.

Deve-se ressaltar que a companhia não está listada no ISE, e talvez isso seja pelo fato de que as informações ainda estejam precárias em relação ao que é exigido por esse índice.

4.3.6 Centrais Elétricas do Pará – CELPA

Entre 2002 e 2004, a CELPA deu continuidade à implantação do processo de gestão ambiental da empresa, buscando alternativas de planejamento, operação e manutenção de suas atividades, adequando-as à legislação ambiental vigente no País, e tornando cada vez menor o risco de possíveis danos ao meio ambiente e a própria empresa.

Em parceria com o Museu Paraense Emílio Goeldi, concluiu, em 2005, um projeto com o objetivo de estudar e adequar a arborização urbana com as espécies nativas, a fim de minimizar os danos que essas espécies pudessem causar ao sistema elétrico. Apoiou ainda diversos projetos e eventos ligados à questão ambiental, dentre eles, o “I Ciclo de Palestras: Meio Ambiente e Energia”, cujos principais temas em pauta foram: recuperação da nascente do Rio Apeú em Castanhal e revegetação do Parque Estadual do Utinga em Belém, ambos no Estado do Pará, realizados em parceria com a Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM).

Durante 2006, desenvolveu ações projetos e programas, buscando o aperfeiçoamento da gestão ambiental desenvolvida na empresa, atendendo à legislação vigente e ao desenvolvimento sustentável de suas atividades. Dentre essas ações, destacam-se:

- a) Recuperação do Rio Apeú sob o Enfoque da Educação Ambiental. Esse projeto, em parceria com a SECTAM, promove a recuperação ambiental, social e econômica do rio Apeú e de seus principais tributários;

- b) Revegetação do Parque do Ambiental de Belém. Esse projeto tem como objetivo principal a recuperação ambiental, por meio da atividade de revegetação em 300 hectares da área onde se encontra o Parque Ambiental de Belém, em parceria com a SECTAM;
- c) Desenvolvimento e Implementação de um Sistema de Gerenciamento do Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho. Esse projeto objetiva a desenvolver e implementar um Sistema de Gerenciamento do Meio Ambiente, Saúde e Segurança, para os aspectos ambientais, sociais, saúde e segurança, contendo os seguintes componentes: um Plano de Gerenciamento Ambiental e Social, um Plano de Gerenciamento de Saúde e segurança e um Plano de Contingência.

A companhia distribuirá 18 mil exemplares do livro na rede pública de ensino. Com a ação, pretende levar às crianças e aos jovens conceitos de segurança, de consumo consciente de energia elétrica e de cuidados com o meio ambiente.

Percebe-se que a companhia CELPA preocupa-se com os aspectos ambientais. No parágrafo anterior, o custo com a distribuição de livros não foi mencionado, nem os investimentos com projetos elaborados pela Companhia dentro do período analisado.

A companhia, dentro do período analisado de 2002 a 2006, desenvolveu vários projetos e programas de aperfeiçoamento da gestão ambiental, mas, não diferente das outras companhias já analisadas, não menciona a preocupação com o tratamento das práticas do passivo ambiental.

4.3.7 Cia. Energética de Pernambuco CELPE

Em 2002, foram desenvolvidos três projetos básicos, tendo como público-alvo empregados, fornecedores, acionistas e comunidades, especialmente crianças adolescentes e jovens carentes. Os projetos foram: “Energia do Saber”, “Compromisso com o Meio Ambiente” e “Energia Solidária”, com diretrizes e finalidades específicas para cada área.

O projeto “Energia do Saber” tem seu foco na prática da cidadania e formação profissional para fortalecimento das ações educativas. Durante 2002, foram realizadas diversas ações no “Movimento Pró-Criança”, entidade não-governamental vinculada à Arquidiocese de Olinda e Recife, que atua com 700 menores e adolescentes, resgatados das

ruas da cidade. A companhia, além da participação financeira, atua na formação dos seus profissionais e capacitação dos jovens para o mercado de trabalho.

O segundo projeto, “Compromisso com o Meio Ambiente”, visa à implantação de ações de educação ambiental, com iniciativas voltadas para a eficiência energética nas comunidades, criação de núcleos de coleta de material reciclável, formação de agentes multiplicadores, programa SOS Energia dentre outros. Em 2002, inúmeras ações foram desenvolvidas nessa área, e professores de escolas das redes pública e privada foram capacitados como agentes multiplicadores.

Já o projeto “Energia Solidária” prioriza o voluntariado, e tem a finalidade de desenvolver o potencial humano, o fortalecimento das entidades e beneficiar a qualidade de vida. Em 2003, a companhia deu continuidade nos projetos. Nesse ano, o total investido em programas e projetos de melhoria ambiental totalizou R\$ 16.815 milhões, mais de quatro vezes o valor de 2002, representando 1,04% do faturamento bruto.

Ainda em 2003, foram investidos R\$ 8.930 milhões na construção de 879 quilômetros, para implantar redes próximas a praças ou locais onde há presença de árvores centenárias.

No Recife, bairros como Espinheiro, Derby, Boa Vista e Graças foram contemplados. Nas regiões da Praça do Derby, da Rua Dom Bosco (Colégio Americano Batista), do Hospital Santa Joana, na rua José de Alencar, em razão da presença de palmeiras centenárias e grandes concentrações de árvores, a CELPE trabalhou na implantação dessas novas redes.

Em Olinda, a região do parque Histórico da Cidade Alta também foi contemplada. A companhia trabalhou ainda na implantação dessas redes em Caruaru, Petrolina e Garanhuns, sempre privilegiando áreas verdes, como praças e parques públicos.

Na área educacional, foram aplicados R\$ 184.600,00 em projetos e programas para a melhoria da qualidade do ensino e erradicação do trabalho infantil, investindo na formação e valorização do educador e na relação da escola com a comunidade, promovendo a cidadania.

Em parceria com as diversas entidades não-governamentais, clientes e a iniciativa privada, a companhia promoveu a Campanha Clarear, realizada em benefício do Movimento Pró-Criança, da Organização Auxílio Fraternal (OAF), da Pastoral da Criança e da Associação

Beneficente Criança Cidadã. O projeto consistiu na arrecadação de doações financeiras por meio das contas de energia elétrica dos clientes residenciais, no valor mensal de R\$ 0,98.

Ainda em 2005, foram destinados R\$ 336.500,00 aos seguimentos de música, teatro, dança, literatura, entre outros. Como exemplo, os seguintes projetos: XI Janeiro de Grandes Espetáculos, II Festival de Teatro para Crianças de PE, III Mostra Brasileira de Dança do Recife, espetáculo Paixão de Cristo do Recife, Galo da Madrugada, XIII Cavalgada à Pedra do Reino, livro biográfico Ana das Carrancas, livro biográfico “A Vida de Plínio Pacheco”, site do filme: Aspirinas e Urubus, exposição fotográfica de Eudes Santana, Baile do Menino Deus e Projeto Cultural da Celpe 2005.

Em 2006, a companhia promoveu o lançamento do Programa de Responsabilidade Social “Energia para Crescer”. Por meio desse programa, deu visibilidade e transparência às ações sociais, aos benefícios e investimentos nas comunidades onde atua. Ainda em 2006, realizou um estudo de embasamento técnico para o controle da vegetação de risco em Faixas de Servidão e Estradas de Acesso em áreas de interesse ambiental, autorizadas pelo IBAMA.

Esse estudo representa a base para o desenvolvimento de um programa informatizado e integrado denominado Siga Ambiental, possibilitando a minimização dos impactos ambientais e dos custos operacionais por meio de conhecimento prévio do ecossistema local, otimização do monitoramento e controle do manejo da vegetação, redução dos riscos potenciais relacionados à vegetação, melhoria da logística operacional com cronogramas e roteiros específicos de manutenção para cada zona ecológica.

Em 2006 ainda, a companhia investiu R\$ 82,5 milhões em programas de melhoria ambiental, promovendo ações de preservação e conservação de recursos não-renováveis, ecossistemas e de minimização de recursos renováveis.

A companhia, dentro do período analisado de 2002 a 2006, fez investimentos em vários projetos ambientais, evidenciando valores para tais projetos; investimentos esses que demonstram sua preocupação em efetuar a manutenção e melhoria do meio ambiente.

Em 2006, após parecer do IBAMA, participou do programa de recuperação das áreas degradadas, de acordo com embasamento técnico feito pelo próprio IBAMA, cujos valores não foram demonstrados.

A partir do momento da recuperação da degradação do meio ambiente, a companhia CELPE, como qualquer outra do segmento, deveria ter evidenciado o passivo ambiental e as

provisões para tal recuperação. Nota-se que, em nenhum momento, houve registros dos investimentos e a preocupação com o tratamento das práticas do passivo ambiental, mesmo que houvesse interesse por parte da companhia em evidenciar os investimentos.

4.3.8 Cia. Energética do Maranhão – CEMAR

Em 2002, a companhia desenvolveu os seguintes projetos:

- a) elaboração da Norma de Meio Ambiente;
- b) licenciamentos ambientais e autorizações de desmatamentos das novas obras e serviços de limpeza de faixa de servidão;
- c) implantação de brigadas contra incêndio nas Gerências Gerais de Negócios (GGN's);
- d) elaboração, implantação e monitoramento de Programas de Prevenção de Riscos Ambientais.

A companhia está em processo de obtenção da licença de operação e instalação da Usina Termelétrica de Batavo (“UTE”). Contratou a elaboração de um Plano de Controle Ambiental, por meio do qual informará aos órgãos ambientais estaduais sobre a instalação da UTE. A falta das licenças necessárias pode ensejar a aplicação de multa no valor de até R\$10.000.000,00, além da responsabilização civil e criminal dos responsáveis pela companhia.

Consciente do seu papel de responsabilidade social e preservação do meio ambiente, a companhia tem concentrado esforços na realização de diversas ações de proteção ambiental. Uma das ações mais significativas é a regeneração e o condicionamento de óleo mineral isolante em transformadores energizados sem qualquer contaminação ambiental por vazamento.

A companhia é assessorada pela empresa NAPÉIA, na avaliação de Passivos Ambientais, mas em nenhum momento evidenciou valores destinados a projetos ambientais. Dentro do período analisado de 2002 a 2006, mencionou nos relatórios analisados as indenizações, multas e danos causados ao meio ambiente, e ao mesmo tempo desenvolveu projetos relacionados a questões ambientais.

A CEMAR, precariamente, demonstra ou evidencia custos ou valores dos investimentos ligados ao meio ambiente, mas o compromisso com o tratamento das práticas dos passivos ambientais é idêntico às outras Companhias do mesmo segmento.

4.3.9 Energia Paulista Participações S/A

A companhia tem ações judiciais com a AES Eletropaulo e AES Tiete, envolvendo processos ambientais, sendo 21.377 processos e provisões de R\$246 milhões e R\$33,57 milhões respectivamente. Evidenciou apenas os processos e as provisões acima com a AES Eletropaulo e Tiete, mas nos projetos e programas ligados à questão ambiental não foram mencionados os seus respectivos valores.

Para manter seu compromisso com o Meio Ambiente, a Companhia mantém programas de comunicação e treinamento, que visam a capacitar, prevenir, influenciar e conscientizar o público com o qual se relaciona.

Dentro do período analisado de 2002 a 2006, mencionou quantidades de processos e provisões envolvendo questões ambientais, mas se tratou apenas de uma breve evidenciação no Relatório Ambiental do Programa de Divulgação Externa da BOVESPA.

4.4 Informações das Companhias listadas no ISE com Passivo Ambiental

As informações encontradas nesse item foram classificadas conforme 10 categorias das companhias listadas no ISE com relação à quantidade de informações coletadas nos relatórios referentes ao período de 2002 a 2006:

Companhias Listadas no ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial)			
Companhias	Quantidade de Informações por Categoria	Relatório Período 2002 a 2006	Quantidade de Informações Coletadas
1 – AES Tietê S/A	8,9,7,6,2,7	NE, DNA, RA	06
2 – CESP – Companhia Energética de São Paulo	5,8,7,6,2	DNA, RA	05
3 – Cia. Energética Ceará – COELCE	7,7,6	DNA, RA	03
4 – Cia. Paranaense de Energia – COPEL	7,7,6,8,2,4	DNA, RA	06
5 – CPFL – Energia S/A	7,6,4,7	DNA	03
6 – Eletropaulo Metropolitana Elétrica São Paulo S/A	7,4,7,2	DNA	03
7 – EDP – Energias do Brasil S/A	4,2,4	DNA,RA,NE	03
8 – Tractebel Energia S/A	6,8,7,7,9	DNA,RA	04
9 – Light Participações S/A	7	DNA	01

QUADRO 13 – Informações referentes a interação das Cias. com o Passivo Ambiental

Fonte: Elaborado pelo autor

Companhias NÃO Listadas no ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial)				
Companhias	Categoria	Código	Relatório	Período
1 – AES Tietê S/A	Recuperação das áreas degradadas	8	NE	2002
	Contingências Ambientais	9	NE	2003
	Projetos Ambientais	7	DNA	2006
	Manutenção e Melhoria do Meio Ambiente	6	RA	2006
	Indenizações, Multas e Danos	2	RA	2006
	Projetos Ambientais	7	RA	2006
2 – CESP – Companhia Energética de São Paulo	Provisões	5	DNA	2002
	Recuperação das áreas degradadas	8	RA	2003
	Projetos Ambientais	7	DNA	2005
	Manutenção e Melhoria do Meio Ambiente	6	DNA	2005
	Indenizações, Multas e Danos	2	DNA	2006
3 – Cia. Energética Ceará – COELCE	Projetos Ambientais	7	DNA	2002
	Projetos Ambientais	7	DNA	2003
	Projetos Ambientais	7	DNA	2004
	Projetos Ambientais	7	DNA	2005
	Manutenção e Melhoria do Meio Ambiente	6	DNA	2006

Continua

Continuação

4 – Cia. Paranaense de Energia – COPEL	Projetos Ambientais	7	RA	2002
	Projetos Ambientais	7	RA	2005
	Manutenção e Melhoria do Meio Ambiente	6	DNA	2006
	Manutenção e Melhoria do Meio Ambiente	6	DNA	2006
	Recuperação das áreas degradadas	8	DNA	2006
	Indenizações, Multas e Danos	2	DNA	2006
	Indenizações, Multas e Danos	2	DNA	2006
	Investimentos no Meio Ambiente	4	DNA	2006
5 – CPFL – Energia S/A	Projetos Ambientais	7	DNA	2002
	Manutenção e Melhoria do Meio Ambiente	6	DNA	2003 e 2004
	Projetos Ambientais e Investimentos no Meio Ambiente	4, 7	DNA	2005
	Projetos Ambientais e Investimentos no Meio Ambiente	4, 7	DNA	2005
6 – Eletropaulo Metropolitana Elétrica São Paulo S/A	Projetos Ambientais	7	DNA	2002
	Investimentos no Meio Ambiente e Projetos Ambientais	4 e 7	DNA	2003 e 2004
	Indenizações, Multas e Danos	2	DNA	2006
7 – EDP – Energias do Brasil S/A	Investimentos no Meio Ambiente	4	DNA	2003, 2004 e 2006
	Indenizações, Multas e Danos	2	DNA	2004
	Investimentos no Meio Ambiente	4	DNA	2005
8 – Tractebel Energia S/A	Manutenção e Melhoria do Meio Ambiente	6 e 8	DNA	2002 e 2003
	Manutenção e Melhoria do Meio Ambiente	6 e 8	DNA	2002 e 2003
	Projetos Ambientais	7	RA	2003
	Projetos Ambientais	7	RA	2004 a 2006
	Contingências Ambientais	9	DNA	2006
9 – Light Participações S/A	Projetos Ambientais	7	DNA	2002 a 2006

QUADRO 14 – Informações referentes a interação das Cias. com o Passivo Ambiental por período.

Fonte: Elaborado pelo autor

As informações encontradas nos quadros acima foram classificadas de acordo com as 10 categorias em função do número de vezes que a categoria aparece, demonstrando que 44,12% das 09 companhias Listadas no ISE fazem menção acentuada à categoria 7 (Projetos Ambientais), e essas informações estão evidenciadas na Demonstração de Natureza Ambiental e no Relatório da Administração (APÊNDICE A).

No período analisado, verificou-se que algumas companhias, além da preocupação quanto aos investimentos em projetos ambientais, tiveram recursos voltados para o pagamento de indenizações, multas e danos.

As companhias AES Tietê S/A, CESP – Companhia Energética de São Paulo, Cia Paranaense de Energia – COPEL e Tractebel Energia S/A desenvolveram programas de recuperação das áreas degradadas. Embora isso ocorra, nenhuma fez menção ao passivo ambiental que deveria estar constituído antes que ocorresse a degradação do meio ambiente onde estão inseridas. Isso reafirma que as companhias somente demonstram o compromisso com o meio ambiente com uma breve lembrança de evidenciação nos Relatórios de Divulgação Externa da BOVESPA e nos seus *sites* particulares.

Na categoria número 09 (Contingências Ambientais), verificou-se que as companhias AES Tietê S/A e Tractebel Energia S/A evidenciaram esses recursos nas Notas Explicativas de 2003 e no Relatório Ambiental. Porém, a Tractebel demonstrou as contingências trabalhistas juntamente com as ambientais na mesma conta, sob a nomenclatura de “outros”, e isso foi notado em todas as análises feitas, ou seja, as companhias mantêm a conta “outros” para as contingências sem a devida separação de quais seriam essas contingências.

A menção sobre as diversas ações dentro da conta “outros” feita apenas pela Tractebel foi um fator relevante observado nas análises dos relatórios, porém, a companhia não separou por valores, informando somente que são relevantes no estado em que se encontram.

Diante dos fatos ocorridos, sugere-se que a Resolução 444 de 26 de outubro de 2001 (BRASIL, 2001) proposta pela ANEEL seja revista conforme normas e procedimentos contábeis e de auditoria NPA e NPC n. 11 e 22, Resolução 488, de 03 de outubro de 2005 (BRASIL, 2005), e que o manual de contabilidade, juntamente com o plano de contas para o segmento, passem por revisão, ainda que não haja norma formal sobre o assunto perante as leis n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (BRASIL, 1976), e 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007).

4.5 Informações das Companhias não listadas no ISE com Passivo Ambiental

As informações encontradas nesse item foram classificadas conforme 10 categorias das companhias não listadas no ISE, com relação à quantidade de informações coletadas nos relatórios referentes ao período de 2002 a 2006:

Companhias NÃO Listadas no ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial)			
Companhias	Quantidade de Informações por Categoria	Relatório Período 2002 a 2006	Quantidade de Informações Coletadas
1- INEPAR – Energia S/A	--	--	--
2 – VBC – Energia S/A	4,7,4	DNA	02
3 – AES – Elpa S/A	--	--	--
4 – AES SUL – Distribuidora Gaúcha de Energia S/A	4	RA	01
5 – Bandeirantes Energia S/A	3,7	DNA, RA	02
6 – Centrais Elétricas do Pará – CELPA	7,7	RA	02
7 – Cia. Energética de Pernambuco – CELPE	7,4,7,8,6	DNA, RA	05
8 – Cia. Energética do Maranhão – CEMAR	7,2	DNA, RA	02
9 – Energia Paulista Participações S/A	5	DNA	01

QUADRO 15 – Informações referente a interação das Cias. com o Passivo Ambiental

Fonte: Elaborado pelo autor

Companhias Listadas no ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial)				
Companhias	Categoria	Código	Relatório	Período
1- INEPAR – Energia S/A	---	--	--	--
2 – VBC – Energia S/A	Investimentos no Meio Ambiente e Projetos Ambientais	4 e 7	DNA	2004
	Investimentos no Meio Ambiente	4	DNA	2005
3 – AES – Elpa S/A	--	--	--	--
4 – AES SUL – Distribuidora Gaúcha de Energia S/A	Investimentos no Meio Ambiente	4	RA	2006
5 – Bandeirantes Energia S/A	Financiamentos e Empréstimos	3	RA	2003
	Projetos Ambientais	7	DNA	2005
6 – Centrais Elétricas do Pará – CELPA	Projetos Ambientais	7	RA	2005
	Projetos Ambientais	7	RA	2006
	Projetos Ambientais	7	RA	2006
7 – Cia. Energética de Pernambuco – CELPE	Projetos Ambientais	7	RA	2002
	Investimentos no Meio Ambiente	4	DNA	2003
	Projetos Ambientais	7	RA	2005
	Recuperação das áreas degradadas	8	RA	2006
8 – Cia. Energética do Maranhão – CEMAR	Manutenção e Melhoria do Meio Ambiente	6	DNA	2006
	Projetos Ambientais	7	RA	2002
9 – Energia Paulista Participações S/A	Indenizações, Multas e Danos	2	DNA	2003 a 2006
	Provisões	5	DNA	2006

QUADRO 16 – Informações referente a interação das Cias. com o Passivo Ambiental por período

Fonte: Elaborado pelo autor

As informações encontradas acima foram classificadas de acordo com as 10 categorias, em função do número de vezes que a categoria aparece, demonstrando que 41,18% das 09 companhias NÃO Listadas no ISE fazem menção acentuada à categoria 7 (Projetos

Ambientais); essas informações não estão evidenciadas na Demonstração de Natureza Ambiental e no Relatório da Administração (APÊNDICE B). Entre as companhias não listadas no ISE, somente a Cia. Energética do Maranhão informou que destinou recursos para indenizações, multas e danos.

A CELPE destinou recursos à recuperação das áreas degradadas, recursos esses que não foram tratados de acordo com as práticas do passivo ambiental; o desembolso referente à categoria analisada deveria estar identificado como uma obrigação ambiental. Dessa forma, a companhia estaria cumprindo com o objeto da pesquisa - o tratamento das práticas do passivo ambiental.

A companhia Energia Paulista Participações S/A, além de informar o número de processos, mencionou valores expressivos provisionados (21.377 processos e provisões de R\$246 milhões e R\$33,57 milhões respectivamente), mas, no entanto apenas como evidenciação, porque não houve constatação dos referidos valores nas Demonstrações e relatórios contábeis.

Assim como as companhias listadas no ISE, sugere-se que as não listadas façam as revisões nas normas e dos procedimentos contábeis e de auditoria NPA e NPC n. 11 e 22, Resolução 488 de 03 de outubro de 2005, e que o manual de contabilidade, juntamente com o plano de contas para o segmento, passem por revisão, ainda que não haja norma formal sobre o assunto perante as leis nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (BRASIL, 1976), e 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a regulação do setor de energia elétrica feita pela ANEEL, cujo objetivo é manter equilíbrio entre as companhias geradoras e transmissoras de Energia, a Resolução 444 de 26 de outubro de 2001 (BRASIL, 2001) estabelece parâmetros para divulgação das informações por meio do manual de contabilidade e do plano de contas para o segmento de energia elétrica.

Esse, por sua vez, necessita de adequações e/ou revisão perante as normas e os procedimentos contábeis e de auditoria tratados no decorrer na pesquisa NPA e NPC nº. 11 e 22, Resolução 488 de 03 de outubro de 2005, normas essas estabelecidas pela CVM e IBRACON, mesmo que não haja normal formal brasileira em contabilidade focada na questão ambiental, perante as leis nº. 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (BRASIL, 1976) e 11.638 de 28 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007).

Assim, é correto afirmar que, de acordo com a Resolução 444 (ANEXO A), são constituídas como entidades de orientação e normatização a CVM, CFC, IBRACON, IASC e ainda a SFF, que, juntas, promovem melhorias no manual de contabilidade e no plano de contas do segmento de energia elétrica.

No transcorrer da pesquisa, os objetivos foram analisados na ordem do capítulo 1.

- **Conhecer a fundamentação teórica sobre o Passivo Ambiental:** apesar da proposta de tratamento de passivos existente na Teoria da Contabilidade e de autores que discutem as possibilidades de tratamento de passivo ambiental, entende-se que a legislação e as normas vigentes para o segmento de energia elétrica não obrigam essas companhias a constituir passivos ambientais. Entretanto, conforme o IBRACOM, consta nas normas e nos procedimentos de Auditoria NPA 11 do Balanço e Ecologia de 2006 (BRASIL, 2006) que toda agressão contra a natureza representa uma obrigação para a empresa, e na Resolução 488, de 03 de outubro de 2005 (BRASIL, 2005), conforme item 9 letra b e item 10, as companhias deverão manter o compromisso de informações adicionais inerentes a fatores relacionados a questões ambientais, ainda que as leis nº. 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (BRASIL, 1976) e 11.638 de 28 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007) não mencionem assunto relacionado ao passivo ambiental.

A pesquisa teve sua fundamentação teórica embasada na investigação sobre o tratamento das práticas do passivo ambiental, e a análise dessas práticas foi elaborada por

meio da evidenciação dos passivos ambientais. Na sua maioria, artigos científicos e dissertações relacionadas ao tema, juntamente com o manual de contabilidade proposto pela ANEEL pela Resolução 444 de 26 de outubro de 2001 (BRASIL, 2001), objetivam a dotar instrumentos contábeis e inovações através do manual de contabilidade do setor elétrico; porém, essas inovações devem ser atualizadas perante as entidades de normatização.

Percebe-se que as companhias listadas e muito mais as não listadas no ISE não procuram mencionar e nem demonstrar valores nas Demonstrações Contábeis e nos relatórios do Programa de Divulgação Externa da BOVESPA, existindo somente a evidenciação dos valores, porém sem registros. Tal atitude das companhias fere o conceito citado por Ribeiro (2000), em que passivos ambientais são sinônimos de negatividade, e os desembolsos são para cobrir os danos causados ao meio ambiente, mas já previamente registrados, o que não é o caso das companhias estudadas na pesquisa.

- Identificar quais são as práticas, quanto aos procedimentos de evidenciação, definidos legislação ambiental e normas contábeis brasileiras: para a resposta desse objetivo, ponto fundamental em se tratando da evidenciação do passivo ambiental, pesquisada na fundamentação teórica, pode-se observar que, das 18 companhias estudadas - 09 listadas e 09 não listadas no ISE, a maioria apenas evidencia o passivo ambiental.

Os procedimentos de evidenciação surgem após a identificação dos tipos de obrigações inerentes ao passivo ambiental no item 2.3.1 da pesquisa, ou seja, anterior à evidenciação, a companhia deve conhecer todas as implicações existentes no surgimento de um passivo ambiental. A evidenciação é a divulgação dos compromissos assumidos pelas companhias, conforme Iudicibus (2006, p.156), o passivo passa por três etapas: mensuração, reconhecimento e registro.

Ao conhecer a literatura sobre o passivo ambiental, ficou claro que não há uma norma formal brasileira dentro da lei das S/A (Sociedades Anônimas) nº. 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (BRASIL, 1976), com alterações pela lei nº. 11.638 de 28 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007), que faça menção sobre evidenciação do passivo ambiental.

Notou-se que as empresas somente fazem menção da evidenciação dos compromissos que têm com o meio ambiente, e tais informações ficaram bem claras nos *sites* das próprias empresas e no Programa de Divulgação Externa da BOVESPA.

Por outro lado, há normas e procedimentos contábeis e de auditoria e Resoluções que exigem que as companhias de energia elétrica façam menção e registro do passivo ambiental,

mesmo que a lei não trate do assunto: a própria Resolução 444 de 26 de outubro de 2001 (BRASIL, 2001), proposta pela ANEEL apresenta sugestões e práticas contábeis adotadas pelas diversas entidades, conforme ANEXO A.

Os relatórios inseridos no Programa de Divulgação Externa da BOVESPA seguem o padrão desse manual de contabilidade, em que consta o plano de contas para as companhias do segmento de energia elétrica. Esses, por sua vez, tratam apenas do compromisso que essas companhias devem ter perante o meio ambiente.

Portanto, a investigação sobre as práticas e o tratamento dos passivos ambientais nas companhias do segmento, setor e subsetor de energia elétrica foi suficiente somente no que diz respeito à evidenciação, muito embora se saiba que, para evidenciar, primeiramente, as empresas devem identificar, registrar e mensurar, fatores esses não identificados na pesquisas com a mesma frequência que a evidenciação.

- Evidenciar se há diferenças entre as empresas que são, e as que não são pertencentes ao ISE: para a resposta desse objetivo, existem duas questões observadas durante as análises dos relatórios. Primeiramente, todas as companhias, independentemente se estão ou não listados no ISE, utilizam o manual de contabilidade, regulamentado pela ANEEL, através da Resolução 444 (ANEXO A).

Em alguns casos, os relatórios de natureza ambiental são confundidos com ações e litígios trabalhistas, mesmo que essas ações fossem relacionadas ao passivo ambiental. Em nenhum momento da análise ficou clara essa demonstração, como é o caso da companhia Tractebel Energia S/A, que mencionou contingência ambiental juntos com várias ações movidas contra a companhia.

Isso leva ao entendimento de que, além do manual de contabilidade, não é disponibilizado o tratamento sobre as práticas do passivo ambiental, e as companhias analisadas ainda não transcrevem as informações conforme título e nomenclatura especificada em cada relatório, ou seja, informações de natureza trabalhistas estão sendo confundidas com ambientais.

A outra questão é que todas as companhias analisadas tratam apenas da evidenciação das informações referente ao meio ambiente, demonstrando várias ações e projetos, inclusive com valores investidos, mas não foi constatada diferença entre as companhias listadas e não listadas no ISE. Ficou evidente que todas as companhias seguem o manual.

Outro ponto relevante para o fechamento do objetivo é que as companhias listadas se comprometem a informar com mais frequência sobre questões ambientais, ao contrário das companhias não listadas. Por exemplo, a INEPAR Energia S/A e AES ELPA S/A - durante 2002 a 2006, nos relatórios analisadas, as informações propostas pela análise do conteúdo, especificada no capítulo 3, não mencionam fatos relevantes acerca do tratamento das práticas do passivo ambiental, e ainda foram insuficientes perante o manual de contabilidade ora citado.

Com relação ao **problema da pesquisa**: Se as companhias de utilidade pública, segmento, setor e subsetor de energia elétrica que pertencem ao, apresentam práticas diferenciadas para tratamento de passivos ambientais em relação às companhias do mesmo setor e segmento, mas que não estão listadas no ISE?

Referente ao tratamento das práticas do passivo ambiental, não há diferenciação entre as companhias listadas e não listadas no ISE, pois não há exigência legal quanto à evidenciação do passivo ambiental, e não se observou nenhuma prática espontânea adotada pelas companhias aderente aos fundamentos da teoria da contabilidade.

Esse resultado já era de se esperar para a maioria das companhias que não fazem parte do ISE, e isso fica claro nas companhias INEPAR – Energia S/A, que dentro das informações atribuídas do Programa de Divulgação Externa da BOVESPA e *site* particular da companhia, mencionou, dentro Relatório Ambiental ano-base 2006, que as informações constantes nos relatórios analisados eram que a companhia não obteve o detalhamento da posição acionária (até o nível de pessoa física) dos acionistas residentes no exterior (item 4.3.1 – pesquisa).

Tal informação é totalmente contrária às questões ambientais, ou seja, a INEPAR não segue o preenchimento correto dos relatórios propostos pelo Programa de Divulgação Externa da BOVESPA e nem o manual de contabilidade proposto pela ANEEL por meio da Resolução 444 (ANEXO A).

A AES – Elpa S/A, além de não seguir o manual de contabilidade, não evidencia as informações de acordo com a nomenclatura de cada relatório exposto no Programa de Divulgação Externa da BOVESPA, conforme item 4.3.3 da pesquisa, declarando possuir apenas valores expressivos de litígios e contingências evidenciados na conta “outros”, sem mencionar o destino das provisões.

A companhia foge do que é proposto pelas normas e pelos procedimentos contábeis e de auditoria n. 11 e 22, Resolução 488 de 03 de outubro de 2005 (BRASIL, 2005), ainda que não haja menção sobre o passivo ambiental no manual de contabilidade. A companhia deveria seguir as normas propostas, mesmo que ainda não seja formalmente tratado o assunto na lei n. 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (BRASIL, 1976), com alterações pela 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007).

Verificou-se no decorrer da análise que as informações inseridas pelas companhias no Programa de Divulgação Externa da BOVESPA não se diferenciam das informações contidas nos *sites* particulares de cada uma delas.

No entanto, as companhias listadas no ISE evidenciam, com maior frequência e estrutura, as informações relacionadas ao meio ambiente, e essa afirmação fica clara nos quadros 13 e 14 em relação às informações evidenciadas nos quadros 15 e 16.

A partir de todas as análises elaboradas nos relatórios e *sites* particulares das companhias, verificou-se que não se pode afirmar que são passivos ocultos, pois as companhias apenas evidenciam os processos ambientais através de multas, indenizações e recuperações das áreas degradadas.

REFERÊNCIAS

AGENDA 21. **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano**. Rio 1992. Disponível em: www.agenda21.org.br, principio n. 4 da Declaração do Rio de Janeiro sobre o meio ambiente e Desenvolvimento. Acesso em 30 de novembro de 2008.

_____. **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano**. Rio 1992. Disponível em: www.agenda21.org.br, principio n. 8 da Declaração do Rio de Janeiro sobre o meio ambiente e Desenvolvimento. Acesso em 30 de novembro de 2008.

ANÁLISE do processo evolutivo das estratégias de gestão ambiental. **Revista Banas Ambiental**, 12, BA-151/14, São Paulo, 01-152, 2004.

ALVAREZ, D. O. M.; ALMEIDA, K. K. N.; RIBEIRO FILHO, F. **Mensuração de passivo: conceitos e aplicações**. ANPAD. (s.l), 2005.

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. **Resolução 444**. Central de Noticias, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NRB 19011** – ISO 10911, 2002.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. 3 ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BERGAMINI JUNIOR, S. **Contabilidade e riscos ambientais**, São Paulo: Atlas, 2006.

BEUREN, I. M. **Considerações a respeito da mensuração e contabilização da variável ambiental**. Santa Catarina, 2003. Disponível em: <http://www.google.com.br/artigoscholar.htm>. Acesso em: 05 mai.2008.

BONELLI, V.V. ROBLES JUNIOR, A. Sistema ABC: ABM como ferramenta à gestão ambiental. In. IX CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS. 2003, São Paulo. Anais ENANPAD, São Paulo: 2003.

BOVESPA. Disponível em: <http://www.bovespa.com.br>. Acesso em 12 mar. 2008.

BRASIL, Brasília. **Código Florestal Brasileiro**, Lei nº. 4772 de 1997.

_____ 1976. **Lei nº. 6404** das sociedades anônimas.

_____ **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Artigo n. 225.

_____ CVM. Resolução nº. 488 de 03 de outubro de 2005. Dispõe sobre o pronunciamento do IBRACON NPC nº. 27 sobre as Demonstrações Contábeis, apresentações e divulgações. **CVM**, Brasília, p. 26, 2005.

BRASIL. Brasília. **Mercado Atacadista de Energia Elétrica**, Artigo 5º, Lei 10.848/2004.

_____ Brasília. **Mercado Atacadista de Energia Elétrica**, Lei 10.433/2002.

_____ Brasília. **Mercado Atacadista de Energia Elétrica**, Lei 10.848/2004.

_____ Brasília. Lei 8987, de Fevereiro de 1995. **Concessão dos Serviços Públicos**.

_____ Brasília. **Lei 11638** de 28 de dezembro de 2007.

_____ Brasília. **Lei 4772** de 1997

_____ Brasília. **Lei nº. 6938**, de 02 de Setembro de 1981

_____ Brasília. **Lei nº. 9605**, de 12 de Fevereiro de 1998.

_____ Brasília. **Medida Provisória 449/08**, de 03 de dezembro de 2008

_____ Brasília. **Lei 9427** de 26 de Dezembro de 1996.

CARVALHO, G. M. **Contabilidade ambiental: teoria e prática**. Curitiba: Juruá, 2007.

CEMIG. Companhia Energética de Minas Gerais. **21º Balanço Energético do Estado de Minas Gerais**. BEEMG, ano base 2005.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. Tradução de Lucia Simonini. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. 7. ed. São Paulo: Bookman, 2003.

DALMAGRO, C.; OTT, E. **Gestão e Contabilidade em Empresas do Rio Grande do Sul**. In: CLADEA, 2002, Porto Alegre – RS. Anais CLADEA. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

EPA (ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY). **U.S. Environmental Protection Agency**. Disponível em: <www.epa.gov>. Acesso em: 10.10.2008

FAVERO, H. L. et al. **Contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 1997.

_____. **Contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2006.

FERREIRA, A. C. S. **Custos ambientais: uma visão do sistema de informação**. Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ e Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ, Rio de Janeiro, 2004.

FLORES, E. M. **Modelo probabilístico de viabilidade de geração distribuída em ambiente competitivo**. 2003. FOLHAS. Tese (Doutorado em Engenharia e Energia e Automação Elétricas) – USP, São Paulo, 2003.

FRONTI DE GARCIA, L.; GARCIA FRONTI, I. M.; NASTASI, A. V. **El medio ambiente, su influencia en los informes contables**. In. CONGRESSO DE CONTABILIDADE. 2001, Espanha. Anais Congresso de Contabilidade Espanha, 2001.

GIL, A. C. **Como Elaborar projetos de pesquisa**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IBRACON. **Norma e Procedimento de Auditoria NPA 11: IBRACON - Instituto Brasileiro de Contabilidade. NPA 11 – Normas e procedimentos de auditoria – balanço e ecologia**. 2006.

IUDICIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

KRAEMER, M. E. P. **Costos ambientales em La gestion empresarial agrícola: cultivo de papa em El Municipio Rangel Del Estado Mérida-Venezuela**. In: VII CONGRESO DEL INSTITUTO INTERNACIONAL DE COSTOS. 2000, Uruguai. **Anais, Congresso de Custos** Uruguai, 2000.

LEITE, R. M.; RIBEIRO, R. R. M.; PACHECO, V. **Evidenciação do passivo ambiental e interação das empresas com o meio ambiente**. In: ANPCONT, 2007

LOPES, A. B.; MARTINS, E. **Teoria da Contabilidade: uma abordagem**. São Paulo: Atlas, 2005.

BRASIL, Brasília. **MAE – Mercado Atacadista de Energia Elétrica**. Lei 10848/2004 art. 5º, parágrafo 1º. Lei n. 10433/2002.

MARTINS, E. **Contabilidade de Custos**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

OLIVEIRA, R. M. A. **Impacto do Racionamento dos Resultados das Empresas Concessionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica: Um Estudo nas Empresas privadas da Região Nordeste**. 2003. fls. 15-45Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade de Brasília, Brasília, UNB, 2003.

BRASIL, Brasília. **ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico**, de 26 de agosto de 1998. Relatório Anual, 2006 – Lei 9648.

PAREDES, O. R. M.; CONTRERAS, M. E. Q. Custeio baseado em atividades como gerenciador dos custos da qualidade ambiental. In: VII CONGRESO DEL INSTITUTO INTERNACIONAL DE COSTOS. Uruguai. **Anais, Congresso de Custos** Uruguai, 2003.

PASSIVO ambiental de mais de 25 milhões. Gazeta Mercantil, Caderno 05 São Paulo, tiragem de 29/01/1997.

PEREIRA, A. C. et al. A relevância do passivo oculto no “Disclosure” da informação contábil. **Revista Álvares Penteado**, São Paulo, v. 3, n.6, p.107-118, jun. 2001.

PEREIRA, A. C.; GIUNTINI, N.; BOAVENTURA, W. R. A mensuração dos passivos ocultos: um desafio para a contabilidade. **Revista Álvares Penteado**, São Paulo, v.5, n. 11, p. 25-45, abr. 2002.

PIRES, L. F. A. **Gestão Ambiental da Implantação de Sistemas de Transmissão de Energia Elétrica – Estudo de Caso: Interligação Norte/Sul I**. 2005. fls. 50-56. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, Universidade Federal Fluminense, 2005.

PRICEWATERHOUSE COOPERS – AUDITORES. **Passivo ambiental**. Coleção Seminários CRC-SP/IBRACON. Temas contábeis em destaque: Atlas, 2000.

RIBEIRO, M.S. **O Custeio por Atividades Aplicado ao Tratamento Contábil dos Gastos de Natureza Ambiental**. 1998. fls. 34-43. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) Universidade de São Paulo – FEA,USP, São Paulo, 1998.

_____. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Atlas, 2006.

_____.; GONÇALVES, R. C. M. G.; LIMA, S. A. **Aspectos da contabilização do passivo e ativo ambientais nas Termelétricas Brasileiras**. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FEA-RP/USP, São Paulo, 2005.

_____.; ROCHA, W. **Gestão estratégica dos custos ambientais**. In. CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE- USP. Anais Congresso Brasileiro de Contabilidade

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RHODIA, em 1994, foi condenada pela justiça. Folha de São Paulo, São Paulo, 23 de agosto de 1998. Folha Ambiental, Caderno 8, p. A8.

SÃO PAULO (Estado). Decreto 2335, de 26 de Outubro de 1997. **Diretrizes e Estrutura da Básica da ANEEL**.

SCHALTEGGER, S.; BURRIT, R. **Contemporary environmental accounting Issues, concepts and practice**. Sheffield: Greenleaf. Publishing Limited, 2000.

SILVA, A. C. R; MARTINS, W.T. S. **História do pensamento contábil**. Curitiba: Juruá, 2006.

SILVA, L. L. **A Compensação Financeira das Usinas Hidrelétricas como Instrumento Econômico de Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental**. 2007. fls. 35-42. Dissertação (Mestrado em Gestão Econômica do Meio Ambiente) - Universidade de Brasília – FACE, Brasília, UNB, 2007.

SOUSA, J. N.; NEVES, J. A. **Estratégica e Qualidade vencendo desafios e ameaças no setor elétrico Brasileiro de 1995 a 2002: um estudo de caso real.** In: CONVIBRA. CONGRESSO VIRTUAL BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro – RJ, 2004.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental.** São Paulo: Atlas, 2006.

_____.; ROBLES, L, T. A Contabilidade da Gestão Ambiental e sua dimensão para a Transparência Empresarial: estudo de caso de quatro empresas brasileiras com atuação global. **RAP – Revista Brasileira de Administração Pública**, São Paulo v.40, p. 1077-1098, fevereiro, 2006.

VARGES, K, V. **A responsabilidade social através da contabilidade.** Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2003.

APENDÍCE A

Companhias Listadas no ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial)					
Companhia	Categoria	Código	Relatório	Período	Informações Coletadas
1 – AES Tietê S/A	Recuperação das áreas degradadas	8	Notas Explicativas	2002	- A Companhia desembolsou R\$4,4 milhões ao longo de três anos, de acordo com as instruções do IBAMA para o Levantamento e Regularização Fundiária, Plano de Manejo e Aquisição de Equipamentos Operacionais. A Companhia está em contato com o IBAMA para obter instruções sobre o desembolso e aplicação dos recursos.
	Contingências Ambientais	9	Notas Explicativas	2003	- A Companhia, apresenta através da evidenciação das Notas Explicativas ano-base 2003 um resumo de Contingências passivas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível e, conforme Normas de Procedimentos Contábeis nº. 22, (IBRACON, 2003), ainda não foram registradas
	Projetos Ambientais	7	Demonstrações de Natureza Ambiental	2006	- Planejar, projetar e desenvolver suas atividades, aplicando tecnologias, processos e insumos que minimizem os impactos ao meio ambiente, visando à prevenção da poluição;
					- Operar e manter suas instalações garantindo o cumprimento da legislação ambiental e de outros requisitos pertinentes;
					- Mitigar os impactos decorrentes de suas atividades com programas e medidas práticas de conservação;
				- Usar de forma racional os recursos ambientais, em seu processo de geração de energia, contribuindo para conservação do uso múltiplo dos reservatórios, considerando a bacia hidrográfica como unidade de gestão ambiental;	
				- Ter um time conscientizado, habilitado para assegurar a melhoria contínua de seu desempenho ambiental;	
				- Fomentar programas de conscientização e educação ambiental junto à comunidade na qual está inserida, apoiando o desenvolvimento de projetos que vão além das exigências ambientais e atendendo as expectativas das partes interessadas.	
Manutenção e Melhoria do Meio Ambiente		6	Relatório da Administração	2006	- Considerando apenas a Área de Preservação Permanente em torno de seus reservatórios, a Companhia é responsável por um perímetro de 4,8 mil km - equivalente à metade da costa brasileira. A atenção com a manutenção desse ambiente e seu ecossistema é uma das prioridades da AES Tietê que, para tal, tem tomado iniciativas que vão além das determinações previstas em seu contrato de concessão.

					- A Companhia mantém constantes programas de comunicação, educação e treinamento, que visam capacitar e conscientizar os públicos com os quais se relaciona num trabalho de cunho sócio-ambiental. Mantém ainda um viveiro com produção de cerca de 1 milhão de mudas por ano para reflorestamento e duas estações de piscicultura, que produzem anualmente 2,5 milhões de alevinos (filhotes de peixes).
1 – AES Tietê S/A	Indenizações, Multas e Danos	2	Relatório da Administração	2006	- A Companhia alega que em virtude das políticas de proteção ao meio ambiente, até o momento não existem pendências ambientais relevantes para as suas atividades.
	Projetos Ambientais	7	Relatório da Administração	2006	- A empresa participa do Comitê de Política Cultural das empresas AES no Brasil, que delibera sobre patrocínios a atividades culturais. Em 2006, com apoio da Lei Rouanet, foram destinados R\$ 4,14 milhões a essas atividades, entre as quais se destacam a implantação de projetos propostos pela comunidade dentro do programa Geração Cidadania, o patrocínio da temporada 2006 do Mozarteum e do projeto Acorde para o Meio Ambiente. - A Companhia, introduziu 600 aves nativas, de diversas espécies, contribuindo para a dispersão de sementes e a conservação de matas ciliares, de fundamental importância na manutenção do equilíbrio ecológico da região, além das aves também foram introduzidos mais de 2,5 milhões de peixes em reservatórios da Companhia. As escadas e elevador em Porto Primavera, sistemas designados para permitir que os peixes transponham a usina hidrelétrica para procriação, foram construídos e estão funcionando com êxito.
2 – CESP – Companhia Energética de São Paulo	Provisões	5	Demonstração de Natureza Ambiental	2002	- Conforme Relatórios de Problemas Ambientais ano-base 2002, apesar dos esforços empreendidos pela empresa ao estabelecer normas para o fechamento e esgotamento de máquinas e salvamento de peixes, foi registrada a morte de 42 toneladas de peixes, em decorrência do fechamento do canal de fuga de uma unidade geradora da UHE Engenheiro Sérgio Motta.
					- Foi instaurado inquérito civil e criminal na Polícia Federal de Presidente Prudente, tendo a CESP apresentado recurso visando sua defesa e tomado providências operacionais para impedir a repetição de acontecimento semelhante. Ao mesmo tempo, a CESP encaminhou ao Ministério Público Federal, em abril de 2002, uma proposta de reparação de dano ambiental. A ocorrência não redundou em paralisação da atividade de geração da empresa, pois a referida unidade estava em processo de montagem.

	Recuperação das áreas degradadas	8	Relatório da Administração	2003	Os programas Unidade de Conservação e Reflorestamento Ciliar, previstos para a UHE Três Irmãos, sofreram atraso no cronograma de execução. A CESP apresentou à SMA/SP, propostas alternativas aos compromissos inicialmente previstos, visando torná-los exequíveis. No caso do Programa Unidade de Conservação, aguarda-se manifestação por parte da SMA/SP, quanto à proposta apresentada. O Programa de Reflorestamento Ciliar é subdividido em reflorestamento de áreas próprias e fomento florestal. No primeiro caso, a previsão inicial era a conclusão em 2000, restando atualmente à implantação de 340 ha., que deverão ser concluídos até 2003. No caso do fomento florestal, também aguarda-se a resposta da SMA/SP, à proposta apresentada pela CESP. Em 2003, foi recebida apenas a notificação abaixo citada, sendo que os documentos apresentados à SEMACT/MS foram considerados satisfatórios, não sendo necessário o uso de recurso administrativo.
2 – CESP – Companhia Energética de São Paulo	Projetos Ambientais	7	Demonstração de Natureza Ambiental	2005	- A Companhia, introduziu 600 aves nativas, de diversas espécies, contribuindo para a dispersão de sementes e a conservação de matas ciliares, de fundamental importância na manutenção do equilíbrio ecológico da região, além das aves também foram introduzidos mais de 2,5 milhões de peixes em reservatórios da Companhia. As escadas e elevador em Porto Primavera, sistemas designados para permitir que os peixes transponham a usina hidrelétrica para procriação, foram construídos e estão funcionando com êxito.
					- Na área sócio-econômica, a CESP deu continuidade às atividades para desenvolvimento de infra-estrutura econômica nas áreas vizinhas a Porto Primavera, com o implemento de um programa educativo por meio de força-tarefa, com o objetivo de diminuir o desemprego na região e aumentar a renda das famílias afetadas. Esses programas beneficiaram um número superior a 37.000 participantes em mais de 23 municípios dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.
	Manutenção e Melhoria do Meio	6	Demonstração de Natureza Ambiental	2005	A Companhia desenvolveu, por meio do departamento ambiental, atividades com o objetivo de conservar o meio ambiente nos ecossistemas existentes em todas as áreas impactadas, coordenar a observância das leis ambientais aplicáveis e das normas baixadas pelas agências regulatórias ambientais.

	Ambiente				<p>Das seis usinas da Companhia, quatro (Ilha Solteira, Jupuí, Paraibuna e Jaguari) foram construídas antes que a regulamentação ambiental federal sobre a elaboração obrigatória de estudos prévios de avaliação de impacto ambiental entrasse em vigor. Ainda em relação às seis usinas, as usinas de Ilha Solteira e Jupuí estão em processo regular de obtenção de suas licenças ambientais, Paraibuna e Jaguari foram dispensadas de licença pelo órgão ambiental competente e as duas remanescentes (Porto Primavera e Três Irmãos) foram objeto de tais estudos e obtiveram licenças ambientais, que se encontram em processo de renovação. As usinas de geração de energia de Ilha Solteira, Jupuí, Paraibuna e Jaguari também iniciaram suas operações antes da promulgação da legislação ambiental federal que estabeleceu as exigências de licenciamento ambiental em 1981.</p> <p>Como parte do programa ambiental, a Companhia implementou, dentre outros, programas fisio-biológicos e programas sócio-econômicos para o monitoramento e administração de reservatórios, licenciamento ambiental e sistemas de gestão ambiental.</p>
	Indenizações, Multas e Danos	2	Demonstração de Natureza Ambiental	2006	<p>- CESP responde por 34 ações ambientais que têm, por objeto, a implantação de escada de peixe, mata ciliar, unidade de conservação, de proteção de encostas e indenização por perdas econômicas. Por se tratar de ações envolvendo danos ao meio ambiente, os valores nelas envolvidos serão apurados em liquidação de sentença. A Companhia alega a existência de uma ação cível pública promovida pela Colônia de Pescadores Profissionais em curso na Comarca de Dourados-MS, pleiteando indenização de danos à ictiofauna em razão do enchimento do reservatório de Porto Primavera. O valor envolvido nesta ação era de aproximadamente R\$ 21,4 milhões em 31 de dezembro de 2006, sem provisão constituída.</p>
3 - Cia Energética Ceará - COELCE	Projetos Ambientais	7	Demonstração de Natureza Ambiental	2002 a 2004	<p>A Companhia tem o compromisso de preservação do meio ambiente e a garantia do desenvolvimento sustentável da região onde atua. Neste sentido, a Companhia é parte dos seguintes projetos de proteção ao meio ambiente:</p> <p>a) Manejo Sustentável da Vegetação de Mata Atlântica sob Linhas de Transmissão de Energia Elétrica, desenvolvido em parceria com a UFC, SEMACE e Frutal, visa aperfeiçoar o processo de uso das áreas sob linhas de transmissão de energia elétrica para minimizar a degradação da biodiversidade e do solo em áreas restritas da Mata Atlântica no Nordeste brasileiro, no caso, o maciço de Baturité. Este projeto foi iniciado em maio de 2002 e prevê a aplicação de um total de R\$818 mil até julho de 2005, em três contratos anuais: R\$372 mil em 2003, R\$299 mil em 2004 e R\$146 mil em 2005. A execução do projeto é uma referência em todo o território nacional para utilização e preservação de áreas sob linhas de transmissão. Até março de 2004, foram investidos R\$283 mil;</p>

				<p>b) Desenvolvimento e Aplicação de Metodologias voltadas à Amenização da Ação Eólica Sedimentar junto à Rede Elétrica na Zona Costeira do Estado do Ceará: iniciado em setembro de 2003, em parceria com a UFC, SEMACE e Frutal, visa desenvolver e aplicar metodologias e técnicas com a finalidade de amenizar a ação das dunas móveis sobre a rede de distribuição de energia elétrica na zona costeira do Estado do Ceará. A Companhia estuda a atuação da dinâmica dos ventos para subsidiar o processo de revegetação, que será utilizado para amenizar a ação dos ventos junto à rede elétrica sem causar danos ao meio ambiente. Até março de 2004, foram investidos R\$365 mil;</p>
				<p>c) Eficiência Energética do Distrito de Irrigação Jaguaribe-Apodí, iniciado em outubro de 2003, este projeto tem por objetivo a redução do consumo de água e a consequente redução do consumo de energia elétrica, através da impermeabilização de 15 tanques de armazenamento de água e da otimização do sistema de irrigação.</p>
				<p>A impermeabilização dos tanques de armazenamento de água proporcionará uma economia de 12.000 mil m³ de água por ano e uma redução no consumo de energia elétrica da ordem de 5.700MWh/ano. A otimização do sistema de irrigação dar-se-á através da modernização dos pivôs centrais, aumentando a eficiência de irrigação, e da troca dos conjuntos de eletrobombas existentes por bombas de maior eficiência e motores de alto rendimento. A redução no consumo de energia elétrica nesta etapa será de aproximadamente 2.600MWh/ano.</p>
				<p>Este conjunto de ações proporcionará aos irrigantes do Distrito de Irrigação Jaguaribe-Apodí uma redução no consumo de energia elétrica em torno de 8.300MWh/ano e uma economia da ordem de R\$350.000,00 por ano, propiciando ao produtor agrícola uma significativa redução dos custos de produção. O investimento total será de R\$2.327 mil. A implementação deste projeto promoverá uma significativa redução no consumo de água, elemento essencial para a preservação do meio ambiente, levando-se em consideração as condições de aridez apresentadas no Nordeste e, em especial, no Estado do Ceará. Até março de 2004, foram investidos R\$156 mil;</p>
3 - Cia Energética Ceará - COELCE	Projetos Ambientais	7	Demonstração de Natureza Ambiental	2002 a 2004
				<p>d) COELCE nas Escolas: Programa de educação ambiental desenvolvido nas escolas da rede pública de ensino (municipais e estaduais) desde 1999. Tem como objetivo ampliar a consciência de professores e alunos sobre a importância de usar da melhor forma a energia elétrica e divulgar amplamente atitudes com este fim, através do programa de educação ambiental "A Natureza da Paisagem – Energia Recurso da Vida", o projeto conta com a participação de 141 escolas, 936 professores, 215.765 alunos, com investimentos que totalizam R\$395 mil. Até março de 2004, foram investidos R\$24 mil;</p>
				<p>e) Plano de Gerenciamento de Resíduos: Em maio de 2003 teve início o projeto para elaboração do plano de gerenciamento de resíduos da Companhia com o objetivo de estabelecer procedimentos adequados com critérios ambientalmente seguros no tocante ao armazenamento, transporte e disposição final dos resíduos e adequar as atividades da concessionária às normas e legislação ambiental pertinentes.</p>

					<p>A primeira etapa do projeto abrangeu todas as unidades da Companhia instaladas em Fortaleza e na Região Metropolitana, além de empresas prestadoras de serviços. Para cada unidade foi realizado um inventário dos resíduos gerados, em forma detalhada, envolvendo a classificação, a forma de acondicionamento e a destinação atual dos resíduos gerados.</p> <p>A partir do inventário de resíduos foram elaborados Planos de Gerenciamento de Resíduos, com a finalidade de possibilitar ações ambientalmente seguras no tocante às etapas de armazenamento, acondicionamento, transporte e disposição final. A execução deste projeto busca garantir o uso racional dos recursos e minimizar impactos ambientais. O valor total do projeto é de R\$48,2 mil. Até março de 2004, foram investidos R\$ 38 mil.</p>
3 - Cia Energética Ceará - COELCE	Projetos Ambientais	7	Demonstração de Natureza Ambiental	2005 a 2006	<p>Na área da responsabilidade social, a Companhia participou de inúmeros projetos, como o Projeto COELCE Solidária com a Saúde Pública, com investimentos de R\$ 1,11 milhão, que busca implementar projetos de eficiência energética em órgãos de saúde pública, para reduzir o consumo de energia a partir da melhor utilização de aparelhos elétricos, o que colabora para aprimorar a qualidade do serviço, e o Projeto COELCE nas Escolas, que recebeu investimentos de R\$ 565 mil no ano, beneficiando mais de 114 mil alunos do Estado do Ceará.</p> <p>Por essas iniciativas, a Companhia, obteve reconhecimento público, como o Prêmio Balanço Social 2005 do Nordeste, de nível nacional, promovido pela BOVESPA, e o Prêmio PROCEL de Eficiência Energética no Nordeste, promovido pela Eletrobrás, no qual a COELCE ficou com a terceira colocação no ranking geral.</p> <p>Em relação aos programas de responsabilidade ambiental, a COELCE aprovou sua política ambiental, em reunião do Conselho de Administração realizada em 21/12/2005, e iniciou o processo de adequação de suas ações para a obtenção, em 2006, da certificação ISO 14.001, relacionada ao Meio Ambiente.</p>
3 - Cia Energética Ceará - COELCE	Projetos Ambientais	7	Demonstração de Natureza Ambiental	2005 a 2006	<p>No ano-base 2006 a Companhia concluiu o processo de implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) iniciado em 2004, em conformidade com a Norma ISO 14001/2004. Esse esforço resultou na certificação de Processos referentes à Construção, Operação, Manutenção do Sistema de Transmissão e Distribuição de energia elétrica e suas atividades de apoio focado nas unidades de negócio da Companhia espalhadas pelo Estado do Ceará.</p> <p>A COELCE no ano-base 2006, desenvolveu os seguintes Projetos:</p>

					<p>Desenvolvimento de Óleos Ecológicos para Transformadores: Em parceria com o Parque de Desenvolvimento Tecnológico (Padetec) e com a Universidade Federal do Ceará (UFC), a Companhia pesquisa desde 2004, o desenvolvimento de óleos ecológicos para substituir os óleos isolantes utilizados em transformadores da rede elétrica. O projeto, que consumiu investimentos de R\$ 123 mil em 2006, busca produzir Óleos Isolantes Ecológicos (OIE) a partir dos óleos da castanha de caju e da mamona e em seus derivados químicos. A previsão para a sua utilização está para 2007.</p> <p>Desenvolvimento de Processo de Compostagem para reciclagem de resíduos de poda de árvores: Em parceria com a Universidade Estadual do Ceará (UECE), a COELCE deu continuidade ao projeto de desenvolvimento do processo de compostagem rápida, destinado a reciclar os resíduos de poda de árvores que obstruem redes elétricas urbanas. A intenção desse projeto, que recebeu investimentos de R\$ 172 mil no ano, é produzir fertilizantes orgânicos como forma de valorizar esses resíduos e doar a usina de compostagem auto-sustentável a uma comunidade, no final do programa.</p> <p>Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos: O Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos identifica e classifica os principais resíduos gerados nos diferentes processos desenvolvidos pela COELCE.</p> <p>Para cada um dos diferentes resíduos foram estabelecidas normas de armazenamento, transporte e as melhores formas de destinação, conforme legislação vigente. Esse programa propicia também o desenvolvimento da cultura de redução de resíduos por meio de reciclagem, minimizando impactos sobre o meio ambiente. O programa, que recebeu investimentos de R\$ 160 mil, também prevê treinamento e acompanhamento dos profissionais da Companhia e de prestadoras de serviço que geram e/ou manipulam resíduos nas atividades operacionais destinadas à COELCE.</p>
	Manutenção e Melhoria do Meio Ambiente	6	Demonstração de Natureza Ambiental	2006	Entre as ações do programa, destaca-se a destinação de lâmpadas – resíduo do setor considerado perigoso – para a reciclagem. Ao todo, foram recicladas 20.000 lâmpadas fluorescentes, ao custo total de R\$ 16 mil. Paralelamente, a Companhia manteve a coleta seletiva de papel, papelão, plástico e metal destinados a empresas de reciclagem, iniciada em 2004.
4 – Cia. Paranaense de Energia - COPEL	Projetos Ambientais	7	Relatório da Administração	2002	A Companhia no ano de 2002, apesar de apresentar estudos para a diminuição dos impactos ambientais em nenhum momento evidenciou os projetos em valores.
4 – Cia. Paranaense de Energia - COPEL	Projetos Ambientais	7	Relatório da Administração	2005	Apesar do compromisso dentro os vários projetos implantados pela Companhia, em relação a questões ambientais, a COPEL é ré em 10 ações civis públicas, 5 das quais ajuizadas pelo Ministério Público do Estado do Paraná, 1 pela Associação Nacional dos Atingidos por Barragens – ANAB, 1 pela Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária-AMAR, 2 pelo Instituto do Homem e 1 pela Academia Imperatrizense, e em mais 2 ações populares.

				<p>Das ações civis públicas ajuizadas pelo Ministério Público, 4 discutem a ocupação irregular de áreas protegidas no entorno dos reservatórios de água. As demais ações civis e populares envolvem discussões acerca do licenciamento ambiental e EIA/RIMA de projetos em andamento. A possível perda, pela COPEL, das ações relativas a áreas ocupadas (protegidas) acarretará a obrigação solidária, juntamente com os proprietários das áreas, de desocupação e recuperação destas e, em último caso, o pagamento de uma indenização ambiental, a ser definida em perícia, perdas essas que não foram feitas as provisões de litígios e contingências.</p>
				<p>A possível perda das ações relacionadas a licenciamento ambiental de empreendimentos poderá implicar atrasos e suspensão de obras de implantação e de atividades operacionais.</p>
				<p>A COPEL é também parte, no pólo passivo, em 2 processos administrativos iniciados pelo IAP, que tiveram origem em duas autuações ambientais lavradas em maio de 2000, uma relacionada a licenciamento ambiental e outra envolvendo o lançamento irregular de efluentes líquidos e/ou resíduos sólidos.</p>
				<p>Ambas as autuações foram objeto de impugnações apresentadas pela COPEL e aguardam decisão do IAP, sendo que uma das autuações prevê como sanção, a imposição de multa pontual no valor de R\$ 40,0 mil e a outra estabelece o pagamento de multa diária nesse mesmo valor, até que sejam sanadas as infrações alegadas. Após a lavratura dos autos de infração, a COPEL, de imediato e com orientação do órgão ambiental, efetuou as correções necessárias para a cessação dos impactos gerados.</p>
	Manutenção e Melhoria do Meio Ambiente	6	Demonstração de Natureza Ambiental	2006
				<p>O impacto ambiental da atividade de distribuição de energia elétrica não apresenta grau significativo em escala regional. Ao longo dos 52 anos de história da Companhia, tem sido necessário o corte de vegetação para ampliação da rede de distribuição.</p>
				<p>Para tanto, porém, sempre são priorizadas áreas marginais às vias de acesso e locais já antropizados. Pelos benefícios sociais, econômicos e ambientais gerados para o Paraná, um possível impacto pode ser considerado muito pouco significativo. Tanto assim que os órgãos ambientais não exigem licença prévia de instalação e operação para a atividade de distribuição de energia elétrica, por se dar em condições inferiores a 230 kV. Não obstante, diversas ações são executadas com o intuito de minimizar os danos ao meio ambiente e melhorar a qualidade dos serviços prestados.</p>

4 – Cia. Paranaense de Energia - COPEL	Manutenção e Melhoria do Meio Ambiente	6	Demonstração de Natureza Ambiental	2006	As atividades desenvolvidas no ano-base 2006, nos processos de construção, reformam operação e manutenção de empreendimentos de geração e transmissão de energia foram todas acompanhadas por planos ambientais que objetivavam impedir, reduzir, mitigar e compensar possíveis impactos. Portanto, não foram detectados impactos de relevância neste ano.
	Recuperação das áreas degradadas	8	Demonstração de Natureza Ambiental	2006	Em 2006, foram realizados plantios de espécies nativas em aproximadamente 30 hectares, localizados no entorno do reservatório da UHE Governador Ney Braga. Durante o mesmo período, foram reflorestados 5 hectares no entorno do reservatório da UHE Santa Clara. Em junho, mais uma área de 13 hectares foi inaugurada, em convênio com a Prefeitura Municipal de União da Vitória, para atender a reivindicações da comunidade Rio D'Areia.
					Desde 2004, está em execução projeto de avaliação e recuperação ambiental da região do Pólo Atuba, com o objetivo de adequar as áreas operacionais e promover a recuperação do solo contaminado por hidrocarbonetos, mediante tratamento de biorremediação, com conclusão prevista para julho de 2009.
					No âmbito da distribuição de energia, em 2006 foi criada equipe de responsabilidade ambiental, composta por um técnico florestal em cada regional da Companhia, atuando diretamente nas áreas de manutenção e projetos, possibilitando execução de atividades inerentes ao negócio, de forma a respeitar as normas internas e a legislação ambiental vigente, minimizando ainda mais os impactos causados.
	Indenizações, Multas e Danos	2	Demonstração de Natureza Ambiental	2006	De acordo com o cadastro de processos jurídicos, em 2006 a Companhia sofreu duas multas, que totalizaram R\$ 43 mil. Não existe registro quanto a sanções não monetárias resultantes de não-conformidade quanto a leis e regulamentos ambientais.
					Ainda que as sanções impostas tenham sido eventuais e pouco expressivas, a Copel desenvolve ações de diálogo com os órgãos ambientais, de acordo com as normas internas com base em manual de instruções técnicas de vegetação, e orientações ambientais a serem divulgadas para os técnicos responsáveis pela execução das atividades.
					No ano-base 2006, a Companhia efetuou um acordo inédito no setor elétrico brasileiro, foi selado entre a Copel e a comunidade indígena caingangue, da Reserva de Apucarantina, em Tamarana, região norte do Estado. Com tal medida, liquidou-se todo o passivo ambiental, social, cultural e moral decorrente da construção e operação da Usina Hidrelétrica de Apucarantina.
					O valor da indenização para aquela comunidade totaliza R\$ 14 milhões, a serem pagos em cinco parcelas anuais, das quais a primeira em dezembro de 2006. As demais parcelas comporão fundo destinado a dar suporte

					ao desenvolvimento de projetos que garantam sustentabilidade à comunidade indígena.
4 – Cia. Paranaense de Energia - COPEL	Indenizações, Multas e Danos	2	Demonstração de Natureza Ambiental	2006	Outra ação semelhante diz respeito à linha de transmissão Apucarana — Figueira, que percorre as terras indígenas denominadas Barão de Antonina. A Copel aceitou a composição proposta pelo Ministério Público e arcou com os custos das demandas indenizatórias antes da instauração de ação judicial, medida que importou no valor anual de R\$ 25.653,65.
	Investimentos no Meio Ambiente	4	Demonstração de Natureza Ambiental	2006	Outro aspecto relevante foi o engajamento da empresa em ampliar e revisar o acesso gratuito das comunidades indígenas a energia elétrica no contexto do Programa Luz Fraterna, já no Programa Luz para Todos. A Copel investiu aproximadamente R\$ 20 milhões nos municípios das regionais Leste e Centro-Sul, onde foram identificadas áreas remanescentes de quilombos, antigos redutos de escravos fugidos, os quilombolas.
5 – CPFL – Energia S/A	Projetos Ambientais	7	Demonstração de Natureza Ambiental	2002	- A Companhia, tem um Departamento de Meio Ambiente integrado à CPFL Geração, sob a responsabilidade da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos. Embora criado dentro da estrutura da CPFL Geração, o departamento tem a atribuição de atender a todas as questões ambientais relativas à CPFL Geração, à CPFL Paulista e, mais recentemente, as relativas à CPFL Piratininga. A política de meio ambiente da CPFL Energia e de suas Controladas é prover à sociedade serviços na área energética com total respeito ao meio ambiente, cumprindo a legislação ambiental, prevenindo a poluição e promovendo a melhoria contínua do desempenho ambiental em nossas atividades.
	Manutenção e Melhoria do Meio Ambiente	6	Demonstração de Natureza Ambiental	2003 e 2004	- (CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO, 1997), a Lei nº. 4772 de 1997, prevê que dentro das áreas adjacentes aos reservatórios hídricos, seja natural ou artificial, é considerada uma área de preservação permanente, que requer autorização prévia para sua utilização. Uma legislação complementar ao Código Florestal também obriga o operador da reserva a adquirir as áreas adjacentes a tal reservatório. O cumprimento desta obrigação poderá resultar em custos adicionais na implementação de novas usinas hidroelétricas.
	Projetos Ambientais e Investimentos no Meio Ambiente	4, 7	Demonstração de Natureza Ambiental	2005	A Companhia CPFL Energia, desenvolve programas ambientais na área de atuação de suas distribuidoras e nas áreas abrangidas por suas usinas hidrelétricas. Para assegurar que o desenvolvimento dos negócios ocorra em contexto de respeito ao meio ambiente e que agreguem valor para as comunidades de suas áreas de atuação Como exemplos destas ações, devem ser destacados: Programa de Arborização Urbana: Distribuição de mudas de árvores nativas de cada região, adequadas ao convívio com as redes de distribuição de energia. Em 2005, foram distribuídas 123 mil mudas para 100 municípios de atuação das empresas. Guia de Arborização Urbana: Orientação e apoio às Prefeituras Municipais nos processos de planejamento urbano e implantação de arborização. Programa de Repovoamento de Rios e Reservatórios: Soltura de 390 mil alevinos/ano em rios do Estado de São Paulo.

					Programa de Reflorestamento: Implantação, em 2005 de 110 mil mudas de árvores em áreas de entorno de reservatórios de pequenas centrais hidrelétricas e em áreas de influência das redes de distribuição e linhas de distribuição.
5 – CPFL – Energia S/A	Projetos Ambientais e Investimentos no Meio Ambiente	4, 7	Demonstração de Natureza Ambiental	2005	Projeto Barco Escola da Natureza: Projeto que se dedica a disseminar a educação ambiental aos professores, estudantes e comunidade, no entorno do reservatório da PCH Americana.
					UHE Barra Grande: Com investimentos realizados até dezembro de 2005, de R\$165,0 milhões, sendo R\$ 43 milhões em 2005, foi dado continuidade, entre outros, ao Programa de Remanejamento da População Rural, que prevê o remanejamento de 430 famílias, sendo: 194 famílias instaladas em Reassentamentos Rurais Coletivos, com infra-estrutura contendo casas com galpão anexo, lotes para cultivo, centros comunitários, podendo ter escolas instaladas na própria gleba. Deste total, 86 famílias já estão ocupando seus lotes; 230 famílias recebendo Cartas de Crédito e adquirindo seu próprio imóvel; e 6 famílias instaladas em Reassentamentos em Áreas Remanescentes.
					UHE Campos Novos: Com investimentos realizados até dezembro de 2005 de R\$98,0 milhões, sendo R\$ 24 milhões em 2005, foi dado continuidade, entre outros, ao Programa de Remanejamento da População Rural, que prevê o remanejamento de 297 famílias, sendo: 31 famílias instaladas em Reassentamentos Rurais Coletivos, com infra-estrutura similar à de Barra Grande, sendo que todas estas famílias já estão ocupando seus lotes; 49 famílias instaladas em Pequenos Reassentamentos Rurais Coletivos.
					Todas estas famílias já estão ocupando seus lotes; 170 famílias recebendo Cartas de Crédito e adquirindo seu próprio imóvel; e 47 famílias instaladas em Reassentamentos em Áreas Remanescentes; desenvolvimento do FDR- Fundo de Desenvolvimento Rural, por meio do repasse de recursos ao SEBRAE-SC, com objetivo de agregar valor à pequena propriedade, o qual atenderá mais de 300 famílias da região.

					Implantação de uma Unidade de Conservação com 1.068 ha., com aquisição da área, repasse ao órgão ambiental e elaboração do Plano de Manejo; recuperação da APP- Área de Preservação Permanente no entorno do reservatório, equivalente a 1.832 ha., com o plantio de 206 mil mudas de espécies nativas, entre elas a araucária e o xaxim, ameaçadas de extinção, cultivadas em viveiro próprio, etc. Em reconhecimento ao trabalho executado na mitigação dos impactos ambientais, a Enercan recebeu o Prêmio Fritz Muller do Governo do Estado de Santa Catarina.
6 – Eletropaulo Metropolitana Elétrica São Paulo S/A	Projetos Ambientais	7	Demonstração de Natureza Ambiental	2002	- A Companhia, preocupada com o manejo dos recursos naturais, criou vários programas de controle ambiental, destacando-se os de reciclagem de lâmpadas, papel, alumínio, plástico e óleos minerais dentro de seu Sistema de Gestão Ambiental. Essas e muitas outras ações semelhantes fizeram com que a Companhia conseguisse o primeiro certificado ISO 14001 do setor elétrico nacional, que reflete a excelência no trato do meio ambiente na distribuição de energia. Em setembro de 1998 a Eletropaulo Metropolitana criou a Gerência do Meio Ambiente, com o objetivo de representar a empresa nas atividades relacionadas ao meio ambiente, proporcionar alternativas ambientalmente corretas na condução de seus projetos e discorrer sobre o plano de ações e investimentos. Em dezembro de 2000, com a estruturação da empresa em unidades de negócios, a Gerência de Meio Ambiente foi extinta e as questões ambientais passaram a ser discutidas por um grupo maior de pessoas composto por dois representantes por unidade de negócio.
	Investimentos no Meio Ambiente e Projetos Ambientais	4 e 7	Demonstração de Natureza Ambiental	2003 e 2004	Em 2003 foram iniciadas auditorias ambientais nas empresas AES no Brasil, coordenadas por um Comitê de auditorias ambientais. Os impactos ambientais existentes são gerenciados de forma adequada, em conjunto com os órgãos ambientais, não tendo a AES Eletropaulo recebido nenhuma penalidade que implicasse em multa significativa ou impedimento de suas atividades.
					<p>Alguns projetos desenvolvidos pela Companhia:</p> <p>Projeto Pomar: É um projeto de recuperação ambiental e revegetação das margens do Rio Pinheiros realizado pela Secretaria de Estado do Meio ambiente em parceria com setores da iniciativa privada, dentre as quais inclui-se a Eletropaulo.</p> <p>A Eletropaulo é considerada participante especial do projeto, pelo investimento de mais de R\$315.000 no plantio de 25.000 mudas e pela concessão de autorização, durante 5 anos, para a utilização de uma área de 208.000m² para a implantação do projeto, o que corresponde a 70% da área total do projeto.</p>

					<p>Projeto Reciclagem de Lâmpadas: Visando destinar corretamente todas as lâmpadas com mercúrio utilizadas pela Companhia, o projeto determinou diretrizes de manuseio, acondicionamento e armazenamento dos resíduos e envio para reciclagem de lâmpadas e casquilhos.</p> <p>Projeto Reciclando: A Eletropaulo mantém o programa de coleta seletiva de papel, plástico, alumínio, baterias, cartuchos de impressoras e toners. Todo dinheiro arrecadado com a venda destes materiais é destinado a entidades sociais.</p>
6 - Eletropaulo Metropolitada Elétrica São Paulo S/A	Indenizações, Multas e Danos	2	Demonstração de Natureza Ambiental	2006	- O Ministério Público Estadual moveu ação civil pública em face da Eletropaulo e da Associação Desportiva Cultural Eletropaulo, visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando a Eletropaulo ao pagamento de R\$ 6,7 milhões para reparar os danos causados ao meio ambiente ou, alternativamente, a desfazer as obras realizadas, o que representa um custo de R\$ 850 mil. A Eletropaulo interpôs Recurso de Apelação, ao qual foi negado provimento.
7 – EDP – Energias do Brasil S/A	Investimentos no Meio Ambiente	4	Demonstração de Natureza Ambiental, Relatório da Administração e Notas Explicativas	2003, 2004 e 2006	Em 2003, o total de investimento em meio ambiente das empresas distribuidoras participadas da EDP Brasil S.A. representaram cerca de R\$ 11,26 milhões, superando o ano de 2004 que representaram R\$7,27 milhões, já no ano de 2006 o investimento foi de 43,9 milhões.
	Indenizações, Multas e Danos	2	Demonstração de Natureza Ambiental	2004	- Muito embora os investimentos estejam aumentando a cada ano, as violações à legislação ambiental podem consistir em crime, atingindo tanto os administradores, como a própria pessoa jurídica da empresa. Podem, ainda, acarretar penalidades administrativas, como multas de até R\$50 milhões (aplicáveis em dobro ou em seu triplo em caso de reincidência) e suspensão temporária ou definitiva de atividades. Além disso, tais sanções serão aplicadas independentemente da obrigação de reparar a degradação causada ao meio ambiente.

	Investimentos no Meio Ambiente	4	Demonstração de Natureza Ambiental e Relatório da Administração	2005	- O investimento em meio ambiente, considerando projetos diretamente relacionados à geração, distribuição e comercialização de energia, totalizaram, R\$ 138,1 milhões, em 2005, 570,4% superiores aos recursos destinados em 2004. O maior volume foi direcionado às atividades de geração (R\$ 128,8 milhões), como reflexo das obras do AHE Peixe Angical, no Rio Tocantins, onde se destacam a implementação dos programas ambientais relacionados com a aquisição de terras (R\$ 48,2 milhões), desmatamento e limpeza do reservatório (R\$ 19,9 milhões), relocação urbana (R\$ 17,7 milhões) e recomposição da infra-estrutura viária (R\$ 20,0 milhões).
8 – Tractebel Energia S/A	Manutenção e Melhoria do Meio Ambiente e Recuperação das áreas degradadas	6 e 8	Demonstração de Natureza Ambiental e Relatório da Administração	2002 e 2003	Companhia está comprometida com a preservação do meio ambiente e a garantia do desenvolvimento sustentável das regiões onde atua, tanto em termos ecológicos como econômicos e sociais. O marco referencial deste compromisso começa no Código de Ética da Companhia e prossegue no seu Código de Meio Ambiente, onde estão expressos os princípios de sustentabilidade e qualidade de vida que regem todas as suas decisões.
8 – Tractebel Energia S/A	Manutenção e Melhoria do Meio Ambiente e Recuperação das áreas degradadas	6 e 8	Demonstração de Natureza Ambiental e Relatório da Administração	2002 e 2003	<p>Mesmo que as atividades de geração de energia elétrica de origens hidráulica e térmica, pela sua natureza, são enquadradas na Legislação Ambiental como atividades potencialmente poluidoras, devido a isso a Companhia mantém o compromisso de renovar as licenças ambientais exigidas por lei (RELATÓRIOS AMBIENTAIS, 2002). A partir de 1981 o licenciamento ambiental é exigido das empresas, que de alguma forma degradam o meio ambiente, conforme Lei n°. 6938 de 02 de Setembro de 1981, porém a operação de instalação industrial sem as devidas licenças ambientais é crime previsto conforme Lei n°. 9605 de 12 de Fevereiro de 1998.</p> <p>O desempenho operacional e o controle dos riscos ambientais fazem parte dos princípios básicos da Companhia. Por isso, desenvolve pesquisas de impacto e atividades de proteção e recuperação do meio ambiente, com investimentos que somaram R\$ 4,3 milhões em 2003.</p> <p>A Companhia repassou R\$ 47,8 mil para o Programa Ambiental e Uso Público do Centro de Visitantes do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (SC); R\$ 48 mil para o desenvolvimento e implantação de um sistema de informações para o monitoramento ambiental da Baixada do Maciambu, que fica dentro do parque e; outros R\$ 12 mil para a coleta de imagens digitais do local, R\$ 80 mil na canalização de uma vala a céu aberto no Programa de Saneamento Básico de Capivari de Baixo (SC).</p>

	Projetos Ambientais	7	Relatório da Administração	2003	- A Companhia em 2003 desenvolveu Projeto em parceria com a Fundação de Ciência e Tecnologia (Cientec), que desenvolveu um sistema para o uso do calcário como agente dessulfurante de gases de combustão. O projeto recebeu investimentos de R\$ 950 mil da Companhia. Ainda em 2003, foram repassados 136,8 mil de recursos para o projeto referente ao convênio junto com o IBAMA, com o objetivo de estudos de reprodução e repovoamento de espécies de peixes nativos nas bacias dos rios Uruguai, Pelotas e Canoas.
	Projetos Ambientais	7	Relatório da Administração	2004 a 2006	- Em 2004 a Companhia deu continuidade aos projetos e ainda cerca de R\$1,2 milhões em pesquisa e desenvolvimento em programas relacionados à ictiofauna, qualidade da água, corredores ecológicos, concentração de ozônio e biomassa para geração de energia elétrica e vapor. Em 2005 a Companhia deu continuidade aos projetos que estavam em andamento assumido em anos anteriores. Em 2006 a Companhia evidencia que irá manter o compromisso com o meio ambiente.
	Contingências Ambientais	9	Demonstração de Natureza Ambiental	2006	- A Companhia, evidencia no grupo 16, item Ações judiciais, os litígios com a nomenclatura de “outros”, a observação feita pela Companhia é de que esses litígios são provenientes principalmente de doenças ocupacionais, ações indenizatórias por danos materiais, com fornecedores, acidentes de trabalho e danos ambientais. A Companhia alega ainda que os valores dos litígios através de ações judiciais são relevantes, mas em nenhum momento separam esses valores.
9 – Light Participações S/A	Projetos Ambientais	7	Demonstração de Natureza Ambiental	2002 a 2006	- A Companhia recebe a renovação do certificado de NBR ISSO 14001:2004, das unidades envolvidas no Projeto Pitolo do Sistema de Gestão Ambiental Corporativo (SGA), a empresa participa de vários projetos ambientais, no ano de 2002 até o ano 2006 a Companhia alega em seus relatórios ambientais que os mesmos não se aplicam a companhia, essa alegação se confronta com o Relatório da Administração ano-base 2006 que evidencia os vários projetos que a companhia participa, ainda que os mesmos não evidenciem valores para os projetos, as informações sobre as questões ambientais da empresas se passam por situações adversas, na primeira a Companhia diz não ter o compromisso com o meio ambiente, alegando a não aplicabilidade, no segundo momento a mesma Companhia evidencia que a renovação de certificado envolvendo questões ambientais são renovados de acordo com o que sugere a Lei nº. 9605 de 12 de Fevereiro de 1998, e em um terceiro momento a empresa evidencia os diversos programas e projetos realizados.

APENDICE B

Companhias não listadas no ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial)					
Companhia	Categoria	Código	Relatório	Período	Informações Coletadas
1- INEPAR – Energia S/A	---	--	--	--	A Companhia não apresentou dados ou informações sobre o Passivo Ambiental
2 – VBC – Energia S/A	Investimentos no Meio Ambiente e Projetos Ambientais	4 e 7	Demonstração de Natureza Ambiental	2004	- A Companhia mantém investimentos em projetos ambientais através de sua subsidiária CPFL Energia S/A, as informações evidenciadas dentro do Relatório Ambiental de 2004, não correspondem a questões ambientais, a Companhia relata nesse relatório o relacionamento com as subsidiárias do grupo.
	Investimentos no Meio Ambiente	4	Demonstração de Natureza Ambiental	2005	- A Companhia tem participação acionária na VERACEL que é uma associação da Aracruz Celulose S/A, a VBC Energia S.A investiu US\$ 300 milhões que foram utilizados na área florestal, estradas e um porto especializado. O investimento teve como objetivo principal o controle de processos e proteção ambiental. Em nenhum momento a Companhia evidencia passivo ambiental causado pela construção da referida fábrica.
3 – AES – Elpa S/A	--	--	--	--	A Companhia não apresentou dados ou informações sobre o Passivo Ambiental
4 – AES SUL – Distribuidora Gaúcha de Energia S/A	Investimentos no Meio Ambiente	4	Relatório da Administração	2006	- Em 2006, a Companhia investiu R\$91.518,90 referente ao custo com 144 equipamentos que apresentavam contaminações, foram detectados três transformadores com óleo contaminado (entre 50 e 500 ppm), que representam aproximadamente 25 mil litros. A destinação adequada para esse óleo contaminado, bem como a finalização da amostragem para os equipamentos restantes, está prevista para 2007. Essa iniciativa da Companhia gerou um investimento que deverá absorver cerca de R\$65 mil (para a destinação do material, podendo ser via incineração ou outra tecnologia alternativa ainda a ser definida) e R\$ 75.000,00 para substituição do óleo.
5 – Bandeirantes Energia S/A	Financiamentos e Empréstimos	3	Relatório da Administração	2003	- Sem mencionar valores, a Companhia, mantém processo de financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Bandeirante foi, em 2003, avaliada sob o ponto de vista ambiental por consultores especializados, onde se verificou o baixo risco de impactos ambientais na condução de suas atividades.

5 – Bandeirantes Energia S/A	Projetos Ambientais	7	Demonstração de Natureza Ambiental	2005 e 2006	- Em 2005, a Bandeirante consolidou a implantação do Projeto SIGA, um sistema integrado de gestão ambiental, de saúde ocupacional, segurança do trabalho e de comunicação social, alicerçado nas normas internacionais ISO 14.000 e OHSAS 18.000. A Companhia admite em todos os relatórios que mantém o compromisso com o meio ambiente, com a implantação e várias ações através de projetos, mas em nenhum momento evidencia valores.
6 – Centrais Elétricas do Pará – CELPA	Projetos Ambientais	7	Relatório da Administração	2005	- A Companhia em parceria com o Museu Paraense Emilio Goeldi, concluiu em 2005, um projeto com o objetivo de estudar e adequar a arborização urbana com as espécies nativas, a fim de minimizar os danos que essas espécies causam ao sistema elétrico. Apoiou ainda diversos projetos e eventos ligados à questão ambiental, dentre eles, o “I Ciclo de Palestras: Meio Ambiente e Energia”, cujos principais temas em pauta foram: recuperação da nascente do Rio Apeú em Castanhal e revegetação do Parque Estadual do Utinga em Belém, ambos no Estado do Pará, realizados em parceria com a Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM).
	Projetos Ambientais	7	Relatório da Administração	2006	A Companhia durante o ano 2006, desenvolveu ações projetos e programas, buscando o aperfeiçoamento da gestão ambiental desenvolvida na empresa, atendendo a legislação vigente e ao desenvolvimento sustentável de suas atividades. Dentre estas ações destacam-se: Recuperação do Rio Apeú sob o Enfoque da Educação Ambiental. Este projeto em parceria com a Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTAM promove a recuperação ambiental, social e econômica do rio Apeú e de seus principais tributários.

					Revegetação do Parque do Ambiental de Belém. Este projeto tem como objetivo principal a recuperação ambiental, através da atividade de revegetação em 300 hectares da área onde se encontra o Parque Ambiental de Belém em parceria com a Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente.
6 – Centrais Elétricas do Pará – CELPA	Projetos Ambientais	7	Relatório da Administração	2006	Desenvolvimento e Implementação de um Sistema de Gerenciamento do Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho. Este projeto objetiva desenvolver e implementar um Sistema de Gerenciamento do Meio Ambiente, Saúde e Segurança, compatível com os princípios básicos das normas ISO 14001, para os aspectos ambientais e sociais, e OHSAS 18001 de saúde e segurança, contendo os seguintes componentes: (a) Um Plano de Gerenciamento Ambiental e Social; (b) Um Plano de Gerenciamento de Saúde e segurança; e (c) Um Plano de Contingência.
7 – Cia. Energética de Pernambuco – CELPE	Projetos Ambientais	7	Relatório da Administração	2002	<p>No ano de 2002 foram desenvolvidos três projetos básicos, tendo como público-alvo, empregados, fornecedores, acionistas e comunidades, especialmente crianças adolescentes e jovens carentes. Os projetos foram: “Energia do Saber”, “Compromisso com o Meio Ambiente” e “Energia Solidária”, com diretrizes e finalidades específicas para cada área.</p> <p>O projeto “Energia do Saber” tem seu foco na prática da cidadania e formação profissional para fortalecimento das ações educativas. Durante o ano de 2002 foram realizadas diversas ações junto ao “Movimento Pró-Criança”, entidade não-governamental vinculada à Arquidiocese de Olinda e Recife, que atua junto a 700 menores e adolescentes, resgatados das ruas da cidade. A Companhia, além da participação financeira, atua na formação dos seus profissionais e capacitação dos jovens para o mercado de trabalho.</p>

					<p>O segundo projeto, “Compromisso com o Meio Ambiente”, visa à implantação de ações de educação ambiental, com iniciativas voltadas para a eficiência energética nas comunidades, criação de núcleos de coleta de material reciclável, formação de agentes multiplicadores, programa “SOS Energia” entre outros. Neste ano, inúmeras ações foram desenvolvidas nessa área, onde professores de escolas das redes pública e privada foram capacitados como agentes multiplicadores.</p> <p>Já o projeto “Energia Solidária” prioriza o voluntariado e tem a finalidade de desenvolver o potencial humano, o fortalecimento das entidades e beneficiar a qualidade de vida.</p>
7 – Cia. Energética de Pernambuco – CELPE	Investimentos no Meio Ambiente	4	Demonstração de Natureza Ambiental e Relatório da Administração	2003	<p>-No ano de 2003 a Companhia deu continuidade nos projetos. Nesse ano, o total investido em programas e projetos de melhoria ambiental totalizou R\$ 16.815 milhões, mais de quatro vezes o valor de 2002, o que representou 1,04% do faturamento bruto. Ainda em 2003, foram investidos R\$ 8.930 milhões, na construção de 879 quilômetros na implantação de redes próximas a praças ou locais onde há presença de árvores centenárias. No Recife, bairros como Espinheiro, Derby, Boa Vista e Graças foram contemplados. Nas regiões da Praça do Derby, da Rua Dom Bosco (Colégio Americano Batista), do Hospital Santa Joana, na rua José de Alencar devido a presença de palmeiras centenárias e grandes concentrações de árvores a Celpe trabalhou na implantação dessas novas redes. Em Olinda, a região do parque Histórico da Cidade Alta - também foi contemplada. A Celpe trabalhou ainda na implantação dessas redes em Caruaru e Petrolina e Garanhuns sempre privilegiando áreas verdes como praças e parques públicos.</p>
	Projetos Ambientais	7	Relatório da Administração		<p>Foram aplicados R\$ 184.600,00 em projetos e programas para a melhoria da qualidade do ensino e erradicação do trabalho infantil, investindo na formação e valorização do educador e na relação da escola com a comunidade, promovendo a cidadania.</p>

				2005	<p>Em parceria com as diversas entidades não-governamentais, clientes e a iniciativa privada, a Companhia promoveu a Campanha Clarear, realizada em benefício do Movimento Pró-Criança, da Organização Auxílio Fraternal (OAF), da Pastoral da Criança e da Associação Beneficente Criança Cidadã. O projeto consiste na arrecadação de doações financeiras por meio das contas de energia elétrica dos clientes residenciais, no valor mensal de R\$ 0,98.</p> <p>Ainda em 2005, foi destinado R\$ 336.500,00 nos seguimentos de música, teatro, dança, literatura, entre outros. A exemplo dos seguintes projetos: XI Janeiro de Grandes Espetáculos, II Festival de Teatro para Crianças de PE, III Mostra Brasileira de Dança do Recife, espetáculo Paixão de Cristo do Recife, Galo da Madrugada, XIII Cavalgada à Pedra do Reino, livro biográfico Ana das Carrancas, livro biográfico A Vida de Plínio Pacheco, site do filme: Aspirinas e Urubus, exposição fotográfica de Eudes Santana, Baile do Menino Deus e Projeto Cultural da Celpe 2005.</p>
7 – Cia. Energética de Pernambuco – CELPE	Recuperação das áreas degradadas	8	Relatório da Administração	2006	- No ano de 2006, foi realizado um estudo de embasamento técnico para o controle da vegetação de risco em Faixas de Servidão e Estradas de Acesso em áreas de interesse ambiental, autorizadas pelo Ibama. Este estudo representa a base para o desenvolvimento de um programa informatizado e integrado denominado Siga Ambiental, possibilitando a minimização dos impactos ambientais e dos custos operacionais através de: conhecimento prévio do ecossistema local; otimização do monitoramento e controle do manejo da vegetação; redução dos riscos potenciais relacionados à vegetação; melhoria da logística operacional com cronogramas e roteiros específicos de manutenção para cada zona ecológica.
	Manutenção e Melhoria do Meio Ambiente	6	Demonstração de Natureza Ambiental	2006	Em 2006 a Companhia investiu R\$ 82,5 milhões em programas de melhoria ambiental, promovendo ações de preservação e conservação de recursos não-renováveis, ecossistemas, e de minimização de recursos renováveis.
8 – Cia. Energética do Maranhão	Projetos Ambientais	7	Relatório da Administração	2002	- No ano de 2002 a Companhia desenvolveu os seguintes projetos:
					- Elaboração da Norma de Meio Ambiente;

– CEMAR					<p>- Licenciamentos Ambientais e Autorizações de desmatamentos das novas obras e serviços de limpeza de faixa de servidão;</p> <p>- Implantação de brigadas contra incêndio nas Gerências Gerais de Negócios (GGN's);</p> <p>– Elaboração, implantação e monitoramento de Programas de Prevenção de Riscos Ambientais.</p>
8 – Cia. Energética do Maranhão – CEMAR	Indenizações, Multas e Danos	2	Demonstração de Natureza Ambiental e Relatório da Administração	2003 a 2006	<p>- A Companhia está em processo de obtenção da licença de operação e instalação da Usina Termelétrica de Batavo (“UTE”). Contratou a elaboração de um Plano de Controle Ambiental por meio do qual informará os órgãos ambientais estaduais sobre a instalação da UTE, a falta das licenças necessárias pode ensejar a aplicação de multa no valor de até R\$10.000.000,00, além da responsabilização civil e criminal dos responsáveis pela Companhia. Consciente do seu papel de responsabilidade social e preservação do meio ambiente, a Companhia tem concentrado esforços na realização de diversas ações de proteção ambiental. Uma das ações mais significativas é a regeneração e o acondicionamento de óleo mineral isolante em transformadores energizados sem qualquer contaminação ambiental por vazamento. A Companhia é assessorada pela empresa NAPÉIA, na avaliação de Passivos Ambientais, mas em nenhum momento evidencia valores destinados a projetos ambientais.</p>
9 – Energia Paulista Participações S/A	Provisões	5	Demonstração de Natureza Ambiental	2006	<p>- A Companhia tem ações judiciais com a AES Eletropaulo e AES Tiete, envolvendo processos ambientais, sendo 21.377 processos e provisões de R\$246 milhões e R\$33,57 milhões respectivamente. A Companhia evidenciou apenas os processos e provisões acima com a AES Eletropaulo e Tiete, os projetos e programas ligados a questão ambiental não foram mencionados os seus respectivos valores. Para manter seu compromisso com o Meio Ambiente, a Companhia mantém programas de comunicação e treinamento que visam capacitar, prevenir, influenciar e conscientizar os públicos com os quais se relaciona.</p>

ANEXO - A

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, Resolução nº. 444 de 26 de Outubro de 2001.

Institui o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, englobando o Plano de Contas revisado, com instruções contábeis e roteiro para elaboração e divulgação de informações econômicas e financeiras.

O Diretor Geral da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nos incisos IV, XIV, XV e XXXVII do art. 4º, Anexo I, do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, o que consta do Processo nº 48500.002410/01- 07, e considerando que:

O atual Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, estabelecido pela Resolução ANEEL nº. 1, de 24 de dezembro de 1997, requer atualização em face das alterações na legislação em geral e nos regulamentos do serviço público de energia elétrica; os agentes do serviço público de energia elétrica têm apresentado sugestões que visam a harmonização das práticas contábeis adotadas pelas diversas entidades que as orientam, tais como a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o Conselho Federal de Contabilidade – CFC, o IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e o International Accounting Standards Committee – IASC; e a proposta final da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF, que promoveu a consolidação e melhoria do Plano de Contas, recomenda a criação de um Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPE, englobando o Plano de Contas revisado, inclusive com acréscimo de instruções contábeis e roteiro para elaboração e divulgação de informações econômicas e financeiras, bem como de responsabilidade social, resolve:

Art. 1º. Instituir o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica – MCSPE, a ser utilizado a partir de 1º de janeiro de 2002, obrigatoriamente, pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica e, opcionalmente, pelos produtores independentes e autorizados.

§ 1º. Os produtores independentes deverão adotar as mesmas taxas de reintegração estabelecidas para as concessionárias, conforme definido no MCSPE.

§ 2º No caso dos produtores independentes e autoprodutores como bens e instalações passíveis de reversão à União, o cadastramento e controle desses ativos deverá observar os mesmos procedimentos definidos para as concessionárias do serviço público de energia elétrica, conforme regulamentação específica.

Art. 2º. O Manual de Contabilidade aprovado por esta Resolução está disponível na ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, no endereço SGAN Quadra 603, Módulos I e J – CEP 70830-030 em Brasília – DF e no endereço eletrônico www.aneel.gov.br, e, adicionalmente, será encaminhado formalmente a todas as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica, bem como aos produtores independentes.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MÁRIO MIRANDA ABDO

Publicado no D.O. de 29.10.2001, Seção 1, p. 139, v. 138, n. 207.